

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ROGÉRIO REZENDE MEDEIROS

**A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA NO ÂMBITO DO
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) NA REDE ESTADUAL DE
ENSINO EM AQUIDAUANA, MS**

AQUIDAUANA, MS

2024

ROGÉRIO REZENDE MEDEIROS

**A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA NO ÂMBITO DO
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) NA REDE ESTADUAL DE
ENSINO EM AQUIDAUANA, MS**

Dissertação apresentada como exigência do curso de mestrado em geografia, do campus de Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Rodrigo Farias.

AQUIDAUANA, MS

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROGÉRIO REZENDE MEDEIROS

O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) NA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM AQUIDAUANA, MS

Dissertação apresentada como exigência do curso de Mestrado em Geografia, do campus de Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Rodrigo Farias.

Resultado: Aprovado

Aquidauana, MS, 28 de Junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rodrigo Farias
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)

Prof. Dr. Ricardo Lopes Batista
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAQ)

Prof. Dr. Fernando Sampaio
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (CAMPUS FRANCISCO BELTRÃO)

DEDICATÓRIA

*Aos meus filhos Samuel e Melissa,
Saibam que a dedicação precede toda conquista!
E que o conhecimento não tem preço;
Tem valor que nunca se perde.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me dar as condições necessárias para chegar até aqui e forças para suportar as adversidades.

Agradeço à minha família, que foi meu suporte nos momentos de maiores dificuldades. A eles: pai, mãe, esposa, filho e filha, que, mesmo na minha presença, conviveram com a minha ausência.

Ao meu orientador, professor Dr. Fernando Rodrigo Farias, pelas preciosas orientações, sempre acompanhadas de muita paciência e compreensão frente às dificuldades que enfrentei.

Aos professores Dr. Fernando Sampaio e Dr. Ricardo Lopes Batista, pelas excelentes e importantes contribuições na banca de qualificação, que foram essenciais para o andamento desta pesquisa.

Aos professores de geografia da rede estadual de ensino de Aquidauana/MS, que contribuíram para o levantamento de dados de interesse desta pesquisa.

Não posso deixar de expressar minha gratidão a todos os professores do curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana, que me acompanharam ao longo da graduação e da pós-graduação. A minha formação deve-se, em grande parte, à contribuição valiosa de cada um de vocês.

RESUMO

Os estudos referentes ao livro didático e o seu uso vem crescendo de forma substancial nas últimas décadas no Brasil, principalmente pelo fato de que ele assumiu ao longo de sua trajetória múltiplos aspectos, sendo ao mesmo tempo um elemento pedagógico, cultural e mercadológico. Desse modo, a presente pesquisa tem o objetivo de analisar o papel do livro didático de geografia na rede estadual de ensino em Aquidauana/MS, tendo como base o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa se baseiam na análise bibliográfica, documental e de decretos, com posterior fichamento das informações levantadas, além de trabalho de campo realizado com professores de geografia das sete escolas estaduais do município de Aquidauana/MS. O Programa Nacional do Livro Didático é a política de distribuição de livros do governo federal, sendo responsável pela distribuição de livros didáticos para escolas públicas de todo o país. Se caracterizou, ao longo do tempo, pela sucessão de decretos que trouxeram grandes modificações ao programa, como a distribuição de CD ROM, dicionários, materiais multimídia e obras digitais e ampliação dos grupos beneficiados. Constatou-se que após a criação do programa, o país passou por um período de inúmeras reformas educacionais que levaram a discussões sobre uma possível uniformização curricular, que acabou se concretizando recentemente com a implantação da nova Base Nacional Comum Curricular-BNCC. No campo editorial, apesar da existência de um território de disputas, a presença de um oligopólio editorial revela as disparidades em relação às editoras menores. Fato esse que pode ser percebido através da análise realizada no processo de escolha do livro didático de geografia, no PNLD 2024 em Aquidauana/MS, onde constatou-se o domínio das grandes editoras. O tempo destinado a escolha das obras é ínfimo frente a sua importância no contexto escolar. Mesmo assim, os professores de geografia da rede estadual de ensino de Aquidauana, mantém uma relação de muita proximidade com o livro didático, sendo em muitos casos, utilizado como principal recurso pedagógico em sala de aula, norteando o planejamento do professor.

Palavras-chave: Professor de Geografia. Livro Didático. Processo de Escolha do Livro Didático. Programa Nacional do Livro Didático. Aquidauana/MS.

ABSTRACT

Studies regarding the textbook and its use have grown substantially in recent decades in Brazil, mainly due to the fact that it has assumed multiple aspects throughout its history, being at the same time a pedagogical, cultural and marketing element. Therefore, the present research aims to analyze the role of geography textbooks in the state education network in Aquidauana/MS, based on the National Textbook Program – PNLD. The methodological procedures adopted in this research are based on bibliographical, documentary and decree analysis, with subsequent recording of the information collected, in addition to fieldwork carried out with geography teachers from the seven state schools in the municipality of Aquidauana/MS. The National Textbook Program is the federal government's book distribution policy, being responsible for distributing textbooks to public schools across the country. It was characterized, over time, by the succession of decrees that brought major changes to the program, such as the distribution of CD ROM, dictionaries, multimedia materials and digital works and the expansion of benefiting groups. It was found that after the creation of the program, the country went through a period of numerous educational reforms that led to discussions about possible curricular standardization, which ended up becoming a reality recently with the implementation of the new National Common Curricular Base-BNCC. In the editorial field, despite the existence of a disputed territory, the presence of an editorial oligopoly reveals disparities in relation to smaller publishers. This fact can be perceived through the analysis carried out in the process of choosing the geography textbook, at PNLD 2024 in Aquidauana/MS, where the dominance of large publishers was verified. The time allocated to choosing the works is negligible given their importance in the school context. Even so, geography teachers in the Aquidauana state education network maintain a very close relationship with the textbook, and in many cases it is used as the main pedagogical resource in the classroom, guiding the teacher's planning.

Key-Words: Geography teacher. Textbook. Textbook Choice Process. National Textbook Program. Aquidauana/MS.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) – PRINCIPAIS MUDANÇAS.....	39
QUADRO 2: PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO PNLEM.....	49
QUADRO 3: ESTRUTURA DAS RESENHAS.....	59
QUADRO 4: RESENHA LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA – PNLD 2024.....	60
QUADRO 5: OBRAS DISPONIBILIZADAS PNLD 2024 GEOGRAFIA.....	66
Quadro 6: LISTA DE LIVROS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II RECEBIDOS PELAS ESCOLAS ESTADUAIS DE AQUIDAUANA/MS PNLD 2024.....	107
Quadro 7: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO SEGUNDO A METODOLOGIA DE PONTUSCHKA, CACETE E PAGANELLI.....	125

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: VENDAS DE LIVROS 2022.....	83
TABELA 2: PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS EM 2021 E 2022.....	84
TABELA 3: VENDA DE LIVROS DIDÁTICOS EM 2021 E 2022.....	84
TABELA 4: PRODUÇÃO DE LIVROS NO BRASIL EM 2021 E 2022.....	85
TABELA 5: GASTOS PNLD EM 2021 E 2022.....	85
TABELA 6: PLANILHA DE GASTOS DO PNLD 2024.....	86
TABELA 7: FATURAMENTO POR EDITORA EM 2020.....	87
TABELA 8: FATURAMENTO POR EDITORA NOS ANOS FINAIS EM 2022.....	89
TABELA 9: TEMPO EMPREGADO PARA A ESCOLHA DAS OBRAS.....	100
TABELA 10: ESCOLHAS INDIVIDUAIS OU COLETIVAS.....	102
TABELA 11: PARTICIPANTES DO PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO.....	103
TABELA 12: CONTATO PESSOAL COM AS EDITORAS.....	105
TABELA 13: LIVRO DIDÁTICO ESCOLHIDO – PNLD 2024.....	106
TABELA 14: LIVRO DIDÁTICO RECEBIDO – PNLD 2024.....	106
TABELA 15: EVOLUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO ATUAL EM RELAÇÃO AO ANTERIOR.....	108
TABELA 16: ADEQUAÇÃO AO CURRÍCULO NORMATIVO.....	109
TABELA 17: ABORDAGENS REGIONAIS – MATO GROSSO DO SUL.....	110
TABELA 18: LIVRO DIDÁTICO COMO PRINCIPAL RECURSO PEDAGÓGICO....	111
TABELA 19: UTILIZAÇÃO DE OUTROS SUBSÍDIOS PEDAGÓGICOS EM SALA DE AULA.....	113

TABELA 20: IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	114
TABELA 21: DIVISÃO GEOGRAFIA FÍSICA E GEOGRAFIA HUMANA NO LIVRO DIDÁTICO.....	116
Tabela 22: O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	118
Tabela 23: TIPOS DE LINGUAGENS PRESENTES NO LIVRO DIDÁTICO.....	120
Tabela 24: MELHOR ESTRUTURAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO.....	122
Tabela 25: PREPARO PARA A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO.....	123
Tabela 26: NECESSIDADE CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	124

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CBL – Câmara Brasileira do Livro

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

CNME – Campanha Nacional do Material de Ensino

COLTED – Comissão do Livro Técnico e de Livro Didático

EAD – Ensino a distancia

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FAE – Fundo de Apoio ao Estudante

FENAME – Fundação Nacional do Material Escolar

FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

INL – Instituto Nacional do Livro

ISBN – International Standard Book Number

LD – Livro Didático

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LE – Livro Impresso do Estudante

LEI – Livro Digital Interativo do Estudante

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

MP – Manual Impresso do Professor

MPI – Materiais Digitais Interativos do Professor

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PCN – Parâmetro Curricular Nacional

PLIDECOM – Programa do Livro Didático Ensino de Computação

PLIDEF – Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

PLIDEM – Programa do Livro Didático do Ensino Médio

PLIDES – Programa do Livro Didático do Ensino Superior

PLIDESU – Programa do Livro Didático do Ensino Supletivo

PNBG – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNE – Plano Nacional da Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNLA – Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático Ensino Médio

SEB – Secretaria da Educação Básica

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SISCORT – Sistema de Controle de Planejamento e Reserva Técnica

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
2. A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	211
2.1 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO LIVRO DIDÁTICO: DA MONARQUIA A REPÚBLICA	211
2.2 OS PROGRAMAS DE LIVRO DIDÁTICOS NO BRASIL DE 1930 A 1985: DA DITADURA DE VARGAS AO REGIME MILITAR	288
3. A POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO, CURRÍCULO E MERCADO	38
3.1 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD).....	38
3.2 DECRETOS E RESOLUÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO	47
3.3 RESENHAS DE AVALIAÇÃO	56
3.4 OS CURRÍCULOS DE REFERÊNCIA NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS	67
3.5 DO CURRÍCULO NACIONAL PARA O CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL.....	71
3.6 A CONFIGURAÇÃO DO MERCADO EDITORIAL DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL.....	80
4. O PROCESSO DE ESCOLHA E USO DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA EM AQUIDAUANA-MS	91
4.1 O PROFESSOR E O LIVRO DIDÁTICO	911
4.2 ANÁLISE DO PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA EM AQUIDAUANA/MS	977
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	1299
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1333

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, as pesquisas relacionadas ao livro didático vêm crescendo de forma notável no Brasil. Um dos fatores que contribuíram para o aumento desse interesse é a multiplicidade de aspectos que o livro didático incorporou ao longo de toda a sua trajetória. Além de ser o material didático mais utilizado na rede pública de ensino do país, sendo o governo federal seu principal comprador. Segundo Choppin (2004, p. 549), “A história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento”.

No entanto, apesar da quantidade incontável de trabalhos publicados em eventos científicos, periódicos, repositórios de universidades, como teses, artigos e dissertações, esse trabalho se justifica à medida em que incorpora em sua análise elementos regionais focados na relação entre o professor e o livro didático de geografia, bem como o seu papel no processo de ensino e aprendizagem.

Entre os aspectos do livro didático, destacam-se o cultural, onde percebe-se que em muitas casas ele é o único exemplar literário ao qual as famílias possuem e tem acesso durante toda a vida; o didático, pois está a serviço do professor e dos alunos para a transmissão de conhecimento em sala de aula; e o mercadológico, já que ele representa uma fatia considerável do mercado editorial brasileiro, com o governo federal como seu principal comprador.

Segundo dados do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o ano de 2024, levando em consideração as modalidades de educação infantil, ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio os gastos com o Programa Nacional do Livro Didático ficaram na ordem de R\$ 2.13 bilhões (Brasil, 2024).

Além dos aspectos mencionados em relação ao livro didático, Choppin (2004) também descreve as múltiplas funções que ele assumiu ao longo do tempo. Nesse sentido Choppin (2004, p. 553) cita que “podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, à época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”. Esse entendimento é relevante para o andamento dessa pesquisa, pois insere a preocupação com a análise do livro didático dentro de uma perspectiva mais regionalizada.

Segundo Choppin (2004), a função referencial leva em consideração o currículo e o programa de ensino; a função instrumental considera a prática dos métodos de aprendizagem, favorecendo o domínio das competências, habilidades e resolução de

problemas; a função ideológica e cultural ocorre quando o livro se torna o vetor de valores, cultura e língua das classes dominantes; e a função documental apresenta o livro como fornecedor de documentos em forma de texto ou ícones que ajudam o aluno a desenvolver o espírito crítico.

Devemos considerar também que o livro didático, ao longo de sua história, assumiu em muitas nações o papel de símbolo do estado nacional, à medida que foi instrumentalizado por governos para disseminar costumes e hábitos das classes dominantes e manter os privilégios da elite. Um exemplo é o caso do Brasil, onde, no período da ditadura de Vargas, a circulação de livros didáticos tinha o objetivo de colaborar com o processo de implantação de um ideal nacionalista.

Devido ao papel historicamente atribuído ao livro didático, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo, não podemos realizar uma pesquisa sobre o livro didático de forma fragmentada, isto é, excluindo as demais características inerentes a ele. No entanto, é importante deixar claro que não é pretensão esgotar todas as possibilidades acerca dessa multiplicidade temática, pois trata-se de um assunto muito vasto, que demandaria muito mais tempo, trabalho de campo e consultas a acervos documentais e bibliográficos.

Sendo assim, a presente dissertação de mestrado tem o objetivo de analisar o papel do livro didático de geografia na rede estadual de ensino em Aquidauana/MS, tendo como base o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. O LD adquiriu, ao longo de toda a sua trajetória no Brasil, grande relevância devido à sua multiplicidade de funções, sobretudo pela função pedagógica, que é de suma importância dentro do contexto escolar brasileiro.

Para tanto, foi necessário, de forma específica, analisar a história do livro didático no Brasil desde a sua inserção no período monárquico; examinar a evolução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); revisar os currículos de referência e os documentos normativos da educação brasileira; avaliar o livro didático sob o ponto de vista da disputa de território no mercado editorial brasileiro; investigar a relação do professor de geografia com o livro didático na cidade de Aquidauana/MS; e analisar o processo de escolha do livro didático de geografia na rede estadual de ensino em Aquidauana/MS.

Para analisar a história do livro didático no Brasil, foi realizado um recuo histórico até o século XIX, período em que o Brasil ainda era governado por uma monarquia, onde se iniciou a importação de livros didáticos vindos da Europa.

Posteriormente, foi analisado o período desde o surgimento da República até o governo militar.

Em relação à análise da evolução do Programa Nacional do Livro Didático, que ocorreu a partir de 1985, buscou-se observar atentamente os decretos e resoluções que se sucederam ao longo de todo esse período, além das resenhas de avaliação disponibilizadas aos professores durante o processo de escolha do livro didático.

Para a análise dos currículos de referência e dos documentos normativos da educação brasileira, buscou-se fixar um recorte temporal a partir da promulgação da última Constituição Federal brasileira, no ano de 1988, que serviu marco legal para as reformas educacionais ocorridas nos últimos 30 anos no Brasil e que ainda estão vigentes no país.

A análise do livro didático sob o ponto de vista da disputa de território no mercado editorial brasileiro foi realizada em um recorte temporal marcado pela atuação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), ou seja, de 1985 a 2024. No entanto, as características do mercado editorial estão presentes ao longo de toda a pesquisa, pois o aspecto mercadológico é inerente ao livro didático.

Para analisar a relação do professor de geografia com o livro didático na cidade de Aquidauana/MS, foi necessário, além de referencial teórico específico, concluir o trabalho de campo referente a atuação do professor frente a utilização do livro didático de geografia.

Por último, foi analisado o processo de escolha do livro didático de geografia na rede estadual de ensino em Aquidauana/MS, referente ao PNLD 2023, que está previsto para chegar às salas de aula no ano letivo de 2024. Dentro dessa perspectiva, analisamos de que forma foi conduzido o processo de escolha pela equipe escolar: professores, coordenadores e diretores, e se realmente as obras escolhidas chegaram às mãos dos professores. Também investigamos se houve ou não interferência por parte das editoras durante todo esse processo.

Estabeleceu-se como recorte analítico o ensino fundamental II (que compreende do 6º ao 9º ano) da rede estadual de ensino na cidade de Aquidauana/MS, pois é uma etapa de ensino com uma ampla demanda e oferta considerável dentro do município e com uma número relevante de professores, o que facilita o estudo proposto.

Para a realização deste trabalho, foi empregado o método de análise qualitativa. Os procedimentos metodológicos adotados foram o levantamento

bibliográfico, a pesquisa documental, a análise de decretos e resoluções, o fichamento do aporte teórico e a pesquisa de campo.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da análise de teses, dissertações, livros e artigos sobre a história do livro didático no Brasil, o processo de criação do Programa Nacional do Livro Didático, os aspectos mercadológicos do livro didático, a relação do professor com o livro didático e seu processo de escolha no âmbito do PNLD

Em relação à pesquisa documental, foi realizada a leitura dos documentos normativos da educação brasileira, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul; além de sites como o da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e a consulta a órgãos do governo por meio eletrônico, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério da Educação.

Foram analisados diversos decretos que acompanharam a evolução do livro didático no Brasil, desde sua inserção na educação brasileira ainda no período monárquico, passando pela transição para o período republicano, até chegar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Após a leitura e fichamento do aporte teórico mencionado, foi realizado, no início de 2024, um contato preliminar com as escolas inseridas no recorte analítico estabelecido para a realização do trabalho de campo. Após a sinalização positiva do corpo diretivo, foi enviado aos professores de geografia um questionário com perguntas abertas e fechadas

Em relação ao aporte teórico utilizado, especificamente para a análise da história do livro didático no período monárquico, foi utilizada como contribuição principal a obra de Circe Bitencourt (1993). Em sua tese de doutorado, realizou um importante estudo a respeito do livro didático, onde trouxe uma análise completa a respeito desse tema e um panorama histórico da sua inserção no Brasil, desde o período monárquico até a implantação da república, sem deixar de analisar os múltiplos aspectos inerentes a ele, como dados substanciais a respeito do mercado editorial da época. Munakata (2012 p. 181) ressaltou que, nessa época, os trabalhos brasileiros sobre o livro didático não passavam de 50 títulos.

Outros autores também contribuíram com a construção do referencial teórico a respeito dos estudos desse recorte temporal, a saber Tambara (2002), que em sua

pesquisa trata a respeito da trajetória do livro didático em pleno século XIX com o objetivo de, segundo Tambara (2002, p. 25), “inventariar o que os alunos e professores liam nas aulas de primeiras letras no Brasil no século XIX”, sem deixar de citar origem, o conteúdo, a produção, a editoração e a distribuição do material didático.

Já a obra de Carina Copati (2017) contribui com o estudo a respeito do livro didático, trazendo alguns panoramas históricos não só desse período, mas também de períodos posteriores. Neiva Otero Schaffer (1988) traz um panorama do desempenho pedagógico, entendendo-se aqui a desenvoltura do professor em sala de aula em relação ao uso do livro didático.

Para tratar do período referente ao século XX, a obra de Filgueiras (2015) traz um estudo de vários períodos que marcaram a história do livro didático, dentre os quais estão a inserção da FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar), COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) e CNME (Campanha Nacional do Material de Ensino), antes e durante a ditadura militar, abrangendo desde o governo de Vargas até o período da ditadura militar.

O estudo desse período, incluindo os governos ditatoriais e a sucessão dos seguidos decretos que marcaram a história do livro didático no Brasil, auxilia na compreensão da trajetória percorrida pelo livro didático no Brasil e a formação do mercado editorial correspondente, bem como a forma que evoluiu até os dias atuais, já que foi um período de inúmeras mudanças no campo da educação.

Para embasar a pesquisa referente a esse período, apoiamo-nos principalmente nos trabalhos de Freitag, Motta, Costa (1987), Freitag (1987), Bragança (2009), Batista (2001), Schaffer (1988), Callai (2016), Cacete (2021), Choppin (2004), Ferreira (2008), Munakata (2006), Miranda (2004), Toletto (2004).

Além desses autores, também foi de vital importância a análise dos decretos que se sucederam nesse período, a saber: Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que rege a criação do Instituto Nacional do Livro; Decreto nº 1006, de 30 de dezembro de 1938, que estabelecia as normas para a produção e circulação do livro didático no Brasil; Decreto-lei nº 9763, de 6 de setembro de 1946, que trazia alguns benefícios para os produtores de livros didáticos; Decreto nº 38556, de 12 de janeiro de 1956; Decreto nº 58653, de 1966, que tratava do acordo entre o MEC e a USAID; e a LDB nº 4024, de 1961, que norteava o sistema educacional na época.

Em relação ao estudo sobre o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, foi necessária a leitura de referencial teórico específico, tais como Mantovani (2009), que

em sua dissertação de mestrado escreveu sobre os impactos do Programa Nacional do Livro Didático na qualidade do ensino público; Gisele Neves Maciel (2015), que trata da história do livro didático dentro de um recorte temporal fixado entre 1999 e 2014 no contexto das editoras, avaliações e os erros conceituais presentes nos livros didáticos do estado de Santa Catarina; e Munakata (2012), que retoma alguns temas de pesquisa referentes ao livro didático.

Acerca da questão curricular, percebeu-se que as reformas educacionais abriram caminho para a montagem de um currículo único, que acabou culminando na implantação da Nova Base Nacional Comum Curricular recentemente. Callai (2016, p. 273) define que os “documentos oficiais são o resultado da construção social”.

Nesse sentido, convém refletirmos acerca dessa questão, já que a construção social se baseia na organização de uma determinada sociedade em um determinado lugar, levando em conta suas especificidades regionais. Ao contrário do que é proposto pela autora, os currículos apontam para uma realidade geral, que exclui os aspectos regionais.

O currículo de referência de Mato Grosso do Sul também faz parte desse escopo de análise, uma vez que é o documento normativo utilizado na rede estadual de ensino. Nesse caso, pretende-se identificar de que forma o currículo estadual insere aspectos da realidade local, tendo como base o currículo nacional. A partir dessa análise torna-se possível compreender se o livro didático contempla os conteúdos regionais.

De maneira geral, pode-se constatar, em uma breve leitura, que os currículos de referência e os documentos normativos podem atuar de maneira estratégica em prol do Estado para a disseminação de um modo de pensamento que privilegie as classes dominantes.

Outro problema constatado através de Young (2011) é o perigo do esvaziamento de conteúdo quando os currículos passam a ser instrumentalizados pelo estado. Nesse sentido, segundo Choppin (2004), ele assume o papel de símbolo da soberania nacional.

Para um maior entendimento da relação que se estabelece entre o professor de geografia e o livro didático de geografia na rede estadual de ensino do município de Aquidauana/MS, adotamos como referencial teórico o trabalho de Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (1988). Para esta autora, existe uma dificuldade de compreensão acerca do espaço geográfico à medida que há uma marcação bem

definida de uma dualidade entre homem e natureza, onde cada fenômeno é visto de forma isolada nos livros didáticos.

Em linhas gerais, a autora busca, em sua pesquisa, refletir a respeito da reprodução dessa dicotomia dentro do chão de sala de aula, onde os livros didáticos abordavam cada fenômeno de forma isolada, segundo ela, sem a preocupação de relacioná-los, o que implicava em uma dificuldade de compreensão da definição do que é a própria geografia, que, segundo a maioria dos autores, é o estudo da relação do homem com a natureza.

Isso se refletia na atuação do professor, que muitas vezes era questionada como sendo até mesmo negligente em relação à sua prática docente frente aos desafios que a disciplina impunha, dada a sua grande complexidade. Porém, a autora sustenta que nem sempre isso foi responsabilidade do professor, mas também do “caráter ideológico que desde o início marca a geografia oficial” (Pereira, 1988, p. 15).

Esse caráter ideológico pode ser percebido a partir da instrumentalização da disciplina de geografia nos currículos escolares de governos cujo único objetivo era controlar a sua hegemonia frente ao Estado Nacional, fenômeno presente principalmente a partir do século XIX. Conforme Pereira (1988, p. 27), através “da delimitação de suas fronteiras, demarcadas pela tradição e língua comum.” Dessa forma, a geografia era utilizada para fins geopolíticos.

Com relação ao quesito professor e livro didático, Pereira (1988, p. 35) deixa claro que é importante que a geografia ensinada não isole natureza e sociedade, mas que, nesse caso, cabe ao professor ter o domínio e o conhecimento do que está ensinando.

De maneira geral, a presente pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro trata do aspecto histórico da inserção do livro didático no Brasil, desde o período monárquico até a ditadura militar. O segundo aborda a criação e evolução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), considerando as mudanças curriculares que ocorreram no Brasil. O terceiro capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos com base no trabalho de campo realizado, com ênfase no processo de escolha do livro didático de geografia à luz do PNLD 2024 e na relação do professor de geografia com o livro didático em Aquidauana/MS.

2. A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

2.1 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO LIVRO DIDÁTICO: DA MONARQUIA A REPÚBLICA

Esse tópico da pesquisa busca realizar uma análise a respeito do processo histórico de inserção do livro didático na educação brasileira, a partir do período monárquico, momento em que os materiais didáticos ganham maior evidência no Brasil devido a importação de obras vindas da Europa, até os avanços ocorridos no período republicano, sem deixar de considerar a multiplicidade de aspectos que o livro didático incorporou ao longo do tempo.

Para tratarmos desse período da história dos manuais escolares no Brasil, iremos tomar como referência principal as pesquisas desenvolvidas por Circe Bitencourt (1993), que, para a época, simbolizava um marco nos trabalhos dessa área de estudo. Ao longo do tempo, ela continuou a desenvolver pesquisas referentes ao livro didático, inclusive levando em conta os múltiplos aspectos que o livro didático assumiu em sua trajetória, como o cultural, o mercadológico, o pedagógico e sua relação com o Estado.

Segundo Bitencourt (1993, p. 3), “o livro didático deve ser considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”. Nesse sentido, podemos refletir que o livro didático pode vir a ser instrumentalizado pelo poder dominante em um determinado Estado.

Conforme Copatti (2017, p. 76), o livro didático começou a ganhar maior espaço no Brasil a partir da metade do século XIX, com a utilização de obras vindas da França e Portugal. Outro fator que, segundo ela, contribuiu para o crescimento da produção literária no país foi a vinda da família real para o Brasil e o crescimento no número de escolas. Nesse sentido:

Após 1808, com a vinda da família real e a proliferação de escolas, há impulso à produção de material estrangeiro, sobretudo francês, pela inexistência e/ou precariedade da indústria nacional e pelo alto custo dos livros aqui produzidos (Schaffer, 1988, p.5).

Para Schaffer (1988, p. 4), o livro didático começa a ganhar maior importância a partir das necessidades advindas da expansão capitalista e com a escassez de mão

de obra, principalmente a partir do século XIX, quando começa a surgir uma maior preocupação com a formação mínima de mão de obra.

Em relação ao início da produção de autores nacionais, é importante destacar que:

Os primeiros autores de livros didáticos no Brasil, ainda no período imperial, pertenciam a uma elite intelectual e tinham estreitas ligações com a política educacional do Estado. Muitos deles eram oriundos da Escola Militar, fundada em 1810; do Colégio Pedro II, de 1837 e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado um ano depois; todos sediados na então capital nacional, a cidade do Rio de Janeiro (Cacete, 2021, p. 8).

A partir da consulta bibliográfica e documental, notamos que, desde o surgimento do livro didático no Brasil, há também um interesse de controle por parte do Estado, iniciado no período imperial brasileiro e continuando até o início do período republicano, como podemos observar no Decreto nº 9397, de 7 de março de 1885:

Atendendo ao que propôs a Inspeção Geral de Instrução do Município da Corte: 1º Nenhum livro, mapa ou objeto de ensino será adotado nas escolas públicas sem prévia aprovação do ministro do Império, ouvindo o conselho diretor, que dará parecer fundamentado; a adoção dos livros ou compêndios que contenham matéria de ensino religioso, 5 procederá também a aprovação do bispo diocesano (Rio de Janeiro, 1885).

Esse decreto mostra que, historicamente, o livro didático sempre foi controlado pela mão forte do Estado, onde todas as etapas do processo de produção e distribuição do material sempre estiveram subordinadas ao governo vigente, o que nos coloca uma questão importante a ser abordada neste trabalho: o uso do livro didático para a disseminação de ideologias das classes dominantes.

Tal questionamento é reforçado por Bitencourt (1993), quando aponta que, nesse período, já havia uma preocupação a respeito dos conteúdos abordados nos livros didáticos, o que fica evidenciado pela alta vigilância adotada com os manuais de ensino.

De qualquer modo, a utilização dos livros didáticos era essencial para a não proliferação de outros tipos de obras sem prévia fiscalização do governo, o que garantia um controle maior do que era ensinado nas escolas.

De acordo com Bitencourt (1993), uma das preocupações da época era a veiculação de valores morais em uma sociedade em que a Igreja exercia forte influência nas decisões governamentais. Isso é reforçado pelo Decreto nº 9397, de 7 de março de 1885, que, conforme visto acima, previa a anuência do bispo diocesano quanto às disciplinas de ensino religioso.

O controle do material didático era exercido por meio do veto e da autorização, através de regras específicas e legislação própria, desde o período imperial, conforme segue no texto do Decreto nº 9397:

2º A aprovação será requerida ao Inspetor Geral pelo autor ou editor ou solicitada ex-offício por qualquer membro do conselho diretor; para se resolver sobre a aprovação, deverão ser entregues na Inspeção 12 exemplares da obra afim de serem distribuídas pelos membros do conselho; os exemplares ficarão arquivados. (Rio de Janeiro, 1885).

Nota-se que os próprios autores ou editores dos livros didáticos solicitavam ao Inspetor Geral a aprovação de suas referidas obras, devendo estes entregar alguns exemplares aos membros do conselho. Conforme Bitencourt (1993), existia ainda uma fiscalização quanto ao trabalho do professor no início do século XIX, quando as câmaras municipais tinham a incumbência de tecer relatórios ao governo, mostrando um panorama do ensino, a atuação dos professores e os possíveis equívocos cometidos em seu trabalho. Percebe-se que a ideia de controle sobre o trabalho do professor não é algo recente no Brasil.

Um fator importante que passou a ocorrer nesse período é que, em 1908, o professor recebeu o “direito” de escolher os livros didáticos, o que antes estava a cargo da congregação. Conforme aponta Bitencourt (1993, p. 72), “o professor ficou encarregado da escolha dos livros indicados em uma lista apresentada pela congregação do estabelecimento.”

Na província amazônica, os professores poderiam até propor ao diretor geral a inserção de obras que julgassem ser importantes. No entanto, devemos nos atentar ao fato de que essas escolhas já estavam condicionadas a uma lista prévia definida por uma comissão. Portanto, a escolha do livro didático por parte do professorado era uma mera formalidade, já que as obras estavam pré-selecionadas conforme os interesses maiores do Estado.

A prática de possibilitar 'alguma escolha' pelo professor fornecia a legitimidade na ação de controle do Estado, fazendo com que os docentes dessem o consentimento na adoção do livro que, na realidade, era outorgado e controlado pelo poder oficial (Bitencourt, 1993, p. 72).

Quando o Brasil passou para o período republicano, a Igreja acabou perdendo o papel de instituição parceira do governo na fiscalização das obras didáticas. A partir desse momento, surgiu a figura dos diretores e inspetores, que passaram a exercer esse papel.

Com relação às instituições de ensino particulares, essas poderiam adotar qualquer tipo de obra, desde que não fossem as expressamente proibidas pelo governo. Apesar de a Igreja Católica não exercer mais o papel de agente fiscalizador, ainda dominava a produção de livros didáticos, favorecida pela chegada de religiosos europeus.

A igreja católica, apesar de separada do Estado, continuou a exercer seu domínio sobre a produção didática, conseguindo estender sua rede de ensino a partir do final do século XIX, com a vinda de várias ordens religiosas europeias, atingindo com maior extensão o ensino feminino (Bitencourt, 1993, p. 74).

A respeito do papel que o livro didático vinha desempenhando na educação brasileira, Bitencourt (1993, p. 74-75) pontua que: "Os livros didáticos foram concebidos para que o Estado pudesse controlar o saber a ser divulgado pela escola" e vai ainda mais a fundo quando aponta que:

A política do livro escolar representou um dos traços característicos da produção cultural feita por uma elite que procurava se inserir no mundo 'civilizado', preservando, paradoxalmente, de maneira intransigente, privilégios de uma sociedade hierarquizada e aristocrática (Bitencourt, 1993, p. 75).

Dessa forma, retornamos a um questionamento feito anteriormente sobre a utilização do livro didático como instrumento de dominação e propagação da cultura elitista, cujo principal objetivo era perpetuar seus privilégios.

Apesar desses questionamentos, não podemos negar que o livro didático é um importante recurso no processo de ensino-aprendizagem e está presente na estrutura educacional brasileira desde o século XIX.

O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor (Bitencourt, 1997, p. 72).

Em relação ao controle estatal do livro didático no século XIX:

[...] o sucesso de uma obra didática dependia em muito da operação de diversos conselhos, normalmente específicos para cada província que, ao recomendarem ou não determinado texto, condenavam-no ao sucesso ou insucesso editorial. Sem dúvida, o domínio deste poder era crucial para a circulação dos textos mesmo porque o próprio governo provincial era um dos principais clientes deste tipo de literatura (Tambara, 2002, p. 48).

Nessa época, já operava no Brasil uma estrutura que ditava as regras de mercado no que se refere ao comércio de livros didáticos, beneficiando as editoras maiores e que se adequavam às regras do Estado com mais facilidade. Portanto, “o que se observa é que, em meados do século XIX, o livro didático passou a se constituir em uma efetiva fonte de renda para seus autores e, de modo especial, para as editoras” (Tambara, 2002, p. 47).

Notadamente, o livro didático se tornou um instrumento estratégico para o governo, a fim de que esse pudesse disseminar suas ideias de forma uniforme. Porém, como vimos no trecho acima, as editoras controladas pela iniciativa privada acabaram conseguindo o direito à fabricação desse material.

Dessa forma, os livros didáticos acabaram se transformando rapidamente em uma mercadoria com um mercado comprador já definido: o Estado. Sendo assim, o mercado editorial passa a apresentar-se como um território de disputa entre as editoras maiores.

Isso logo resultou em um cenário de monopolização editorial no país. A tese de doutorado elaborada por Circe Bitencourt, no ano de 1993, nos ajuda a entender melhor esse cenário. Ela mostra que, no ano de 1885, apenas três editoras concentravam 44,2% da produção nacional de livros. Outro fato constatado é a grande concentração de empresas de editoração estrangeira

Conforme Bitencourt (1993, p. 83), “A primeira grande editora de livro didático no Brasil foi, entretanto, a firma de Francisco Alves.” Segundo ela, Francisco Alves

adquiriu a editora de seu tio e, a partir daí, tratou de comprar editoras menores e também direitos autorais de obras bem-sucedidas. Dessa forma, aumentou significativamente o monopólio na indústria do livro didático. Ele até adquiriu editoras concorrentes e também a grande editora Laemmert, muito conceituada na época, que inclusive foi a responsável por lançar o primeiro livro de geografia.

No início do século XX, já existia a presença de um monopólio editorial no Brasil em relação aos livros didáticos:

Assim, a produção didática, ao terminar a primeira década do século XX, concentrava-se em três grandes empresas editoriais. A H. Garnier, em fase de estagnação, a Francisco Alves que, praticamente monopolizava a produção da literatura escolar e, paralelamente a F.T.D, que começava seu percurso empresarial (Bitencourt, 1993, p. 84).

Retomando ao final do século XIX, observa-se também, no catálogo elaborado por Circe Bitencourt (1993), uma significativa participação de editoras estrangeiras no mercado editorial brasileiro, com destaque para a participação das editoras portuguesas.

Não só os portugueses estavam presentes no mercado editorial brasileiro, mas também os franceses, com obras editadas em Paris. Conforme aponta Bitencourt (1993, p. 89), “a continuidade de impressão em tipografias parisienses serviu para fortalecer os modelos franceses na confecção de livros didáticos.”

A França acabou se tornando um importante parceiro do Brasil, e isso explica as múltiplas relações entre os dois países acerca da edição de livros. Era uma relação de interesses mútuos, que representava muito para a França em termos de expansão capitalista, além das relações culturais e comerciais advindas desse período. Sendo assim:

As relações culturais entre França e Brasil, em especial no setor livreiro, foram constantes no decorrer do século XIX, sofrendo alguma concorrência com a introdução de escolas americanas de confissão protestante em áreas de emigração que, juntamente com alguns educadores contrários ao domínio da igreja católica na área, buscaram novos modelos educacionais nos Estados Unidos (Bitencourt, 1993, p.92).

Quanto à distribuição geográfica das editoras no território nacional, podemos observar uma grande concentração na cidade do Rio de Janeiro, fato que se justifica facilmente pela posição política da cidade, pois era onde o poder estava concentrado. Conforme Bitencourt (1993, p. 92), “o Rio de Janeiro foi o local onde se instalaram as maiores editoras e onde se encontravam várias outras pequenas e desconhecidas, mas responsáveis pela produção de aproximadamente 20% do total dos títulos”.

Em um período em que as distâncias eram muito maiores em relação às que temos atualmente, era de suma importância que as editoras estivessem próximas ao centro do poder, pois isso facilitava os processos de negociação com o governo. Conforme aponta Bitencourt (1993, p. 94), “os editores que iniciaram seu trabalho no Rio de Janeiro desenvolveram uma eficiente política de aproximação com o poder”.

A partir desse momento, na história do livro didático no Brasil, dois atores passam a ganhar destaque nos programas de escolha geridos pelo governo: os diretores e os inspetores. Eles representavam o poder no processo de escolha dos materiais didáticos; desse modo, acabaram se tornando o alvo preferido das editoras.

Um fator importante para entendermos o contexto do material didático nesse período é que a indústria nacional do livro didático sempre foi prejudicada pela alta taxa cobrada nas importações de papel, o que não ocorria com a importação de livros. Isso deixa claro que havia interesses pela importação de obras estrangeiras nesse período.

De fato, percebemos que as obras nacionais, de certo modo, eram marginalizadas, pois as editoras maiores, que concentravam o monopólio do mercado editorial brasileiro, estavam recheadas de participação de países europeus, enquanto as tipografias genuinamente brasileiras enfrentavam dificuldades no interior das províncias. Mesmo assim, não deixaram de ter sua importância, pois “foram nas pequenas tipografias criadas nas províncias que surgiram as primeiras obras didáticas nacionais dedicadas ao ensino das primeiras letras e às de Gramática” (Bitencourt, 1993, p. 99).

Dadas as circunstâncias, as editoras tiveram que se adaptar às diretrizes propostas pelo Estado e pelo sistema educacional para a produção dos materiais didáticos. Afinal, quem teria capacidade de executar uma compra em massa se não fosse o governo federal?

Com relação à produção de livros didáticos fora dos grandes centros nesse período, podemos destacar as cidades de Belém e Manaus. Curiosamente, essa

região específica se dedicou à produção de livros de geografia pelo fato de que era necessário, para a época, compreender melhor os espaços da região amazônica, pois vinha sendo alvo de interesses internacionais, sobretudo pela exploração da borracha.

Dessa forma, a região Norte e também a região Nordeste tiveram participação notável no cenário nacional de produção de livros didáticos, trazendo grandes contribuições. Já em São Paulo, a produção alcançou uma melhora após o início do período republicano. As editoras mais conceituadas nesse período eram Duprat & Cia., Teixeira e Irmãos, e a própria F.T.D.

O controle dos manuais e livros didáticos no Brasil se acentua no período republicano, principalmente a partir da década de 1930, quando surgem no Brasil os programas de livros didáticos que tinham como objetivo subsidiar mudanças na ordem social do país.

2.2 OS PROGRAMAS DE LIVRO DIDÁTICOS NO BRASIL DE 1930 A 1985: DA DITADURA DE VARGAS AO REGIME MILITAR

Esse subitem da pesquisa tem como objetivo principal analisar os sucessivos decretos que marcaram a trajetória do livro didático no Brasil durante o século XX, especificamente no que se refere ao recorte temporal citado no título desse subitem, que vai desde o ano de 1930 até 1985, quando surge o decreto de criação do Programa Nacional do Livro Didático. Sendo assim, será possível compreender qual foi o contexto político e social que levou à criação do PNLD.

Embora a questão mercadológica seja analisada mais a fundo no item 3, não podemos omitir que esse aspecto é inerente ao livro didático e está presente em todos os períodos da sua história no Brasil. Dessa forma, iremos analisar as características do mercado editorial frente aos sucessivos decretos que ocorreram durante as ditaduras de Vargas, no chamado Estado Novo, e também da ditadura militar que começou com o golpe de 1964.

A década de 1930 do século XX acabou marcando um período de grandes transformações políticas e sociais no país. A começar pelo processo revolucionário que pôs fim à hegemonia política do café com leite, que levou Getúlio Vargas ao poder e, posteriormente, resultou na instalação de uma ditadura, a partir de um golpe de Estado, e na criação do Estado Novo.

Em relação a esse período:

Em Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro 1931/1956 Guy de Holanda (1957) defende a tese de que o livro didático nacional é uma consequência direta da revolução de 30. “Com efeito, a queda da nossa moeda, conjugada com o encarecimento do livro estrangeiro, provocado pela crise econômica mundial, permitiu ao compêndio brasileiro – antes mais caro do que o francês – competir comercialmente com este (Guy de Holanda, 1957 apud Freitag, Motta, Costa, 1987, p. 5).

Foi nesse contexto de rupturas e mudanças na ordem social e política do país que houve a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) por meio do Decreto-Lei 93/1937, que tinha a priori o intuito de fomentar o processo de produção de livros didáticos no Brasil. Nesse período, o Estado passou a ter interesse em instrumentalizar o uso do livro didático em benefício das mudanças ocorridas no Brasil com a transição para o Estado Novo.

Sendo assim, a história antiga e recente dos programas de livro didático no Brasil é uma sucessão de decretos e leis. Ao analisarmos esse período compreendido entre os anos de 1930 a 1985, poderemos entender com maior clareza qual foi o contexto que levou ao surgimento do maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo: o PNLD.

De acordo com o Decreto nº 93/1937, que criou o Instituto Nacional do Livro – INL (1937), as suas competências eram as seguintes:

- a) Organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) Editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional.
- c) Promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) Incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo território Nacional. (Brasil, 1937)

De acordo com Bragança (2009, p. 229), o governo do Estado Novo teve forte presença em relação ao livro escolar, inclusive estabelecendo regras de utilização do livro didático no país através da publicação do Decreto-Lei nº 1006, de 30 de

dezembro de 1938, que estabelecia as regras de circulação e utilização do livro didático em todo o território nacional.

A respeito do controle da produção de materiais didáticos, podemos destacar que:

O controle da produção nacional contemporânea, de início, foi um ato administrativo pautado pela preocupação em subordinar os manuais ao discurso oficial, ou ainda com o de algum governo de ocupação, em um controle de censura que tinha como objetivo eliminar ou tentar qualquer desvalorização ou qualquer interpretação nociva aos seus interesses (Choppin, 2004, p. 555).

A princípio, o texto do decreto estipulava que a produção e a importação de livros didáticos eram livres no país; porém, de acordo com o art. 3º, seria necessária uma autorização prévia, que deveria ser concedida pelo ministro da Educação, sendo dispensados apenas os livros produzidos pelo Ministério da Educação.

Estabeleceu-se ainda a chamada Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, que seria composta por sete membros designados pelo presidente da República, que não poderiam ter qualquer tipo de ligação comercial com os editores sediados no Brasil ou no exterior (Brasil, 1938).

Eram competências da comissão, conforme o Decreto nº 1006, de 30 de dezembro de 1938:

- a) Examinar os livros didáticos que lhes forem apresentados e proferir julgamento favorável ou contrário a autorização de seu uso;
- b) Estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos, indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a
- c) Abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;
- d) Promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei (Brasil, 1938).

De acordo com esse decreto, os autores ou as editoras deveriam requerer autorização para o uso do livro didático por meio de petição entregue ao ministro da Educação, anexando três exemplares do livro didático, que seriam encaminhados para análise da Comissão Nacional do Livro Didático.

Em caso de aprovação do livro, este deveria atender às recomendações sugeridas pela comissão. Dessa forma, após a impressão das obras, estas deveriam ser submetidas novamente a uma nova análise da comissão, para que fossem verificadas as correções.

A respeito da circulação de livros didáticos no Brasil, nesse período, temos, de acordo com o Decreto nº 1006, capítulo 4, algumas regras que determinavam a proibição de livros:

- a) Que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência, ou a honra nacional; b) Que contenha, de modo explícito, ou implícito, a pregação ideológica, ou indicação da violência contra o regime político adotado pela nação; c) Que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais; d) Que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria; e) Que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira; f) Que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões; g) Que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras; h) Que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais; i) Que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa; j) Que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais; k) Que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana (Brasil, 1938).

Essas normas buscavam atender, conforme Cacete e Vitiello (2021, p. 12), aos interesses estatais no que se referia ao controle político e ideológico que interessava ao governo. Sendo assim, nota-se que, nesse período, inserem-se as disciplinas de educação moral e cívica, aflorando, dessa forma, o sentimento nacionalista. Podemos citar ainda que:

A comissão foi criada em 1938 e estabelecia que a partir de primeiro de janeiro de 1940, nenhum livro didático poderia ser adotado no ensino escolar, pré-primário, primário, normais, profissionais e secundários no país sem a autorização previa do ministério da educação e saúde (Ferreira, 2008, p. 38).

Esse controle estatal exercido sobre os livros didáticos no período do governo Vargas sustentava-se no fato de que a base de seu governo era apoiada pelas

instituições militares, religiosas e famílias com ideais conservadores. Nesse sentido, a oposição às lutas de classes se dá pelo fato de que o governo estava trabalhando no projeto de construção de uma identidade nacional que não permitia a pluralidade de ideias e pensamentos.

Nesse período, na década de 40, começaram a surgir no Brasil algumas inquietações de autores e editores a respeito de vários problemas em relação aos livros didáticos, entre eles os altos preços de insumos indispensáveis à produção de livros e a impressão de livros nos Estados Unidos. Outro problema que preocupava as editoras, segundo Bragança (2011, p. 232), era a falta de mão de obra especializada na produção de livros didáticos, o que seria resolvido com a abertura de uma escola de artes gráficas do SENAI, resultando no barateamento da mão de obra e beneficiando a indústria do livro didático.

Dentro desse contexto de preocupações e mobilizações, foi criada, em 20 de setembro de 1946, a Câmara Brasileira do Livro (CBL), que tinha por finalidade principal estabelecer um diálogo entre as editoras a respeito dos problemas que o mercado livreiro vinha enfrentando (Bragança, 2011, p. 232).

O Decreto-Lei nº 9.763, de 6 de setembro de 1946, trouxe alguns benefícios a respeito das reivindicações feitas pelas editoras, entre eles: “conceder isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, ao papel para livros” (Bragança, 2011, p. 232).

Nota-se que a Câmara Brasileira do Livro encampou uma luta, nesse período, a fim de preservar os direitos do mercado editorial frente aos interesses estatais. Dessa forma, percebe-se uma busca por espaço no mercado de livros didáticos por parte das editoras.

Outras conquistas da Câmara Brasileira do Livro nesse período, segundo Bragança (2011, p. 233), foram: “a revogação de uma portaria que controlava e burocratizava excessivamente, por intermédio da Comissão Nacional do Livro Didático, a adoção de livros por professores e escolas”.

Avançando um pouco mais, na década de 50 do século XX, temos um período marcado também por profundas mudanças sociais no Brasil, inclusive no campo da educação, com mudanças importantes em relação ao livro didático. Dentre elas, a criação da Campanha Nacional do Manual de Ensino (CNME), que inicialmente previa, conforme o art. 2º do Decreto nº 38.556, de 12 de janeiro de 1956:

Compete a campanha estudar e promover medidas referentes à produção e a distribuição de material didático, com a finalidade de contribuir para a melhoria de sua qualidade e difusão do seu emprego bem como para a sua progressiva padronização (Brasil, 1956).

Nesse período, havia uma preocupação por parte do governo quanto à melhoria nos padrões dos materiais didáticos oferecidos aos estudantes. Dessa forma, a CNME foi criada a fim de produzir materiais didáticos; porém, havia uma preocupação com as editoras privadas. Conforme Filgueiras (2013, p. 318), o governo de Juscelino Kubitschek passou a contribuir para o crescimento da indústria do livro didático adotando medidas que beneficiavam as empresas, como o corte de custo do papel e impressão, além da redução de impostos e tarifas. Com isso, o mercado editorial apresentou um crescimento na ordem de 143% entre os anos de 1950 e 1960.

Nota-se, já nesse período, no governo de Juscelino Kubitschek, que, a partir da criação da Campanha Nacional do Material de Ensino (CNME), havia uma preocupação com a padronização dos materiais didáticos na educação brasileira.

Munakata (2006, p. 3) fala da grande dificuldade de se realizar estudos mais profundos a respeito desse período, com destaque à atuação da Campanha Nacional do Material Escolar (CNME) e, posteriormente, da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), devido à falta de documentação que viabilize tais pesquisas.

A preocupação com a questão educacional, a partir da segunda metade do século XX, também pode ser constatada através do texto da LDB 4024/61, a respeito do direito à educação:

II – Pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos (Brasil, 1961).

O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação citado acima trata do papel do Estado em proporcionar os meios necessários para que a educação seja acessível a todos, inclusive para os menos favorecidos que vivem em situação de vulnerabilidade social.

A partir desse período, no Brasil, houve o início de inúmeros conflitos, que acabaram culminando com a instauração de um governo militar ditatorial em abril de

1964, decorrente, segundo Toledo (2004, p. 13), da “organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais” que tinham o intuito de abafar os movimentos sociais, sindicais, a organização de operários e trabalhadores durante o governo de João Goulart.

Em linhas gerais, percebe-se que esse foi um período que marcou bastante a política do livro didático no Brasil, pois foi a partir desse momento que o Estado passou a ter um papel importante no crescimento da indústria do livro didático no país, à medida que começou a instrumentalizar seus programas.

Para compreendermos melhor esse período em relação às políticas dos livros didáticos, precisamos entender como funcionavam dois programas distintos criados na época: a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME).

Esses dois programas possuíam diferenças muito claras. Segundo Filgueiras (2015, p. 85), “Enquanto a COLTED tinha o objetivo de estimular a expansão da indústria do livro, a FENAME deveria produzir materiais didáticos para distribuição ou venda a preço de custo.”

A respeito da COLTED, Filgueiras (2015, p. 87) diz que: “Com a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED, em 1966, o governo deveria estimular e controlar o mercado dos livros didáticos.”

A Fundação nacional do Material escolar – FENAME, criada por meio da lei nº 5327, em 1967, em substituição à Campanha Nacional de Materiais de Ensino, estava responsável pela produção de manuais escolares que seriam distribuídos aos estudantes carentes (Filgueiras, 2015, p. 87).

Como vimos, a Campanha Nacional do Material de Ensino (CNME) deu lugar à Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), cuja principal função era a de produzir o material escolar que seria distribuído nas escolas. Esse período é marcado por um imenso controle ideológico das obras editadas no país.

Com a escassez de recursos financeiros para a manutenção da produção de livros didáticos no país, surge o chamado sistema de coedição, através da portaria 35/70, que previa uma parceria ampla com empresas nacionais para a produção do material didático.

No ano de 1966, é criada a Comissão do Livro Técnico e do Material Didático – COLTED, que nada mais era do que um acordo entre o MEC e a agência americana USAID – United States Agency for International Development. Segundo o decreto nº 58653/66, sua função principal seria “gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso.”

Esse período ficou marcado pela grande entrada de financiamento estrangeiro em todos os níveis da educação brasileira.

O acordo MEC/USAID viabilizou recursos assegurando a distribuição de 51 milhões de livros, no período de três anos e estabeleceu a garantia, pelo MEC, da distribuição gratuita. Assim, assegurando o financiamento do governo a partir de verbas públicas, o programa revestiu-se do caráter de continuidade (Batista, 2001, p. 49).

Sendo assim:

Em 6 de janeiro de 1967, foi assinado o convênio MEC/USAID, que previa a cooperação BRASIL/EUA para publicações técnicas, científicas e educacionais. O convênio disponibilizaria 51 milhões de livros ao longo de três anos, para serem distribuídos gratuitamente as escolas de nível primário e médio, além de estimular o fortalecimento e a expansão da indústria editorial de livros técnicos e didáticos (Filgueiras, 2015, p. 91).

A COLTED tinha uma estrutura bem definida, possuindo um diretor executivo, o colegiado, a assessoria técnica, a assessoria de avaliação, o serviço administrativo e os serviços de coordenação executiva. Participavam das reuniões da COLTED os membros da USAID.

Sobre o acordo MEC/USAID:

Visavam substituir o modelo francês, tido como improdutivo e excessivamente politizante, pelo modelo anglo-saxônico, tido como mais eficaz, capaz de mais participação no desenvolvimento técnico e econômico do país e de silenciamento das vozes críticas e das lideranças politizantes/politizadoras no âmbito da educação (Freitag, 1987 apud Schaffer 1988, p. 10).

Ainda segundo Schaffer (1988, p. 10), “este modelo comportaria a despolitização do sistema educacional e um maior controle ideológico e político dos

materiais de ensino, de modo especial do livro didático.” Podemos exercitar nosso pensamento no sentido de que esse acordo buscava também a instrumentalização dos materiais didáticos em favor das ideologias do Estado e das elites.

Enquanto isso, a FENAME, que era um órgão do MEC responsável pela produção e distribuição dos materiais didáticos para as escolas, tinha a missão de produzir o material didático, que, de acordo com Filgueiras (2015, p. 89), “eram distribuídos ou vendidos a preço de custo nos postos de distribuição que seriam instalados em todo o país.” Sua estrutura era formada por um conselho técnico-consultivo, um conselho fiscal e uma diretoria.

É preciso destacar que a atuação da FENAME era de responsabilidade do Estado, ou seja, um empreendimento do governo militar. Conforme Filgueiras (2015, p. 98), a FENAME contribuiu, principalmente na década de 70 do século XX, para a intensificação dos ideais nacionalistas, pois divulgava obras de cunho moral, cívico e de língua nacional, além de prezar pelos preços atrativos.

Entende-se que dessa forma o livro didático nesse período também servia como instrumento de propagação ideológica da elite dominante tal como o pensamento de Miranda (2004) para quem a distribuição maciça do livro didático visava única e exclusivamente torna-lo um instrumento de repressão e contenção do Estado. Ou seja, os assuntos e temas abordados nos livros didáticos nesse momento da história passaram a ter a função de servir aos interesses estatais.

Entende-se que, dessa forma, o livro didático, nesse período, também servia como um instrumento de propagação ideológica da elite dominante, tal como o pensamento de Miranda (2004), para quem a distribuição maciça do livro didático visava única e exclusivamente torná-lo um instrumento de repressão e contenção do Estado. Ou seja, os assuntos e temas abordados nos livros didáticos, nesse momento da história, passaram a ter a função de servir aos interesses estatais.

Em relação à análise do livro didático sob essa perspectiva, o livro didático se caracteriza como:

Um poderoso instrumento nas mãos do Estado nacional para veicular seus princípios e seus interesses no sentido de desenvolver uma consciência nacional. Através da divulgação de conhecimentos e pelas orientações pode funcionar inclusive como algo autoritário, uma vez que se apresenta no Brasil como um livro destinado a todo o território nacional (Callai, 20116, p. 274).

De acordo com Filgueiras (2013), a FENAME possuía um conjunto industrial para a fabricação de livros didáticos, pois deveria ampliar a produção e a distribuição de material escolar, em atendimento ao crescente mercado consumidor.

A COLTED foi extinta no ano de 1971, período em que o Instituto Nacional do Livro (INL) passou a ser o responsável pelo programa de coedição do livro em parceria com as editoras. Dessa forma, foram criados vários programas, como o PLIDEF, voltado ao ensino fundamental; o PLIDEM, voltado ao ensino médio; o PLIDES, voltado para o ensino superior; o PLIDESU, voltado ao ensino supletivo; e o PLIDECOM, voltado para o ensino da computação.

A partir de 1976, a FENAME passou a executar o Programa do Livro Didático (PLD), que antes era realizado pelo Instituto Nacional do Livro (INL). Tratava-se basicamente do processo de coedição e distribuição do livro didático para as escolas em parceria com editoras privadas. Dessa forma, segundo Filgueiras (2015, p. 99), “a FENAME acumulou a função de publicar livros didáticos e financiar o mercado editorial privado”.

Ainda no ano de 1976, houve uma mudança no sistema de distribuição de livros didáticos. O PLIDEF passou a contar, a partir desse momento, com a participação dos estados no financiamento de livros didáticos. Outra parte dos recursos vinha do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Todo esse processo de expansão do sistema de coedição de livros didáticos fez com que o governo adquirisse cada vez mais livros, o que acabou alavancando o mercado editorial de livros didáticos.

De acordo com Filgueiras (2015, p. 99), em 1978 foram distribuídos cerca de 20 milhões de livros didáticos para alunos de baixa renda em todo o território nacional. Isso mostra a força da indústria livreira no país, ainda mais considerando que a ‘preocupação’ com a distribuição de manuais de ensino era uma das prioridades do governo militar no campo educacional.

3. A POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO, CURRÍCULO E MERCADO

3.1 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

Nesse capítulo, iremos analisar alguns aspectos referentes ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o contexto político e social que levaram à sua criação, além de como ele vem se moldando ao longo do tempo frente às mudanças das políticas educacionais brasileiras, ocorridas principalmente a partir da década de 1990. Diante desse fato, percebe-se que o PNLD se insere como uma política pública voltada para a educação, que acabou sofrendo interferências das políticas educacionais vigentes no país.

O Brasil possui um dos maiores programas de avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo. Segundo Mantovani (2009, p. 20), isso se deve aos investimentos realizados pelo governo no PNLD. Sua grandeza pode ser constatada, principalmente, se considerarmos as imensas dimensões territoriais do nosso país. Dessa forma, também podemos perceber os múltiplos aspectos que o livro didático possui: o cultural, como disseminador de cultura; o mercadológico, que o torna um produto do capital; e o pedagógico, que se faz instrumento auxiliar de professores e alunos em sala de aula.

Segundo o pensamento de Gisele Neves Maciel (2015, p. 65), definiu-se na década de 1990 que o livro didático seria o principal instrumento na busca por melhorias na educação brasileira. Dessa forma, o consumo desse tipo de literatura começa a acelerar, revelando-se cada vez mais como um produto do capital.

O Programa Nacional do Livro Didático foi criado no dia 19 de agosto de 1985 pelo decreto-lei nº 91.452 e tinha o objetivo de promover a universalização da educação, a valorização do magistério e o subsídio de gastos com educação que as famílias brasileiras vinham tendo (Brasil, 1985).

Um dos pontos importantes referentes ao decreto de criação do PNLD é a participação dos professores no processo de escolha do livro didático. Porém, o programa passou por profundas modificações na década de 90 do século XX, após o surgimento do Guia do Livro Didático, que trazia obras pré-selecionadas pelo Ministério da Educação (Brasil, 1985).

Discutiremos mais adiante a participação do professor nesse processo, pois, mesmo que ele seja um ator importante na escolha das obras, sabe-se que sua escolha está condicionada aos guias do livro didático, produzidos pelo Ministério da Educação.

Esse programa está inserido dentro da política educacional brasileira, principalmente decorrente das diversas mudanças que ocorreram a partir da década de 1990 e que culminaram com a mudança mais recente: a nova Base Nacional Comum Curricular. Nesse caso, nos interessa investigar como o PNLD se adaptou às mudanças curriculares que foram ocorrendo ao longo do tempo.

O fato é que todo esse processo de mudanças nas políticas educacionais refletiu em toda a cadeia de produção, distribuição e avaliação do livro didático no Brasil a partir da década de 1990, já que as editoras tiveram que moldar os conteúdos dos livros didáticos de acordo com as políticas educacionais vigentes no país.

Para esta análise, não podemos ignorar o contexto político e social em que o PNLD surge em nosso país, marcado por mudanças políticas e sociais importantes, como a redemocratização e a promulgação da Constituição Brasileira em 1988.

Especificamente no campo da educação, temos nesse período a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que tinha por função nortear os rumos da educação no país. Nesse momento, surge no país um forte debate acerca de um currículo unificado, que acabou se confirmando recentemente com a criação da nova Base Nacional Comum Curricular.

Propomos, a partir desse momento, trazer um panorama histórico a respeito das fases e das mudanças que ocorreram no Programa Nacional do Livro Didático, através de decretos e resoluções, desde a sua criação até o momento atual.

QUADRO 1: PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) – PRINCIPAIS MUDANÇAS

ANO	O QUE OCORREU
1985	É criado o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – por meio do decreto Nº 91542 de 19 de agosto de 1985, substituindo o PLIDEF que também era um sistema de distribuição de livros didáticos.

1992	Esse ano é marcado por prejuízos na distribuição de livros, decorrentes de dificuldades financeiras. Nesse momento a distribuição de material didático atinge apenas os estudantes de 1º a 4º série do ensino Fundamental.
1993	No mês de julho a resolução CD FNDE nº 6 passa a garantir recursos financeiros para a aquisição de livros didáticos de forma regular as escolas públicas.
1993/1994	Através de uma parceria entre o MEC, a FAE e a UNESCO são estabelecidos critérios para a avaliação de livros didáticos no Brasil.
1995	Começa o processo de retomada na distribuição de livros didáticos no ensino fundamental. São contempladas as disciplinas de português e matemática.
1996	É publicado o primeiro guia do livro didático de 1º a 4º série, através do início do processo de avaliação pedagógica feito pelo Ministério da Educação. Obras que possuísem erros conceituais, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo eram excluídas do guia do livro didático. Nesse ano o PNLD passa a distribuir livros de ciências.
1997	Por conta da extinção da Fundação de Apoio ao estudante - FAE, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE passa a executar o PNLD. Nesse período o programa é ampliado e o MEC passa a contemplar livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia para alunos da 1º a 8º série do ensino fundamental.
2000	O PNLD passa a distribuir dicionários de língua portuguesa a alunos de 1º a 4º série que ingressariam no ano de 2001. Nesse momento o MEC passa a disponibilizar as obras no ano anterior a sua utilização pelas escolas.
2001	O Programa nacional do Livro Didático passa a distribuir livros didáticos em braile para atender alunos com dificuldades visuais matriculados em turmas regulares.
2002	Os anos iniciais passam pela primeira reposição e complementação plena para a 1º série consumível. Já para os anos finais ocorre a

	<p>distribuição integral. Também ocorre a distribuição de dicionários para os alunos ingressantes na 1º série, pois o objetivo do programa era que todos os alunos matriculados no Ensino Fundamental possuíssem dicionário da língua portuguesa até o ano de 2004. Os dicionários foram entregues no ano de 2003 para distribuição aos alunos em 2003.</p>
2003	<p>Ocorre a segunda reposição e complementação (plena para a primeira serie consumível) nos anos iniciais. Já para os anos finais ocorre a primeira reposição e complementação. Com a distribuição de dicionários para os integrantes da 1º série e para os alunos das 7ª e 8ª serie o programa alcança o objetivo de atingir todos os estudantes do Ensino Fundamental com os dicionários da língua portuguesa. Também ocorre nesse ano a distribuição de atlas geográfico para as escolas com Educação de jovens e Adultos (EJA) e turmas de 5ª a 8ª serie concomitantemente. Outro marco importante nesse ano foi a publicação da Resolução CD FNDE Nº 38 de 15 de outubro de 2003 que instituiu o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio</p>
2004	<p>Ocorre a distribuição integral para os anos iniciais (1ª a 4ª serie). Já para os anos finais ocorre a segunda reposição e complementação. Com relação ao PNLEM são distribuídos livros didáticos de português e matemática para alunos do norte e nordeste. Desse modo, são entregues 38,9 milhões de dicionários.</p> <p>Um fato importante nesse ano foi a criação do SISCORT que é um sistema que controla o remanejamento de livros e a distribuição de reserva técnica, implantada em todos os estados brasileiros inicialmente para atender as turmas de 1ª a 4ª serie.</p>
2005	<p>Nesse ano ocorre a primeira reposição e complementação plena para os anos iniciais e para a primeira série consumível. Para os anos finais ocorre a distribuição integral. No âmbito do PNLEM ocorre a distribuição parcial de livros didáticos de matemática e português aos alunos da 1ª série do norte e nordeste. Ocorre também a inserção das demais regiões brasileiras, com a distribuição de livros de português e</p>

	<p>matemática para todas as series do ensino médio. Nesse ano o SISCORT passa a funcionar também nas turmas de 5ª a 8ª serie.</p> <p>O FNDE faz a distribuição de acervo de dicionários para as escolas que possuem turmas de 1ª a 8ª serie, adaptados a faixa escolar do aluno. Esses produtos deveriam ser utilizados apenas em sala de aula. Para tal, os dicionários foram classificados em três tipos, sendo o tipo 1 indicado a crianças iniciantes com dicionário de aproximadamente 3 mil verbetes; Já o dicionário do tipo 2 possuía de 3,5 mil a 10 mil verbetes, sendo indicado para os alunos em processo de consolidação da escrita); O dicionário do tipo 3 possuía de 19 mil a 35 mil verbetes e era indicado a alunos com maior domínio da escrita. Nesse projeto de distribuição de dicionários foram gastos cerca de R\$ 44.301.055,56, sendo distribuídos 766.483 acervos e 6.403.759 livros.</p>
2006	<p>Nesse ano ocorre a 2ª reposição e complementação (plena para a 1ª serie consumível). Já para os anos finais a 1ª reposição e complementação. Em relação ao PNLEM acontece a distribuição parcial de livros de português e matemática para todas as regiões do país.</p> <p>A distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares para o 1º segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª serie) já no âmbito do PNLD 2007. Ocorreu também reposição e complementação do PNLD/2004 (5ª a 8ª serie). No âmbito do PNLEM houve a complementação dos livros de matemática e português, além da compra integral de livros de biologia. Para os alunos com surdez e que utilizavam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) houve distribuição a escolas de 1ª a 4ª serie de dicionário trilingue – LIBRAS, Língua Portuguesa e língua inglesa.</p>
2007	<p>Distribuição integral para os anos iniciais e 2ª reposição e complementação para os anos finais do ensino fundamental. Em relação ao ensino médio houve a distribuição parcial, sendo integral para a disciplina de biologia e complementação para as disciplinas de português e matemática.</p>

	<p>Nesse ano o FNDE adquire 110,2 milhões de livros para reposição e complementação de livros que foram distribuídos anteriormente. Dessa forma, foram atendidos no ano de 2008 cerca de 31,1 milhões de alunos de 139,8 mil escolas públicas. Para os alunos do ensino médio foram adquiridos 18,1 milhões de livros para 7,1 milhões de alunos de 15,2 mil escolas públicas. Tudo isso para a meta progressiva de universalização do material didático para esse segmento de ensino. Sendo assim, o atendimento é ampliado com a aquisição de livros de história e de química.</p> <p>Também ocorre a distribuição de dicionários trilingues de português, inglês e de libras para alunos surdos das escolas do ensino fundamental e médio. Os alunos surdos receberam ainda uma cartilha e livro de língua portuguesa com CD-ROM.</p> <p>Ainda nesse ano é publicada a resolução CD FNDE 18, de 24 de abril de 2007 que regulamenta o Programa Nacional do Livro Didático para a alfabetização de jovens e adultos (PNLA), para a distribuição, via doação, de livros didáticos as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) com olhos voltados a alfabetização e a escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais.</p>
2008	<p>Reposição e complementação (plena para a 1ª serie consumível). Houve distribuição integral para os anos finais. Já no âmbito do ensino médio houve a distribuição parcial, sendo integral para a disciplina de química e história mais reposição e complementação de matemática, português e biologia.</p> <p>Já com vistas ao ano de 2009, houve a aquisição e distribuição, em caráter de complementação e reposição dos livros didáticos anteriormente distribuídos aos alunos. No ensino médio foram incluídos os livros de física e geografia. Já a aquisição dos livros distribuídos no ano anterior (química e história) foram em caráter de complementação e reposição.</p>
2009	<p>Houve a segunda reposição e complementação (plena para a 1ª série consumível). Para o ensino médio deu-se a distribuição integral de</p>

	<p>livros de português, matemática, biologia, física e geografia, além de reposição e complementação de química e história.</p> <p>Nesse ano houve a aquisição de 114,8 milhões de livros didáticos para a utilização no ano de 2010, totalizando um investimento de R\$ 622,3 milhões. Foram 103,6 milhões de obras didáticas distribuídas para alunos do 1º ao 9º ano. Já os estudantes do ensino médio receberam 11,2 milhões de exemplares.</p> <p>Em se tratando de PNLA foram investidos 18,8 milhões para a compra de 2,8 milhões de obras destinadas a alfabetização de jovens e adultos a serem utilizadas no ano de 2009. Os alunos jovens e adultos das escolas públicas também foram atendidos de igual modo aos alunos das entidades parceiras do PBA.</p> <p>No ano de 2009 são publicadas duas resoluções: a primeira Resolução CD FNDE nº51, de 16 de setembro de 2009 que trata da regulamentação do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Essa resolução também abrange o PNLA que atende jovens e adultos em fase de alfabetização. Também foi publicada a Resolução CD FNDE Nº 60, de 20 de novembro de 2009 que estabelece novas regras para a participação no PNLD, a saber: A partir de 2010, as redes públicas de ensino e as escolas federais deveriam aderir ao programa para receber os livros didáticos.</p> <p>A resolução 60 inclui ainda as escolas de ensino médio no âmbito de atendimento do PNLD, além de adicionar a língua estrangeira (com livros de inglês ou de espanhol) aos componentes curriculares distribuídos aos alunos do 6º ao 9º ano. A língua estrangeira também foi adicionada ao ensino médio (com livros de inglês ou espanhol) além de livros de filosofia e sociologia (volume único e consumível).</p>
2010	<p>No ano de 2010 houve distribuição integral do livro didático para os anos iniciais, além de reposição e complementação para os anos finais. Para o ensino médio houve 1ª reposição e complementação. Somente nesse ano foram investidos cerca de 893 milhões na distribuição de 120 mil livros para o ano de 2011. Já para o ensino médio foram</p>

	<p>investidos R\$ 184 milhões para aquisição e distribuição de 17 milhões de livros.</p> <p>No ano de 2010 o PNLD foi incorporado ao EJA e foram investidos recursos na ordem de R\$20 milhões na aquisição e distribuição de mais de 2 milhões de livros para a alfabetização.</p> <p>Ainda no ano de 2010 foi publicado o Decreto N° 7084 de 27 de janeiro de 2010, que trata sobre os procedimentos para execução dos programas de material didático: O Programa nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).</p>
2011	<p>No ano de 2011 houve a 1ª reposição e complementação (plena para alfabetização linguística e alfabetização matemática de 1º e 2º ano, além de distribuição integral para os anos finais. Já para o ensino médio houve a 2ª reposição e complementação.</p> <p>Ainda em 2011 o FNDE adquiriu e distribuiu integralmente livros para o ensino médio, incluindo para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O material foi utilizado no ano de 2012, com livros de língua estrangeira e livros de filosofia e sociologia (volumes únicos e consumíveis).</p> <p>Foram ainda distribuídos livros para alunos da Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental, conforme cumprimento da Resolução CD FNDE N° 51 de 2009. Foram 5 milhões de alunos atendidos com um investimento de R\$ 140,6 milhões e aquisição de 14,1 milhões de livros.</p>
2012	<p>No PNLD 2012, há a aquisição e distribuição integral de livros aos alunos do ensino médio (inclusive EJA), reposição e complementação do PNLD 2011 (6º ao 9º ano do ensino fundamental e do PNLD 2010 (1º ao 5º ano do ensino fundamental).</p> <p>O ano de 2012 foi marcado por avanços tecnológicos importantes, pois foi publicado edital para formação de parcerias para operacionalizar serviço público e gratuito de materiais digitais. Esse edital previa acordos de cooperação entre o FNDE e instituições interessadas na estruturação e operação de serviço virtual para disponibilização de obras digitais.</p>

	<p>Ainda nesse ano, pela primeira vez as editoras puderam inscrever no âmbito do PNLD 2014, objetos educacionais digitais complementares aos livros didáticos impressos. Foi encaminhado material multimídia em formato de DVD para os alunos dos anos finais do ensino fundamental no ano letivo de 2014.</p> <p>Lançado no ano de 2012, o edital de 2015 prevê que as editoras podem apresentar obras multimídia com livro impresso e livro digital.</p>
2017	<p>Decreto unifica as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, antes contempladas pelo PNLD e pelo PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola). Com nova nomenclatura, o PNLD viu sua abrangência ampliada com possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio a prática educativa, como softwares e jogos educacionais.</p>

Fonte: FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, 2024.

Percebe-se que, desde a sua criação, o Programa Nacional do Livro Didático passou por inúmeras mudanças. Esse período foi marcado por transformações importantes nos processos de produção, circulação e escolha dos livros didáticos.

Na década de 1990, por exemplo, a crise financeira pela qual o país passou interferiu na aquisição e distribuição do livro didático, deixando-o restrito apenas aos anos iniciais de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Posteriormente, o FNDE passou a custear a compra das obras didáticas no país. Inicialmente, foram contempladas as disciplinas de português e matemática, com o livro de geografia sendo distribuído apenas no ano de 1997.

A partir dos anos 2000, o PNLD passou a distribuir, além de livros didáticos, dicionários de língua portuguesa e livros em braille para alunos com deficiência visual. O ensino médio passou a ser contemplado a partir de 2005, inicialmente com a distribuição de livros de português e matemática para o primeiro ano do ensino médio nas regiões Norte e Nordeste do país. O programa também se adequou aos avanços tecnológicos ocorridos no país, iniciando a distribuição de CD-ROMs e livros digitais.

Reiteramos que é preciso entender que o livro didático possui uma multiplicidade de aspectos. Ao mesmo tempo que ele é um produto cultural inserido no imaginário das pessoas, sendo até, em muitos casos, a única obra literária de

inúmeros lares, também é uma mercadoria. Munakata (2012, p. 184) afirma que o livro é produzido para o mercado, além de ser um material didático utilizado para o ensino sistematizado nas escolas.

3.2 DECRETOS E RESOLUÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO

Assim como a história do livro didático no Brasil é marcada por uma sucessão de decretos, o próprio Programa Nacional do Livro Didático, que está em vigor desde 1985 no Brasil, também é uma sucessão de decretos que provocaram diversas modificações ao longo desse período. Iremos analisar a seguir os decretos e resoluções que marcaram essas transformações.

- **Resolução CD/FNDE nº 38 de 15/10/2003**

A Resolução CD/FNDE nº 38 dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM no projeto piloto (2005-2007).

Considerou-se, para a elaboração dessa resolução, o atendimento ao texto do artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, que fala sobre a obrigatoriedade de proporcionar a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio, assim como reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), além, é claro, da importância do livro didático para o aluno dentro do processo de ensino-aprendizagem e a do professor como um ator primordial dentro do processo de escolha das obras didáticas.

Art. 1º prover as escolas do ensino médio das redes estadual, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos, abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM (Brasil, 2003).

Definiu-se ainda critérios para a execução do projeto-piloto (2005-2007), como o atendimento progressivo aos alunos da 1ª, 2ª e 3ª séries das escolas públicas do Norte e do Nordeste do Brasil de forma prioritária, além da obrigatoriedade de cadastramento das escolas no censo escolar, que ocorria anualmente.

A projeção de crescimento das matrículas era um dado essencial para a aquisição do quantitativo ideal de obras, com um acréscimo de 3% destinado à reserva técnica.

A respeito do financiamento do programa para o ensino médio, percebe-se que ele não estava vinculado apenas ao orçamento da União, mas também a empréstimos internacionais, conforme a seguir:

Art. 4º O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – Projeto Piloto – será financiado com recursos provenientes de dotações consignadas na Lei Orçamentária da União e de contratos de empréstimos internacionais (Brasil, 2003).

Quanto à execução do Programa, ficaram responsáveis o FNDE e a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), com o apoio das secretarias estaduais de educação e dos órgãos municipais. Assim, de acordo com o artigo 5º da mencionada Resolução, compete a cada uma delas:

I – FNDE: Firmatura de convênios visando estabelecer vínculos de cooperação técnico-financeira; inscrição e triagem dos livros didáticos; contratação da produção gráfica e distribuição do catálogo de escolha dos livros e formulários de escolha; processamento dos dados contidos nos formulários; aquisição e distribuição dos livros didáticos e coordenação das atividades de distribuição.

II – SEMTEC/MEC: pré-análise e avaliação pedagógica dos livros didáticos; elaboração do catálogo de escolha dos livros selecionados na avaliação; monitoramento do processo de escolha dos livros; avaliação do uso do livro e do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM.

III – SEDUC e Secretarias ou Órgãos Municipais de Educação: acompanhamento da distribuição do catálogo e da escolha dos títulos pelos professores; acompanhamento da distribuição dos formulários e monitoramento da distribuição dos livros didáticos (Brasil, 2003).

Ainda sobre a execução do Programa, foram estabelecidas algumas etapas importantes dentro desse processo. São elas: inscrição dos livros didáticos por parte das editoras; triagem dos livros e avaliação pedagógica a cargo do SEMTEC/MEC; produção gráfica do catálogo de escolha; escolha dos livros no âmbito escolar; processamento dos dados obtidos no processo de escolha das obras; habilitação da

documentação de direitos autorais; aquisição das obras; e distribuição e monitoramento da produção nas editoras e do recebimento nos estados (Brasil, 2003).

Um dado importante diz respeito à durabilidade do livro, que foi estipulada em três anos, com o processo de escolha estabelecido a cada três anos. Apenas para a disciplina de Português, foi estipulado um novo processo no ano de 2005.

Quadro 2: CRONOGRAMA DE ATENDIMENTO AO PNLEM

COMPONENTE CURRICULAR	AVALIAÇÃO	AQUISIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	SERIES	COMPLEMENTAÇÃO
Português	2004	2004	2004 até janeiro de 2005	1ª série	-----
Português	2005	2005	2005 até janeiro de 2006	1ª série	-----
Português	----- ----	2006	2006 até janeiro de 2007	1ª série	-----
Matemática	2004	2004	2004/2005	1ª série	-----
Matemática	----- ----	2005	2005/2006	2ª série	1ª série
Matemática	2006	2006	2006/2007	3ª série	1ª e 2ª séries

Fonte: MEC, 2003.

- **Portaria MEC nº 2963, de 29/08/2005 (Revogada)**

A Portaria nº 2963, de 2005, que foi revogada, tratava da instituição de normas de conduta e dos direitos e deveres de todas as instituições envolvidas no processo de escolha do livro didático, como o FNDE/SEB, os titulares de direitos autorais (as editoras), as secretarias de educação em âmbito estadual e municipal, e as escolas.

Sendo assim, ao FNDE/SEB competia:

- divulgar a forma e o atendimento dos Programas do Livro às entidades representativas de titulares de direitos autorais, autores e afins, bem como às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação;
- promover políticas de capacitação para a escolha e o uso do livro nos Estados e Municípios;
- garantir a isonomia do processo de execução, não disponibilizando informações que privilegiem um ou outro titular de

direito autoral;
 d) adotar as providências cabíveis no caso das Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação e dos titulares de direitos autorais que infringirem as normas de conduta (Brasil, 2005).

Às editoras e titulares de direitos autorais:

São vedados, aos titulares de direitos autorais e/ou seus representantes, cujas obras inscritas forem selecionadas, os seguintes procedimentos:

- a) oferecer vantagem(ens.) de qualquer espécie, a qualquer pessoa, vinculada à escolha dos livros referentes aos Programas;
- b) produzir catálogo ou outro material que induza os professores a acharem que se trata de material oficial, produzido pelo FNDE/SEB/MEC;
- c) utilizar, nas formas de divulgação, livros de conteúdo diferente dos livros inscritos para os Programas, e das especificações técnicas definidas nos Editais de Convocação;
- d) utilizar a senha e/ou o formulário enviados pelo FNDE às escolas, que são de seu uso exclusivo;
- e) utilizar logomarcas oficiais, bem como selos dos Programas do Livro, para efeito de propaganda, publicidade, divulgação, ou qualquer outra forma que induza ao entendimento de que as obras, objeto da propaganda, publicidade ou divulgação, sejam indicadas, preferencialmente, pelo Ministério da Educação para adoção nas escolas, em detrimento de outras;
- f) realizar a divulgação dos materiais diretamente nas escolas, exceto o envio de livros e catálogos, se houver, por remessa postal;
- f.1) é possível a realização de orientação pedagógica, desde que realizada em até trinta dias antes da data final de escolha, apenas com a participação dos autores da obra e obrigatoriamente fora do âmbito das Escolas e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (Brasil, 2005).

Às secretarias estaduais e municipais:

- a) não aceitar vantagens, de qualquer espécie, em razão da escolha dos livros pertinentes aos Programas;
- b) realizar oficinas de capacitação para auxiliar a escolha e o uso dos livros, conforme previsto nos "Termos de Compromisso" assinados com o FNDE;
- b.1) nos eventos promovidos pelas secretarias de educação, para fins de capacitação para escolha de livros, fica proibida a participação dos titulares de direitos autorais e seus representantes;
- c) garantir a isonomia do processo de execução, não disponibilizando informações que privilegiem um ou outro titular de direito autoral;

- d) adotar as providências cabíveis no caso das escolas e suas respectivas redes que infringirem as normas de conduta;
- e) não disponibilizar espaço público para a realização de eventos promovidos pelos titulares de direitos autorais (Brasil, 2005).

Às escolas:

São vedados, às escolas, os seguintes procedimentos:

- a) permitir o acesso, em suas dependências, de titulares de direitos autorais ou de seus representantes com o objetivo de divulgar livros referentes aos Programas;
 - a.1) disponibilizar espaço público para a realização de eventos promovidos pelos titulares de direitos autorais;
 - b) adotar medidas e disponibilizar informações que privilegiem um ou outro titular de direito autoral;
 - c) solicitar a reposição de livros recebidos, porventura danificados, diretamente aos titulares de direitos autorais e/ou seus representantes;
 - d) solicitar/aceitar materiais ou vantagens de qualquer espécie, dos titulares de direitos autorais ou de seus representantes, a título de doação, como contrapartida da escolha de livros referentes aos Programas;
 - e) permitir o acesso à senha de escolha, que é de uso exclusivo da escola (Brasil, 2005).

Observa-se que a portaria (revogada) estabelecia que o FNDE deveria garantir condições de isonomia e transparência no processo de escolha dos livros didáticos, além de promover políticas de capacitação para esse processo.

Já em relação às editoras, a portaria estabelecia algumas proibições. Entre as mais importantes, estava o impedimento de oferecer qualquer tipo de vantagem a pessoas ou instituições envolvidas no processo de escolha dos materiais. Além disso, as editoras não poderiam produzir material aleatório que pudesse induzir os professores a associar tal material com o órgão oficial do governo, nem apresentar os materiais diretamente nas escolas.

As secretarias estaduais e municipais não poderiam aceitar vantagens para privilegiar uma determinada obra. A portaria também previa que as secretarias deveriam realizar oficinas de capacitação para a escolha do livro didático, sem a participação de representantes das editoras.

No âmbito das escolas, estas não deveriam permitir o contato direto dos representantes das editoras nem o acesso dos mesmos às dependências das escolas. Também não poderiam contatar as editoras para a reposição de materiais com possíveis avarias, nem aceitar vantagens para privilegiar um determinado tipo de obra.

- **Portaria Normativa MEC nº 7 de 05/04/2007 (alterada)**

A Portaria Normativa nº 7 também versa sobre as normas de conduta, obrigações e proibições no âmbito da execução dos programas do livro didático, trazendo alguns novos atores ao processo de execução. De acordo com esta normativa, participam da execução do Programa o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Educação Especial (SEESP), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além das secretarias estaduais e municipais de educação.

São obrigações do MEC/FNDE:

1 - Divulgar a forma e o atendimento dos Programas do Livro por meio do site www.fnde.gov.br, ou do Diário Oficial da União, ou de correspondências específicas aos participantes dos programas, no que couber; 2 - Promover e apoiar ações voltadas para a formação docente com vistas à escolha e ao uso do livro nas Escolas; 3 - Garantir a isonomia do processo de execução, não disponibilizando informações que privilegiem um ou outro Titular de Direito Autoral; 4 - Adotar as providências cabíveis no caso de as Secretarias de Educação e os Titulares de Direitos Autorais que infringirem as normas de conduta; 5 - Identificar claramente a propriedade do material do MEC/FNDE, na primeira capa dos guias de escolha e nos demais materiais oficiais distribuídos (Brasil, 2007).

São obrigações dos titulares de direitos autorais:

1 - Imprimir, na primeira capa dos livros utilizados na divulgação, ou na face frontal dos demais materiais de divulgação, o texto: "Material de divulgação da Editora [nome da editora]" em tamanho correspondente a 10% da área de impressão da respectiva capa ou face, podendo constar o código da coleção correspondente no mesmo espaço; 2 - Quando se tratar de exemplares de livros utilizados na divulgação, a matéria prima e acabamento (papel, cores, laminação de capa, etc.) deverão respeitar exata e fielmente as especificações técnicas do Edital, e, exclusivamente no caso do PNL 2008, esses livros não poderão ter características superiores às especificações técnicas mínimas definidas no Edital; 3 - Imprimir, na quarta capa dos livros utilizados na divulgação, o Hino Nacional e o número do ISBN, deixando em branco a segunda e a terceira capas desses livros (Brasil, 2007).

Dentre as proibições observadas quanto à atuação das editoras, estão entre as mais importantes: o não oferecimento de vantagens, a distribuição de presentes, a

produção de catálogos similares a materiais oficiais com a colocação de logotipos do estado, a divulgação de exemplares de livros, bem como a distribuição de livros diferentes dos aprovados pelo MEC, e a não divulgação de material impresso e orientação pedagógica nas dependências das escolas (Brasil, 2007).

Aos órgãos estaduais compete recusar vantagens de qualquer espécie, orientar as escolas quanto ao processo de escolha e garantir que as editoras não tenham acesso livre aos eventos em âmbito estadual ou municipal, a fim de assegurar a isonomia em todas as etapas do processo de escolha do livro didático. Todos esses pontos se aplicam às escolas, com o acréscimo de não solicitar a reposição de materiais recebidos com avarias diretamente com as editoras (Brasil, 2007).

De acordo com esta resolução, o não cumprimento das obrigações e proibições poderá acarretar advertência escrita, a cargo do presidente do FNDE, em casos de infrações leves. Poderá chegar a multas de 10% a 20% dos valores totais das obras negociadas e até mesmo à suspensão das editoras em programas subsequentes. Quando houver reincidência por três anos consecutivos em infrações leves, poderá ser aplicada uma multa de 1% do valor total do contrato com as editoras (Brasil, 2007).

- **Resolução CD/FNDE nº1 de 13/02/2009**

Essa resolução dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), que regulamenta a execução do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização na modalidade EJA nas entidades de ensino dos estados e municípios, bem como em entidades e instituições parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

O programa previa inicialmente a inclusão de obras de português e matemática em volume único, além de manuais para os educadores. Sua execução ficou a cargo do FNDE, com a participação do SECAD/MEC, das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, dos estados e dos municípios. As obrigações eram semelhantes às de outros programas dentro do Programa Nacional do Livro Didático, com o acréscimo das responsabilidades das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, que também tinham obrigações a cumprir.

1 - Registrar e manter atualizados todos os dados necessários à operacionalização do PNLA, nos sistemas informatizados específicos do Programa Brasil Alfabetizado. 2 - Acessar, anualmente, o Termo de Adesão ao PNLA e definir sua opção de recebimento ou não das obras didáticas. 3 - Dar condições para que o gestor local e todos os coordenadores de turma cadastrados nos sistemas informatizados

específicos, em consenso e fundamentados numa justificativa técnica, escolham, para 2010 e 2011, dois títulos (1ª e 2ª opção) de editoras diferentes, com base na análise das resenhas contidas no Guia do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos, cabendo ao gestor local registrar os títulos das obras, via Internet, pelo site www.fnnde.gov.br; 4 - Monitorar o processo de escolha dos livros, garantindo o cumprimento do prazo definido para escolha das obras a serem distribuídas nos anos de 2010 e 2011; 5 - Zelar pela recepção e distribuição dos livros aos alfabetizandos, alfabetizadores, coordenadores de turma e tradutores-intérpretes de LIBRAS cadastrados nos sistemas informatizados específicos do PBA; 6 - Acompanhar o processo de distribuição dos livros aos alunos e educadores (Brasil, 2009).

- **Decreto Nº 9099 de 18/06/2017**

Esse decreto é muito importante para entendermos as mais recentes mudanças ocorridas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. O presente decreto enfatiza em seu texto que um dos objetivos do programa, a partir desse momento, é apoiar a implantação da nova Base Nacional Comum Curricular, que visa a uniformização do currículo em todo o território. Por isso, ainda será realizada uma análise dos documentos normativos, tanto em nível federal quanto em níveis estaduais e municipais, pois eles devem subsidiar pontos importantes da presente pesquisa.

A respeito dos objetivos do PNLD, estão previstos o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, a melhoria no padrão de qualidade dos materiais, a democratização do acesso a fontes de informação, o incentivo à leitura e o desenvolvimento profissional do professor.

Como mencionado mais acima, o PNLD desponta em um novo momento a partir do ano de 2017, quando suas diretrizes passaram a estar alinhadas com as da BNCC. Não que antes não estivessem alinhadas com as diretrizes do sistema de ensino brasileiro, mas esse período é marcado por mudanças controversas no sistema educacional brasileiro.

Analisando o momento recente do PNLD, observamos também a inserção da palavra "material" antes da expressão "didático", resultando na nomenclatura "material didático". Dessa forma, entende-se que essa nova nomenclatura visa contemplar outros tipos de materiais, como jogos pedagógicos, CD-ROMs, dicionários, materiais de reforço, softwares, acervos de biblioteca e até mesmo materiais destinados à gestão escolar.

Apesar das alterações que marcaram a história do PNLD, sua finalidade não mudou, pois sua função principal ainda é avaliar, comprar e distribuir obras didáticas para as escolas públicas brasileiras. Além disso, o programa possui as características de ser regular, ocorrendo de tempos em tempos; gratuito; e contar com um sistema de avaliação.

A respeito do sistema de avaliação pedagógica das obras, o presente decreto prevê a formação de uma comissão técnica específica, composta por especialistas das diversas áreas do conhecimento correlatas, cujo objetivo é definir os critérios de avaliação descritos no edital, além de orientar e supervisionar toda a etapa de avaliação pedagógica no âmbito do Ministério da Educação.

Essa comissão é formada através da escolha do Ministro de Estado da Educação, conforme a indicação de instituições como a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, o Conselho Nacional de Educação, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e até mesmo entidades da sociedade civil, conforme o Decreto nº 3.295, de 15 de dezembro de 1999.

Quanto às etapas do processo de avaliação das obras, participam professores da rede pública e privada de ensino superior e da educação básica (Brasil, 2017). Para participar como avaliador, é necessário cumprir alguns critérios, como não prestar serviços aos titulares de direitos autorais inscritos no processo, não ser cônjuge ou parente até o terceiro grau em linha reta ou colateral dos titulares de direitos autorais inscritos, e não estar em situação que configure conflito de interesses.

A respeito do processo de escolha das obras, os responsáveis pela rede de ensino podem optar por um único material didático para cada escola, para cada grupo de escolas ou para todas as escolas da rede. No segundo e terceiro casos mencionados acima, serão distribuídos os materiais escolhidos pelo conjunto de professores do grupo de escolas para o qual o material será direcionado (Brasil, 2017).

3.3 RESENHAS DE AVALIAÇÃO

Como ponto de partida para a análise proposta neste subitem, apresentaremos um panorama histórico sobre a inserção das resenhas de avaliação no Programa Nacional do Livro Didático e como essas resenhas têm contribuído para o processo de escolha do livro didático de Geografia.

Como pretensão maior dentro deste subitem, propomos realizar uma análise qualitativa da resenha de avaliação disponibilizada pelo Ministério da Educação no PNLD 2024 para livros de Geografia, abordando os principais pontos destacados pelos avaliadores, os critérios utilizados para classificar uma obra e quais foram as obras selecionadas para este PNLD.

O surgimento do Guia do Livro Didático ocorreu no ano de 1996, devido a mudanças necessárias na forma de avaliação do material didático. O que desencadeou essa mudança foi a organização, pelo governo, de uma comissão que, ao analisar as 10 obras mais escolhidas pelos professores, percebeu que muitas delas apresentavam inúmeros erros conceituais, entre outros problemas.

Tal comissão analisou os dez livros de cada disciplina mais solicitados pelos professores das escolas públicas. Este estudo demonstrou que o MEC vinha comprando e distribuindo para a rede pública de ensino livros didáticos com erros conceituais, preconceituosos e desatualizados no tocante aos conteúdos (Cassiano, 2005, p. 285).

A partir dessa constatação, o governo decidiu criar o Guia do Livro Didático, que tinha o objetivo de realizar uma análise prévia das obras didáticas, disponibilizando para a escolha apenas aquelas que não continham erros conceituais, preconceitos ou conteúdo desatualizado. Outra finalidade do Guia do Livro Didático era fornecer orientações aos professores no processo de escolha.

Atualmente, o acesso aos guias é facilitado, sendo disponibilizado eletronicamente por meio da rede mundial de computadores.

O Guia Digital é a porta inicial para que possam conhecer as coleções didáticas submetidas à inscrição no PNLD 2024, que foram avaliadas por diversos profissionais da educação, os quais realizaram uma análise de excelência, baseada nos princípios éticos, políticos e estéticos da educação nacional, buscando atender às necessidades da educação pública brasileira, em conformidade com os objetivos da legislação da Educação Básica (PNLD, 2024).

De maneira geral, as resenhas de avaliação se destinam aos professores da educação básica, que têm nelas um subsídio importante para o embasamento de sua escolha diante de inúmeras obras aprovadas. Elas são completas e trazem uma visão geral da obra, como textos, ilustrações, relação com os documentos normativos e conceitos abordados.

Em relação à formulação das resenhas, as equipes são compostas por professores de educação superior das mais diversas áreas e por professores da educação básica. Segundo Copati (2017, p. 80), "a avaliação é realizada a partir de uma ficha criada segundo as deliberações do edital".

Alguns itens são analisados, tais como a avaliação global da obra, a formação cidadã, a proposta pedagógica, o manual do professor, os aspectos gráficos e até mesmo a presença de sítios eletrônicos (Copati, 2017).

Segundo Copati (2017), dois avaliadores preenchem as fichas de forma individual e sem saber a identidade do outro avaliador, em um chamado "duplo cego". Ao final, eles entram em contato, confrontam suas fichas e as consolidam. No entanto, existe a possibilidade de um terceiro avaliador participar em caso de divergências entre os dois primeiros, sempre com o apoio de uma equipe pedagógica.

Posteriormente, um parecer é elaborado pela dupla e encaminhado para as editoras. Se a obra for considerada aprovada, a dupla elabora a resenha da coleção a ser disponibilizada no Guia do Livro Didático. Segundo Copati (2017, p. 81), "o guia do livro didático, disponibilizado pelo MEC, permite que o professor tenha um primeiro contato com cada coleção."

A partir desse momento, cabe ao professor, através da leitura dos guias, escolher a obra que melhor atende à sua realidade. Nesse sentido, conforme Copati (2017, p. 81), "o professor precisa selecionar a primeira e a segunda opção para que a equipe da sua escola realize, no site, a escolha da coleção, e esta, posteriormente, seja adquirida pelo MEC e encaminhada para uso na referida escola."

A respeito da elaboração das resenhas, elas se apresentam através dos seguintes itens: visão geral, descrição da obra, análise da coleção didática e em sala de aula. A seguir, serão apresentados dois quadros síntese. O primeiro contém os itens que estruturam uma resenha e sua finalidade. O segundo traz o exemplo de uma resenha disponibilizada aos professores no PNLD 2024. Para a elaboração do

segundo quadro síntese, foi selecionada a obra escolhida pelo maior número de escolas estaduais no município de Aquidauana/MS.

Quadro 3: Estrutura das Resenhas

ITENS	DESCRIÇÃO
Visão geral	Se refere a apresentação da obra e sua organização quanto a abordagem teórico-metodológica.
Descrição da obra	Apresenta de forma sucinta a estrutura das unidades, capítulos e sua finalidade pedagógica, coerência em relação a abordagem teórico-metodológica, além de ressaltar as orientações ao professor e adequação a BNCC. Traz informações referentes ao manual impresso do professor, ao material interativo do professor, livro digital do professor, livro impresso do estudante e livro digital-interativo do estudante.
Análise da coleção didática	Apresenta criticamente as potencialidades e as limitações da coleção didática.
Em sala de aula	Apresenta sugestões ao planejamento do professor através da indicação de potencialidades didáticas presentes nas obras, sem deixar de valorizar a autonomia docente e a diversidade cultural em que os estudantes estão inseridos.

Fonte: FNDE, 2024.

QUADRO 4: RESENHA LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA – PNLD 2024

Livro	Araribá conecta - Geografia
Editora	Moderna
Visão Geral	<p>A Coleção é composta por quatro Livros impressos do Estudante (LE), quatro Manuais impressos do Professor (MP), quatro Livros Digitais-Interativos do Estudante (LEI) e quatro Manuais Digitais-Interativos do Professor (MPI). Sua proposta estimula o pensamento espacial presente na relação sociedade e natureza, por meio dos principais conceitos da Geografia. Essa dinâmica se materializa em orientações ao professor e em atividades complementares, sugestões de filmes, documentários, entrevistas, técnicas de pesquisa, entre outros recursos como a análise de mídias sociais. Ampara-se metodologicamente em práticas e argumentos que contribuem para a interpretação do espaço, partindo de análises do lugar de vivência do estudante, além do uso de ferramentas do conhecimento geográfico. O protagonismo estudantil é incentivado numa perspectiva de intervenção cidadã, visando desenvolver a autonomia e o senso crítico no debate e na defesa de ideias e pontos de vista sobre diferentes assuntos do escopo geográfico. Nesse sentido, a Coleção afirma o compromisso de desenvolver habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017), que incentivem os estudantes na elaboração do raciocínio geográfico, a partir dos princípios da analogia, da diferenciação, da conexão, da distribuição, da expansão, da localização e da ordem. A Coleção promove os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), fazendo com que o estudante conheça e posicione-se diante de acontecimentos que requerem diálogos para resolução de problemas atuais, observando</p>

	<p>questões como a causalidade e a localização desses fenômenos. As formas de tratamento dos conteúdos articulam distintas linguagens, a exemplo dos produtos gráficos e cartográficos, imagens, charges e textos jornalísticos, científicos e literários, para uma melhor problematização, contextualização e síntese dos objetos e fenômenos geográficos.</p>
<p>Descrição</p>	<p>Os volumes do LE, impresso e digital-interativo, são organizados em oito unidades temáticas que abrigam de dois a quatro capítulos. O Volume 1, destinado ao 6º ano, contém 240 páginas e possui dezoito capítulos distribuídos nas seguintes unidades: A Geografia e a compreensão do mundo; O Planeta Terra; As Esferas da Terra, os Continentes, as Ilhas e os Oceanos; Relevo e Hidrografia; Clima e Vegetação; Os Espaços Rural e Urbano; Extrativismo e Agropecuária; Indústria, Comércio e Prestação de Serviços. O Volume 2, destinado ao 7º ano, possui 240 páginas e dezenove capítulos, dispostos no interior das unidades: O Território Brasileiro; População Brasileira; Brasil: Industrialização, Urbanização e Espaço Rural; Região Norte; Região Centro-Oeste; Região Sul; Região Sudeste; Região Nordeste. O Volume 3, destinado ao 8º ano, possui 272 páginas e contém dezoito capítulos distribuídos ao longo das unidades: Espaço Geográfico e Geopolítica Mundial; População e Regionalização do Espaço Mundial; O Continente Americano; América do Norte; América Central e América do Sul; Regiões Polares; África: Regionalização e Fronteiras; População e Economia da África. Já no Volume 4, voltado ao 9º ano, possui 256 páginas e possui dezessete capítulos ao longo das unidades: Organização Política e Economia Mundial; Globalização, Sociedade e Meio Ambiente; O Continente Europeu; Leste Europeu e CEI; O Continente Asiático; Ásia: China, Japão e Tigres Asiáticos, Ásia: Índia e Oriente Médio; Oceania.</p>

Os volumes possibilitam aprendizagens progressivas e estruturadas na complexidade dos fenômenos espaciais, temporais e na perspectiva dos direitos humanos, considerando a diversidade de realidades e a pluralidade de culturas e dos modos de viver. Tais possibilidades encontram-se em capítulos, atividades e seções que complementam o texto principal. São elas: Mundo em Escalas; Em prática; Integrar Conhecimentos; Lugar e Cultura; Atividades; Ser no Mundo; e Para Refletir. Há, ainda, Boxes que trazem identificação de seções especiais da coleção, padronizados em quatro tipos: Glossário; Ler o Mapa; Boxe Simples, com complementação de informações; e Ícones Livro, Vídeo e *Site*.

O MP apresenta textos concatenados por meio de orientações gerais e específicas. As primeiras orientações estão divididas em capítulos intitulados Conheça o Manual do Professor; Orientações gerais; A educação escolar e seus desafios; A formação dos estudantes; A Base Nacional Curricular Comum (BNCC, BRASIL, 2017); Fundamentos teórico-metodológicos da coleção; A coleção em consonância com a BNCC (BRASIL, 2017); A estrutura da obra; Referências bibliográficas comentadas. As Orientações Específicas estão dispostas ao longo da reprodução dos volumes do LE.

Na versão digital-interativa dos volumes da Coleção, são disponibilizados três carrosséis de imagens nos volumes 1, 2 e 3, sendo que no volume 4 há um mapa no interior de um infográfico com pequena interação, quatro áudios nos volumes 1 e 3 e três áudios nos

	volumes 2 e 4, que contribuem para o uso didático de diferentes linguagens no interior da coleção.
Análise	<p>As propostas pedagógicas da Coleção são apresentadas de forma contextualizada e revelam as escolhas didáticas e metodológicas que estão alicerçadas nos conceitos da ciência geográfica. Tal perspectiva oportuniza experiências escolares abertas ao diálogo com a realidade sociocultural e econômica dos estudantes e do local onde vivem, o que pode ser ampliado pelo professor na mediação entre o conteúdo e a realidade em múltiplas escalas. A Coleção apresenta, em alguns trechos, fragmentação dos conteúdos em função do conjunto de subdivisões propostas e a necessária diversidade de escalas geográficas, o que, por outro lado, pode ser utilizado como possibilidade para que o professor construa relações multiescalares. Os processos cognitivos esperados são explorados em representações espaciais que dialogam com o conteúdo abordado e promovem a compreensão leitora, o senso crítico e a autonomia do estudante. Contudo, é possível observar a necessidade de se produzir outras formas de mapeamento com o público-alvo, intercalando o uso das formas tradicionais da cartografia com aquelas que dialogam com outras linguagens e expressam pensamentos espaciais que demandam maior sentido e contextualização. São oferecidos, ao longo das páginas, <i>links</i> que permitem o acesso à base de dados, relatórios (não) governamentais, vídeos, <i>podcasts</i> e ainda se verifica a sugestão de filmes e documentários que se relacionam aos conteúdos propostos. A perspectiva de trabalho interdisciplinar é valorizada na Coleção, sendo possível a inter-relação de diferentes componentes curriculares</p>

	<p>a partir de contextos e situações relacionadas ou ancoradas à BNCC (BRASIL, 2017) por meio de habilidades e competências. Dinâmicas da sociedade, da economia e da cultura a respeito da juventude necessitam ser complementadas, visando uma contextualização geográfica comprometida com os dilemas cotidianos de ser jovem no Brasil, a exemplo dos enfrentamentos das expressões da violência, de suas relações com as desigualdades raciais e de gênero (incluso LGBTQIA+). Sobre a natureza teórico-conceitual das abordagens, observam-se discussões que operam por meio dos princípios lógicos de extensão, conexão e ordem, que podem ser aprofundadas na mediação em sala de aula. Algumas sugestões são disponibilizadas no MP, onde se identificam as habilidades, as competências e os objetos de conhecimento a serem abordados, ao mesmo tempo em que apresentam orientações acerca de textos auxiliares e atividades complementares que contribuem ao trabalho com os temas contemporâneos, os conceitos da Geografia e temas da atualidade.</p>
Sala de aula	<p>Professor(a), a Coleção estimula o pensamento espacial em diálogo com os princípios do raciocínio geográfico e em consonância com habilidades, competências e os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) propostos na BNCC (BRASIL, 2017). Ao estudante é oportunizado perceber, refletir e intervir criticamente sobre si e a materialização dos fenômenos, estes ocorridos no espaço estudados na Coleção por meio de recursos textuais, digitais e atividades que consideram a realidade imediata do mesmo e outras escalas de estudo. Para isso, dê atenção especial às seções que trabalham em diálogo com outros componentes curriculares. Observe que as seções que tratam dos Temas Contemporâneos Transversais contribuem para compreensão e dinamização de termos e conceitos</p>

geográficos, e são ferramentas que precisam ser utilizadas em diálogo com o projeto político pedagógico da escola. Além disso, há a indicação de filmes, artigos e materiais impressos ou objetos digitais que podem ser explorados no seu planejamento de aulas e elaboração de materiais. Destacam-se aquelas que fazem uso de técnicas de pesquisa científica, como o uso de entrevistas, análise de discurso, de mídias sociais, e trabalhos de campo. Nesse sentido, Professor (a), sua mediação em atividades de campo e visitas a espaços públicos pode potencializar as propostas extraclasse presentes na coleção e a interação comunidade-escola. É interessante, ainda, acessar recorrentemente o MP, que oferece orientações teórico-metodológicas e a indicação de sugestões complementares. Além disso, oportunize aos estudantes debates sobre as desigualdades de gênero, como no mercado de trabalho, e as violências contra as mulheres, pessoas trans ou homoafetivas no Brasil, não desconsiderando, também, questões geracionais e das políticas públicas destinadas a diferentes povos tradicionais e originários, o que pode ser ampliado a partir de seções especiais que estão dispostas ao longo da Coleção.

De acordo com levantamento realizado no site do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2024, na área de geografia foram disponibilizadas um total de 15 obras de 11 editoras diferentes para a apreciação dos professores, sendo que algumas editoras enviaram mais de uma obra.

Quadro 5: Obras disponibilizadas PNLD 2024 geografia

Obra	Editora
A conquista da geografia	Editora FTD S/A
Amplitude geografia	Editora do Brasil S/A
Araribá conecta - Geografia	Editora Moderna LTDA
Caleidoscópio – Geografia	Carochinha Editora LTDA
Conexões & Vivências	Editora do Brasil S/A
Expedições geográficas	Editora Moderna LTDA
Geografia: Compreensão do Espaço e Lugar	IBEP Inst. Brasileiro de Edições Pedagógicas
Geografia Espaço & Interação	Editora FTD S.A
Geografia uma Nova Visão	Pantograf Gráfica e editora
Geração Alpha geografia	Edições SM LTDA
Jornadas: Novos caminhos - Geografia	Saraiva Educação S/A
Jovem Sapiens – Geografia	Editora Scipione S/A
Segue a trilha Geografia	Palavras Projetos Editoriais LTDA
Superação! Geografia	Editora Moderna
Teláris Essencial: Geografia	Editora Ática

Fonte: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE

Percebe-se, através da leitura das resenhas, que esse é um trabalho minucioso que visa habilitar obras que estejam em conformidade com os parâmetros curriculares, além de fornecer subsídios para que o professor possa escolher o material que mais se adeque à sua realidade.

Durante pesquisa realizada no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, verificou-se que o processo de escolha dos livros didáticos pode

variar conforme as redes de ensino. Algumas redes, sejam elas municipais ou estaduais, preferem adquirir um único volume para todas as escolas inseridas na rede. Já em outras redes, as escolhas das escolas são individuais e cada uma recebe a que escolheu.

3.4 OS CURRÍCULOS DE REFERÊNCIA NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS

Os currículos têm atraído cada vez mais a atenção de pesquisadores da área da educação, e um dos motivos para esse notável crescimento é que, a partir do final do século XX, iniciou-se no Brasil uma forte tendência de unificação curricular, que se concretizou recentemente com a implantação da nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC, um currículo normativo para a educação brasileira.

A uniformização curricular é um tópico importante para o entendimento do Programa Nacional do Livro Didático, já que interfere diretamente na configuração e formulação das políticas públicas dos livros didáticos. Por isso, proponho iniciarmos essa abordagem com uma reflexão proposta por Apple (1989), onde o autor relaciona a formação da estrutura curricular e o poder por ela expresso.

Quem é o “nós” que decidiu que essa reunião particular de conhecimentos era apropriada? Que conjuntos de suposições sociais e ideológicas definem o conhecimento de alguns grupos como sendo legítimo enquanto o conhecimento de outros grupos não é nunca oficialmente transmitido (Apple, 1989, p.46).

Nesse sentido, Michael Apple questiona a produção e controle do conhecimento e como isso pode contribuir para a formação das desigualdades sociais. Ao longo de seu trabalho, Apple defende que o currículo não deve existir apenas como um fato isolado. Segundo Apple (1989, p. 47), o currículo “adquire formas sociais particulares que corporificam certos interesses que são eles próprios os resultados de lutas contínuas dentro e entre os grupos dominantes e dominados.”

De acordo com o mesmo autor (1989, p. 46), “as realidades do poder e do conflito” favorecem o surgimento do currículo. Ou seja, segundo ele, nessa perspectiva, os fatores que contribuem para a elaboração do currículo não levam em

conta os interesses pedagógicos, mas sim a imposição do poder da classe dominante na tentativa de priorizar conhecimentos favoráveis aos grupos da elite.

Young (2011, p. 609) sintetiza bem esse pensamento ao afirmar que “o conhecimento, de alguma forma, é visto como inquestionável, ou como algo que podemos adequar às nossas metas políticas.” Nesse caso, entende-se que os currículos podem ser instrumentalizados pelo governo vigente a fim de garantir benefícios para o grupo que momentaneamente ocupa o poder.

Em relação aos documentos normativos, Callai (2016, p. 273) define que “os documentos oficiais são resultado da construção social, onde o Estado toma a frente o compromisso de cumprir o que estabelece a lei.” Para Apple (1989, p. 47), o currículo “é o resultado dos conflitos, acordos e alianças de movimentos e grupos sociais determinados.” Já Cacete (2021, p. 3) entende que ele surge da necessidade imposta pelas demandas sociais, econômicas e culturais, e que, devido às ideologias que ele traz, acaba expressando fortes relações de poder.

Esses autores convergem para o entendimento de que a construção do currículo passa pela forma de organização social de um determinado grupo ou povo. Ou seja, a inserção de determinados tipos de conhecimento pode variar de acordo com o cenário e os interesses dos agentes envolvidos.

Outro problema decorrente da uniformização curricular é o perigo do esvaziamento de conteúdos em detrimento de uma política que visa apenas atender aos interesses do Estado. É bom lembrar que não defendemos uma política liberal com menor participação do Estado; porém, é importante refletir que muitos governos acabam sendo aparelhados por grupos empresariais com meros interesses econômicos. A implantação da Base Nacional Comum Curricular é um exemplo disso, onde houve uma forte participação do empresariado.

Os sites dos principais agentes públicos que dinamizaram o debate até então indicam praticamente os mesmos “parceiros”. Instituições financeiras e empresas —Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras —além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola (Macedo, 2014, p. 540).

Retomando a questão do esvaziamento do conteúdo, Young (2011, p. 609) diz que esse é um advento das reformas curriculares de modo geral, citando exemplos

de países europeus como a Inglaterra e a Escócia, onde, segundo ele, não se podia ignorar o pano de fundo por trás de tais reformas e onde se tornava até mesmo difícil o questionamento dessas reformas devido ao fato de virem sempre cheias de "boas intenções".

Levando em consideração a organização social em que se inserem as reformas educacionais, precisamos compreender qual é o cenário político e econômico em que elas surgem no Brasil. Retomando o quadro síntese a respeito do percurso percorrido pelo PNLD, podemos observar que o Brasil passava por inúmeras transformações políticas e sociais, incluindo o processo de redemocratização.

Alguns documentos são utilizados para normatizar o currículo escolar no país. Dentre eles, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além dos Referenciais Curriculares Estaduais e Municipais, que norteiam o ensino a nível local, sendo elaborados a partir dos referenciais nacionais.

Vale lembrar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se tornou um referencial dos conhecimentos em nível nacional, tem gerado inúmeros debates e divergências de opiniões desde sua implantação. Muitos desses questionamentos estão relacionados ao tempo dedicado à discussão com os diversos setores interessados, principalmente com os profissionais da educação de todo o país. Pesquisas científicas sobre os impactos de sua implantação no sistema de ensino brasileiro têm sido realizadas desde então.

Callai (2016, p. 280) aponta que "o professor precisa conhecer a sua disciplina", pois, dessa forma, é possível que ele extraia do livro didático todas as suas possibilidades, adequando o conhecimento expresso nos manuais à realidade em que a comunidade escolar está inserida.

Sabidamente, o livro didático é um importante símbolo da reunião de conhecimentos e tem estado presente na educação brasileira em praticamente todos os períodos da história, refletindo os currículos de referência vigentes. Nesse caso, levando em consideração a análise proposta por Choppin (2004) em relação às funções que o livro didático possui, ao incorporar os currículos e os programas de ensino, ele acaba adquirindo a função referencial.

Deve-se também levar em consideração que o livro didático é um importante instrumento de política social à medida que se insere em famílias que não teriam acesso a qualquer outro tipo de literatura além do livro didático. Nesse caso, pode-se

considerar que a distribuição de livros didáticos pode ser vista como uma política de distribuição de renda.

Para Munakata (1997, p. 100), “o livro didático deve ser produzido em conformidade com parâmetros que o definem como um instrumento auxiliar no processo de ensino e aprendizagem”. Assim, espera-se que o livro didático sirva como um importante subsídio pedagógico para os professores. No entanto, será que essa expectativa se concretiza com as reformas educacionais? Os conteúdos priorizados nos currículos fazem realmente do livro didático um recurso eficaz no processo de ensino e aprendizagem?

Com relação à uniformização curricular tratada neste texto, o Programa Nacional do Livro Didático tem se tornado, ao longo do tempo, um importante fio condutor no que se refere à organização dos currículos estipulados. Sendo assim:

Com a introdução e a expansão do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), principalmente nas últimas duas décadas, o que se verificou foi um maior alinhamento dos materiais escolares com os pressupostos conceituais e metodológicos atrelados aos editais do programa (Cacete; Vitiello, 2021, p. 10).

Nesse sentido, podemos retomar o pensamento de Choppin (2004) a respeito da função referencial que o livro didático adquire quando incorpora em si os elementos do currículo e dos programas de ensino. Podemos observar claramente isso ao analisarmos o pensamento de Cacete e Vitiello (2001) em relação ao alinhamento do Programa Nacional do Livro Didático aos currículos de referência.

Segundo Oliveira (apud Schaffer, 1988, p. 4), o livro pode “dar uma base comum, um conjunto de informações que confira uma ‘unidade’ à ‘classe de alunos’”. Nesse sentido, convém refletirmos sobre o papel desempenhado pelo livro didático a fim de que ele seja um instrumento de propagação de uma uniformidade de conteúdo.

Choppin (2004, p. 555) destaca que o livro didático escolar pode assumir o papel de símbolo da soberania nacional quando atua na disseminação da “ideologia e dos costumes das classes dominantes”. Segundo ele, esse movimento ganha força a partir do século XIX, “quando os estados nacionais, recentemente constituídos, reivindicam um papel de destaque na formação de novas gerações”. Silva (1999, p. 16) corrobora esse pensamento ao afirmar que “selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder”. Nesse sentido, cabe

considerar que os conteúdos presentes nos livros didáticos podem ser instrumentalizados pelo Estado.

Em relação a essa problemática do uso do livro didático, acreditamos que a boa formação do professor seja um instrumento decisivo para o adequado manuseio de todo e qualquer material didático. Mesmo que, em alguns casos, os livros didáticos possam vir carregados por direcionamentos mal-intencionados com o intuito de servir aos interesses de agendas progressistas, cabe ao professor de geografia utilizar o senso crítico advindo dessa ciência para trilhar o melhor caminho pedagógico.

3.5 DO CURRÍCULO NACIONAL PARA O CURRÍCULO DE REFERÊNCIA DE MATO GROSSO DO SUL

Nesse tópico, daremos continuidade às discussões iniciadas anteriormente referentes aos currículos de referência e sua configuração frente à organização da educação em nível nacional, com ênfase na área de geografia, que é a disciplina de interesse relacionada ao tema de pesquisa proposto.

Historicamente, o direito à educação já havia sido celebrado pela Constituição de 1934, através do Art. 149, que previa a participação da família e do Estado para o cumprimento do objetivo de oferecer educação a todos os brasileiros e estrangeiros domiciliados no país. Dessa forma, estabelecia que:

Art. 149 A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (Brasil, 1934).

A inserção desse trecho da Constituição nos ajuda a traçar um paralelo com outro momento da história do nosso país, em que o Brasil atravessava um período marcado por regime ditatorial. Nesse contexto, alguns preceitos morais eram levados em consideração em diversos setores da sociedade, principalmente na educação, interferindo diretamente nas políticas educacionais vigentes.

Certamente, nesse período, no ano de 1937, o governo getulista, por meio do Decreto nº 93/1937, criou o Instituto Nacional do Livro – INL, que era responsável pela

circulação de livros no país. Posteriormente, no ano de 1938, o governo também criou uma comissão para exercer o controle das obras que poderiam circular no país, sempre prezando pelos ideais defendidos pelo governo, que era a implantação de um ideal nacionalista.

Atualmente, no Brasil, existem leis que regulamentam a educação em nível nacional. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelecida pelo Decreto nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define as diretrizes básicas para o ensino em todo o território brasileiro, tendo como marco legal a Constituição Brasileira de 1988, que, no Art. 205, diz que:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi criada para nortear a educação em todo o território nacional, atribuindo responsabilidades não só aos entes federados, estados e municípios, mas também a gestores e professores.

Em relação ao problema de pesquisa proposto, a LDBEN (1996), em seu art. 4, que foi incorporado pela Lei nº 14.333 de 2022, prevê que a União deve ofertar materiais pedagógicos e apropriados. Entende-se também como material pedagógico, nesse caso, o livro didático.

Devido aos vários avanços tecnológicos que ocorreram com o passar do tempo, a LDBEN (1996) passou por inúmeras mudanças ao longo desse período. Alguns decretos foram incorporados ao texto da lei para que ela não se tornasse obsoleta, como é o caso da inclusão, pela Lei nº 14.533 de 2023, do inciso XII ao art. 4, que trata dos deveres do Estado com a educação e prevê a educação digital, conforme o trecho a seguir:

Educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas (Brasil, 1996)

Sobre as responsabilidades, a LDBEN (1996) estipula que a responsabilidade pela política nacional da educação é da União, cabendo a ela elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE) em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Além disso, a União deve estabelecer as diretrizes e competências para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio nos currículos municipais.

A LDBEN (1996) traz o entendimento de que a educação escolar é formada pela educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e pela educação superior (graduação, mestrado e doutorado), deixando claro que a formação dos profissionais docentes é uma responsabilidade tripartite, ou seja, é dever da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

O entendimento desse trecho do texto da lei se torna importante para esta pesquisa, na medida em que o trabalho de campo busca investigar a questão da formação de professores para o processo de escolha dos livros didáticos. Busca-se entender qual foi o papel desempenhado até o momento pelos poderes constituídos a respeito da capacitação dos profissionais para o processo de escolha dos livros didáticos nas escolas.

Em relação à organização curricular, a Constituição de 1988 também assegura, no Art. 210, que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Nesse sentido, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. (Brasil, 1998, p.5)

A constituição de um Parâmetro Curricular Nacional no Brasil vem de encontro à questão da uniformização curricular, já discutida anteriormente neste trabalho, em uma análise proposta por Apple (1989). Retomando o seu pensamento, ele defende que a uniformização do currículo leva a um esvaziamento de conteúdo.

A questão regional contemplada no texto de apresentação desse decreto está em conformidade com o texto da LDBEN, localizado no Art. 10, Inciso III, que trata das responsabilidades do Estado, sendo este “elaborar e executar políticas e planos

educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando suas ações e as de seus municípios”. Entende-se que os Estados devem elaborar seus referenciais curriculares para que possam contemplar os aspectos regionais. Nesse sentido:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais nascem da necessidade de se constituir uma referência curricular nacional para o ensino fundamental que possa ser discutida e traduzida em propostas regionais nos diferentes estados e municípios brasileiros, em projetos educativos e nas salas de aula (Brasil, 1997, p. 9).

A partir da análise desses elementos, surge um questionamento importante a respeito dos livros didáticos, que também foi objeto de discussão ao longo desta pesquisa: como elaborar um livro didático que atenda às especificidades regionais, sendo que seu objetivo principal é a distribuição em larga escala em todo o território nacional?

Nesse caso, precisamos retomar o entendimento de que o livro didático também possui uma função mercadológica. Ou seja, a produção de materiais específicos para cada região do país não se tornaria vantajosa para a indústria do livro didático, pois encareceria excessivamente o processo de produção. Isso é um problema, uma vez que o comprador desse material é o governo federal, que adquire em larga escala, e todo esse processo encareceria o produto final adquirido.

Em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de geografia, que é o foco principal desta pesquisa:

Torna-se importante que os alunos possam perceber-se como atores na construção de paisagens e lugares; que possam compreender que essas paisagens e lugares resultam de múltiplas interações entre o trabalho social e a natureza, e que estão plenos de significados simbólicos decorrentes da afetividade nascida com eles (Brasil, 1998, p. 61).

Em relação ao ensino da geografia:

A Geografia tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com os

fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação (Brasil, 1998, p. 26).

Dessa forma, entende-se que “o documento procura valorizar as atitudes e procedimentos que os alunos podem adquirir estudando seu cotidiano com a Geografia” (Brasil, 1998, p. 61). E continua:

Assim, os eixos temáticos e suas interações interdisciplinares com os temas transversais e demais áreas foram propostos com o objetivo de auxiliar o professor a ensinar uma Geografia em que os alunos possam realizar uma leitura da realidade de forma não fragmentada, para que seus estudos tenham um sentido e significado no seu cotidiano. (Brasil, 1998, p. 61).

Observa-se que os temas transversais, presentes na Nova Base Nacional Comum Curricular, já estavam previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais. São eles: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo. Isso se deve ao fato de que, “para estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que a escola trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se veem confrontados no seu dia a dia” (Brasil, 1998, p. 65).

Os PCNs previam que os temas transversais fossem incorporados às áreas de história, geografia e ciências naturais. A configuração presente neles acabou moldando a produção de livros didáticos, já que os manuais deveriam atender aos currículos vigentes.

Em termos gerais, os PCNs apresentam:

A finalidade de apresentar as linhas norteadoras dos parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, que constituem uma proposta de reorientação curricular que a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto, oferece a secretarias de educação, escolas, instituições formadoras de professores, instituições de pesquisa, editoras e a todas as pessoas interessadas em educação, dos diferentes estados e municípios brasileiros (Brasil, 1997, p. 9)

Também pode ser definido em Brasil (1997, p. 49) como “a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que precisam ser flexíveis para promover discussões e reelaborações quando realizado em sala de aula, pois é o professor que traduz os princípios elencados em prática didática”. Apesar do uso do termo “flexíveis”, que dá a ideia de algo que pode ser alterado conforme as peculiaridades de cada sala de aula, ele garante conteúdos de abrangência nacional, ou seja, um currículo comum a todos os estudantes.

Entre os objetivos por trás da construção de parâmetros curriculares em nível nacional está a construção da cidadania. Nesse sentido, Brasil (1987, p. 50) afirma que “ao mesmo tempo em que contribui para a construção da unidade, busca garantir o respeito à diversidade, que é marca cultural do país, por meio de adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática educacional”.

Apesar de o PCN enfatizar que esse não seria um modelo impositivo para a organização curricular dos estados e municípios, devido aos aspectos culturais que cada um possui, não podemos deixar de mencionar Young (2011), que discute a natureza impositiva dos currículos, onde esses deixam de ser questionados e acabam se tornando verdades absolutas.

Todo esse movimento efervescente dentro das políticas educacionais brasileiras, observado ao longo das últimas décadas, culminou na criação de uma base curricular nacional, a chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é baseada no ensino através do desenvolvimento de competências. Segundo o texto de apresentação da BNCC, ela é o reflexo de uma discussão que vem se fortalecendo nas últimas décadas. Conforme Brasil (2017, p. 13), “desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos estados e municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos”.

Nesse sentido, podemos considerar que a elaboração da Base Nacional Comum Curricular está alinhada à atuação de diversos órgãos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as organizações das Nações Unidas (ONU), que são citadas no documento de apresentação da BNCC.

Em linhas gerais, a Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens

essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica.

A respeito da estrutura da Base Nacional Comum Curricular, o documento divide os componentes curriculares por áreas de conhecimento, distribuídos da seguinte forma: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

A geografia é considerada um componente curricular e está inserida na área de Ciências Humanas. Além da existência de competências específicas para cada área do conhecimento, também há competências específicas para cada componente curricular.

A respeito da temática abordada neste trabalho, até o presente momento, os livros didáticos de geografia do ensino fundamental II são elaborados com base apenas no seu componente curricular específico.

Além da preocupação com a elaboração de um documento normativo para todo o território nacional, a LDBEN também expressa a preocupação com o respeito às diversidades regionais. Nesse sentido, impulsionada pela criação da Base Nacional Comum Curricular de 2017, surge em Mato Grosso do Sul a necessidade da elaboração de um Currículo de Referência próprio.

A Base Nacional Comum Curricular, homologada em 20 de dezembro de 2017, impulsionou as discussões para a reestruturação dos currículos. Especificamente em Mato Grosso do Sul, buscou-se estratégias para a elaboração de um currículo sul-mato-grossense (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 14)

Outro fator que garante a formação de um currículo a nível estadual é o texto da LDBEN, em seu art. 10, inciso III, que prevê aos Estados a incumbência de criar seus próprios planos educacionais, respeitando sempre o que já está previsto nos currículos nacionais.

O Referencial Curricular de Mato Grosso do Sul busca inserir elementos que retratam a territorialidade e a cultura sul-mato-grossense. Nesse sentido, temos os temas contemporâneos contemplados na Base Nacional Comum Curricular que, no Referencial Curricular de Mato Grosso do Sul, são inseridos como “cultura sul-mato-grossense e diversidade cultural”.

[...] requer-se pensar que o sujeito sul-mato-grossense está imerso em um território com características regionais diversas, pois o Estado de Mato Grosso do Sul: (i) faz divisa com cinco estados brasileiros e fronteira com dois países sul-americanos; (ii) a área de abrangência original do Cerrado e Pantanal cobre a sua quase totalidade; (iii) é composto de várias etnias, tais como: Atikum, Guarani, Kaiowá, Guató, Kadiwéu, Kinikinawa, Ofaié e Terena; comunidades quilombolas; (iv) é coabitado por imigrantes de vários países, tais como: Alemanha, Espanha, Itália, Japão, Paraguai, Bolívia, Portugal, Síria e Líbano, sendo a cultura local resultado de toda essa diversidade (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 19).

O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul orienta o planejamento das aulas de geografia na rede estadual de ensino:

Diante do exposto, salienta-se que o Currículo de Mato Grosso do Sul é instrumento basilar para a Secretaria de Estado de Educação, secretarias municipais de Educação e instituições privadas de ensino, para, a partir da necessidade, elaborarem orientações curriculares e/ou didáticas e auxiliarem nos processos de revisão dos projetos político-pedagógicos das escolas (Mato Grosso do Sul, 2019, p.19).

Em relação às habilidades previstas no Referencial Curricular para o estado de Mato Grosso do Sul, para o componente curricular de geografia, nota-se que não há grandes mudanças em relação à Base Nacional Comum Curricular.

Ao analisar ambos os currículos para o componente curricular de geografia do ensino fundamental II, foram percebidas apenas algumas modificações nas habilidades referentes ao 6º ano.

Dentro do objeto de conhecimento “identidade sociocultural”, previsto também na BNCC, foi inserida, conforme Mato Grosso do Sul (2019, p. 989), a habilidade “(MS.EF06GE00.n.03) analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedades, com destaque para os povos originários de Mato Grosso do Sul”.

Outra modificação verificada foi a inserção da habilidade “(MS.EF06GE12.c.12) identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no Mato Grosso do Sul, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos”, inserida dentro do objeto de conhecimento “biodiversidade e ciclo hidrológico” (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 993-994).

Investigou-se o livro didático de geografia "Araribá Conecta Geografia", da editora Moderna, utilizado no 6º ano do ensino fundamental anos finais. Foi feita uma

análise em relação às habilidades propostas no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, buscando verificar se todas estavam presentes no material didático.

Constatou-se que a habilidade mencionada no referido documento normativo, denominada “analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedades, com destaque para os povos originários de Mato Grosso do Sul”, não foi contemplada no livro didático analisado.

Em relação à habilidade “identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no Mato Grosso do Sul, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos”, o livro didático apresenta a habilidade EF06GE12 como “identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no Mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos”.

Imagem 01: Trecho do livro ARARIBÁ CONECTA GEOGRAFIA

6º ano		
Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades
O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos. (EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.
Conexões e escalas	Relações entre os componentes físico-naturais	(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos. (EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal. (EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.
Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas	(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização. (EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.
Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras	(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas. (EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade e ciclo hidrológico	(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares. (EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo. (EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.
	Atividades humanas e dinâmica climática	(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).

XIII

Fonte: <https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/2023/05/EDIT-Ararib%C3%A1-Conecta-Geografia-6-ano-.pdf>

Pode-se constatar que o livro didático é produzido para atender aos currículos em nível nacional, com sua produção voltada para a compra em grande escala pelo governo federal. Sendo assim, as peculiaridades regionais acabam não sendo atendidas, uma vez que a produção de materiais regionais demandaria maiores investimentos por parte das editoras e, conseqüentemente, do governo federal em relação à disponibilidade de recursos.

Sendo assim, entende-se que o professor de geografia deve ter um bom conhecimento e domínio da disciplina, buscando não fazer do livro seu único subsídio, mas sim o ponto de partida para a inserção de outros materiais didáticos, a fim de que possa trabalhar com todas as habilidades previstas nos documentos.

3.6 A CONFIGURAÇÃO DO MERCADO EDITORIAL DE LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL

Busca-se, nesse item, realizar uma análise do mercado editorial no que se refere à indústria do livro didático e à formação de um território de disputas por essa parcela do mercado. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, foi possível observar a presença do aspecto mercadológico que o livro didático incorporou ao longo de sua trajetória. Isso deve-se ao fato de o governo representar uma parcela importante do faturamento das editoras.

Munakata (2012, p. 64) assevera que “a produção do livro didático serve certamente para a acumulação de capital”. Seguindo na mesma linha, Pontuschka, Cacete e Paganelli (2009, p. 399) mencionam que “este recurso apresenta múltiplos aspectos, sendo uma produção cultural e, ao mesmo tempo, uma mercadoria, devendo, portanto, atender a determinado mercado”. Nesse sentido, o livro didático pode ser entendido como uma mercadoria.

A respeito do sucesso do mercado editorial de livros didáticos, Choppin (2004, p. 551), ao discutir essa questão de forma global, cita o Brasil e diz que “em um país como o Brasil, por exemplo, os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam ainda em 1996 aproximadamente 61% da produção nacional”.

Nota-se, segundo esse autor, que a questão do mercado editorial de livros didáticos não se alterou de forma significativa no decorrer do século XX. Pelo

contrário, verificaremos mais à frente, através de números, que o mercado de livros didáticos continuou em franco crescimento no século XXI.

Segundo dados da CBL – Câmara Brasileira de Livros (2023), para o ano de 2022, a produção de livros didáticos representava cerca de 56,82% da produção nacional, com variação positiva em relação ao ano anterior, que consolidou sua produção em 54,38% da produção nacional. Isso mostra que essa é uma média histórica que vem se mantendo ainda no século XXI.

Assim, nos dedicaremos a analisar, com base em dados, quais editoras dominaram esse mercado ao longo do tempo, sua influência no cenário internacional e os movimentos empresariais envolvidos, bem como seus interesses.

Como vimos anteriormente, o surgimento do guia do livro didático no ano de 1996 foi um marco na indústria editorial, uma vez que ocasionou mudanças em toda a cadeia produtiva do livro didático no Brasil e alterou a forma de avaliação das obras disponibilizadas pelas editoras.

Assim, a partir desse momento, o guia do livro didático tornou-se um referencial para professores, coordenadores e todos os atores envolvidos no processo de escolha do livro didático, constituindo-se em um subsídio importante para a garantia da qualidade das obras selecionadas.

Consequentemente, todo esse movimento de mudanças no PNLD ocasionou um grande descontentamento por parte das editoras, que viram muitas de suas obras serem reprovadas pelo governo.

A divulgação deste guia de livros didáticos (e, principalmente, dos livros excluídos por motivos diversos: erros conceituais, preconceito, etc.) teve ampla repercussão na mídia e ocasionou forte reação das grandes editoras de didáticos e dos autores (Cassiano, 2005, p. 285).

É notório que esse período, marcado pelo surgimento do guia do livro didático, foi bastante turbulento na história do Programa Nacional do Livro Didático, pois ocasionou um debate intenso entre todas as entidades envolvidas no processo. Outro fator importante de mudanças nesse período é o fato de que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o responsável pela distribuição dos livros didáticos, em substituição ao Fundo de Amparo ao Estudante (FAE).

Em relação as editoras, o período mencionado foi marcado pela continuidade do monopólio editorial que ocorria desde a criação do PNLD.

De acordo com Saab (1999), a indústria dos didáticos representa, em média 54% da indústria; em 1998, dos 369 milhões de livros produzidos, 244 milhões referiam-se a livros didáticos, cujo segmento é o mais concentrado, ou seja, com o menor número de editoras (Ática, Scipione, FTD, Saraiva e Moderna) (Cassiano, 2005, p. 287).

Para compreendermos melhor o monopólio da indústria de livros didáticos no Brasil, tomaremos como ponto de partida o trabalho de Cassiano (2005), que oferece subsídios importantes sobre a participação das editoras desde o início do PNLD.

Segundo Cassiano (2005, p. 28), em 1985, 88% dos estudantes estavam matriculados na rede pública de ensino, o que correspondia a 24.769.736 alunos, contra 12% que frequentavam a rede privada, totalizando 2.972.368 alunos. Já em 2001, 91% dos estudantes estavam matriculados na rede pública, totalizando 35.298.089, enquanto 3.208.289 estudantes estavam na rede privada, cerca de 9%.

Ao observar esses números, que representam apenas os dados referentes aos alunos matriculados no ensino fundamental, percebemos que esse mercado sempre foi muito vantajoso para as editoras. Afinal, havia um público cativo e em franco crescimento, com o governo federal representando a fonte dos recursos necessários para a venda de seus produtos e sendo o principal comprador de material didático no país.

Cassiano, em sua obra, apresenta um quadro baseado nos estudos de Höfling (2000) e aponta que, no ano de 1985, ano de criação do PNLD, até 1991 as editoras que monopolizavam a venda de livros para o governo federal eram sempre as mesmas. São elas: Ática, Brasil, IBEP, FTD, Saraiva, Nacional e Scipione.

Nos anos seguintes, o monopólio se manteve estável. O faturamento das principais editoras, que juntas concentravam a maior fatia do mercado editorial, estava dividido da seguinte forma no ano de 1997: em primeiro lugar, a editora Ática/Scipione, com um faturamento estimado de 242 milhões de reais; seguida pela FTD, com um faturamento de 129 milhões de reais; em terceiro lugar, a editora Saraiva, com um faturamento estimado em 81,8 milhões de reais; em quarto lugar, a editora Moderna, com 78 milhões de reais; seguida pela editora Record, com 29 milhões de reais; e a Cia dos Livros, com um faturamento na ordem de 21,5 milhões de reais (Cassiano, 2005).

Quando observamos o período de 2002 a 2006, percebemos que não houve mudanças significativas em relação ao controle da fatia do mercado editorial, que continuou nas mãos das grandes editoras, mantendo o monopólio que sempre existiu.

No período mencionado, destacam-se em vendas de obras as editoras Ática, com 81.809.216 milhões de obras vendidas; seguida pela FTD, com 67.950.399 milhões; Saraiva, com 63.215.713 milhões; Scipione, com 36.756.824 milhões; Moderna, com 30.179.500 milhões; e IBEP, com 28.840.622 milhões. Outras editoras, com vendas menores, incluem a Brasil, com 17.702.147 milhões; Positivo, com 13.289.986 milhões; Nova Geração, com 10.706.243 milhões; Quinteto, com 6.793.205 milhões; Dimensão, com 4.295.390 milhões; e Nacional, com 1.415.865 milhões.

Percebe-se que as editoras que dominaram o mercado editorial nesse período exerceram sua soberania com ampla vantagem em relação às suas concorrentes menores. Dessa lista, ainda restavam cinco editoras cuja soma de vendas não ultrapassou 3 milhões de exemplares. No período citado, foram comercializadas cerca de 365.783.424 obras didáticas no país.

Em relação ao mercado editorial brasileiro para o ano de 2022, a produção de livros didáticos e de obras gerais representou um crescimento de 5,81% em relação ao ano anterior. Nesse mesmo ano, o setor de livros produziu 324 milhões de exemplares, sendo 84% reimpressões e 16% novos títulos (CBL, 2023).

Foi constatado no decorrer desta pesquisa que o governo federal se consolidou como um importante comprador dos materiais didáticos produzidos no Brasil, principalmente pela execução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e para ilustrar, propomos a Tabela 1, que sintetiza os gastos do governo federal com livros didáticos em relação ao faturamento de toda a produção nacional de livros, levando em consideração todas as modalidades de obras.

Tabela 1: Vendas de livros 2022

Venda de Livros	Total	Mercado	Governo	(%) Estado
Exemplares (em milhões)	314	188	126	40,12
Faturamento (em bilhões R\$)	5,5	4,1	1,4	25,4

Fonte: CBL, 2023

A tabela acima apresenta o faturamento que as editoras obtiveram com a venda de livros em 2022, tanto para o governo quanto para o mercado em geral. Percebe-se que o governo representa uma fatia importante do faturamento das editoras, tendo representado, em 2022, 25,4% do faturamento total da venda de livros no país.

Em comparação com o ano de 2021, houve uma queda de 42% nas compras realizadas pelo governo federal, que ficaram na ordem de 218 milhões de exemplares. Isso se reflete nos gastos, que, no ano de 2021, foram de 1,8 bilhões de reais (CBL, 2023).

Os gastos do governo federal com livros podem oscilar de um ano para o outro, dependendo das fases do PNLD, já que a compra de livros didáticos, em sua imensa maioria, está relacionada a esse programa. Os gastos com livros para outros órgãos chegaram a R\$ 262 milhões no ano de 2022.

Nas Tabelas 2 e 3, podemos observar os dados referentes à produção e às vendas de livros didáticos para os anos de 2021 e 2022 no país. Percebe-se que a participação do governo é fundamental para a variação desses números.

Tabela 2: Produção de livros didáticos em 2021 e 2022

Produção de LD	2021	2022	Varição %
Títulos	12.234	12.189	-0,37
Exemplares produzidos	214.109.733	161.870.944	-24,40

Fonte: (CBL, 2023)

Tabela 3: Venda de livros didáticos em 2021 e 2022

Venda de LD	2021	2022	Varição %
Mercado	33.468	32.081	-4,14
Governo	188.089	118.803	-36,84
Total	221.557	150.884	-31,90

Fonte: (CBL, 2023)

De acordo com os dados da Câmara Brasileira do Livro (2023), referentes às Tabelas 2 e 3, percebe-se que o governo federal continua sendo o principal comprador de livros didáticos do país. No ano de 2021, o governo adquiriu cerca de 85% da

produção nacional e, no ano seguinte, comprou cerca de 78,5% das obras produzidas no Brasil. Houve uma queda de 36,84% na venda de livros didáticos para o governo em 2022.

Esses dados se refletem nos gastos que o governo teve para a aquisição desses livros didáticos. Segundo a Câmara Brasileira do Livro (2023), no ano de 2021 o governo gastou cerca de 1,6 bilhões de reais, enquanto em 2022 os gastos foram de 1,3 bilhões de reais.

Veja a seguir a tabela de dados referentes a produção de livros didáticos em relação a produção geral de livros no Brasil:

Tabela 4: Produção de livros no Brasil em 2021 e 2022

Produção de Livros	2021	2022	Variação %
Didáticos	214.109.733	161.870.944	-24,40
Geral	390.574.490	323.831.361	-17,09

Fonte: CBL, 2023

Percebe-se que o percentual de livros didáticos produzidos no Brasil em 2022, apesar de ter oscilado negativamente em relação a 2021, ainda representa uma parte significativa da produção nacional de livros. No ano de 2021, esse número representou cerca de 54,8% da produção nacional, enquanto em 2022 ficou em torno de 50%. Deve-se lembrar que esses números oscilam de acordo com a necessidade do governo em abastecer o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Confira a seguir os gastos relacionados ao Programa Nacional do Livro Didático para os anos de 2021 e 2022:

Tabela 5: Gastos PNLD em 2021 e 2022

PNLD	2021	2022
Exemplares (em milhares)	182.191.359	115.724.160
Faturamento (em bilhões)	1.500.825.310	1.148.828.263

Fonte: (CBL, 2023)

De acordo com a Tabela 5, no ano de 2021, o governo gastou aproximadamente 1,5 bilhão de reais exclusivamente com o PNLD. No ano seguinte,

os gastos foram de cerca de 1,1 bilhão de reais. Esses dados consideram apenas os gastos do governo com o PNLD, não incluindo as compras de livros feitas para outros órgãos e programas do governo federal.

Tabela 6: Planilha de gastos do PNLD 2024

ETAPA	ESCOLAS	ALUNOS	EXEMPLAR	VALOR/AQUISIÇÃO
EDUC. INF.	45.861	3.270.926	2.503.416	R\$ 52.834.411,43
E.F A. INICIAIS	80.327	11.492.79	105.745.735	R\$ 950.812.572,89
		3		
E.F A. FINAIS	46.385	9.797.076	73.779.225	R\$ 921.322.110,85
ENSINO MÉDIO	19.523	6.572.052	12.578.995	R\$ 200.416.583,66
TOTAL		31.132.84	194.607.371	R\$ 2.134.385.678,83
		7		

FONTE: FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, 2024.

A tabela acima contém dados atualizados referentes aos gastos do governo federal em 2024 com a compra de livros didáticos para o PNLD. De acordo com informações extraídas do FNDE, o governo gastou cerca de 2,1 bilhões de reais, considerando a aquisição de livros didáticos para todas as etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio).

Os números citados corroboram com os autores mencionados ao longo desta pesquisa quanto à magnitude do programa de distribuição de livros do governo federal. No total, foram mais de 31 milhões de alunos atendidos, com 194.607.371 exemplares adquiridos e distribuídos em todo o país no ano de 2024.

Esses números também ajudam a compreender o motivo da existência de uma disputa pelo território no mercado editorial brasileiro ao longo dos anos. Os grandes grupos editoriais chegam a formar até mesmo grandes oligopólios empresariais em busca dessa enorme fatia de mercado.

Um exemplo disso são as editoras Ática e Scipione. Ambas são subsidiárias da 'Somos Educação', uma empresa que se apresenta como fornecedora de um amplo portfólio de soluções educacionais, que abrange sistemas de ensino, editoras,

soluções de ensino complementar, além de atuar com plataformas de e-commerce e aprendizado digital. A empresa se intitula como "parceiro integral da escola" e tem como missão principal transformar o ecossistema das escolas privadas.

Ainda pertencem ao grupo Somos Educação a editora Saraiva, o sistema de ensino Anglo, a editora Atual, o sistema Maxi de Ensino, Livro Fácil, a Rede Pitágoras, a Rede Cristã de Educação, o sistema de ensino Mackenzie, entre outros.

A editora Moderna integra o grupo Santillana, que possui uma forte presença internacional, operando em mais de 22 países de língua portuguesa e espanhola na América e na Europa. Fundado em 1960, o grupo Santillana é uma holding de negócios educacionais. Desde 1991, mantém uma parceria com a Universidade de Salamanca, na Espanha, para a criação de materiais didáticos.

A editora Moderna foi incorporada ao grupo Santillana no ano de 2001, e a partir desse momento, percebe-se um grande crescimento dessa editora no mercado editorial brasileiro, com maior participação em tiragens e vendas de livros didáticos posteriormente.

Para entendermos melhor a atuação das principais editoras no mercado editorial brasileiro, extraímos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) referentes ao faturamento das editoras no ano de 2020, que foi de R\$ 1.390.201.035,55. Veja a participação de cada uma delas na tabela a seguir:

Tabela 7: Faturamento por editora em 2020

Editora	Tiragem	Faturamento	%faturamento
Editora Moderna	51.912.989	R\$ 367.646.392,27	26,45
Editora FTD	30.201.349	R\$ 240.877.985,62	17,33
Editora Ática	32.185.884	R\$ 226.861.773,82	16,32
Edições S.M	14.184.884	R\$ 126.968.469,31	9,13
Saraiva Educação	12.501.063	R\$ 111.307.799,51	8,01
Editora do Brasil	9.027.124	R\$ 74.606.637,72	5,37
Scipione	5.560.247	R\$ 58.303.265,74	4,19
IBEP Inst. Brasileiro de Edições Pedagógicas	4.357.276	R\$ 50.573.062,02	3,64
Richmond Educacional	3.335.956	R\$ 26.972.833,38	1,94
Quinteto Editorial	1.996.421	R\$ 21.710.936,84	1,56
MVC Editora	1.189.778	R\$ 21.102.050,42	1,52

Editora AJS	1.306.221	R\$ 17.077.709,03	1,23
Zapt Editora	1.214.714	R\$ 8.476.594,13	0,61
FBF Cultural	2.150.096	R\$ 7.068.677,35	0,51
Editora Dimensão	286.299	R\$ 6.932.292,29	0,50
Terra Sul Editora	194.250	R\$ 6.401.479,14	0,46
Editora Aprende Brasil	300.818	R\$ 5.434.259,90	0,39
Imperial Novo Milênio Gráfica e Editora	329.305	R\$ 4.310.602,45	0,31
Autentica Editora	158.158	R\$ 2.530.488,50	0,18
Base Editorial	26.690	R\$ 1.603.185,99	0,12
Kit's Editora Comércio e Industria	64.476	R\$ 1.482.549,17	0,11
Palavras projetos Editoriais	23.020	R\$ 1.025.541,00	0,07
Berlendis Editores	64.310	R\$ 908.886,80	0,07
Daniela Almeida Barroso	438	R\$ 17.563,16	0,001
Total	172.571.931	R\$ 1.390.201.035,55	100

Fonte: FNDE 2024

A análise da tabela acima evidencia a enorme vantagem das grandes editoras em relação às menores. De acordo com os dados referentes ao ano de 2020, ficou claro que as cinco maiores editoras (Moderna, FTD, Ática, S.M. e Saraiva Educação) tiveram juntas um faturamento superior a 1 bilhão de reais, o que representa cerca de 77% de todo o faturamento do setor no ano. Em contraste, as dezenove restantes tiveram juntas um faturamento pouco superior a 300 milhões de reais, representando aproximadamente 23% do faturamento anual do setor.

Em relação ao faturamento de aproximadamente 300 milhões de reais das dezenove editoras restantes, apenas seis editoras (Editora do Brasil, Scipione, IBEP – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, Richmond Educação, Quinteto Editorial e MVC Editora) concentraram um montante de 250 milhões de reais. Ou seja, as treze editoras restantes juntas concentraram um faturamento de aproximadamente 63 milhões de reais.

Esses dados evidenciam uma enorme desigualdade na produção de materiais didáticos no Brasil, dominada por grandes grupos empresariais. Isso fica ainda mais

evidente quando observamos que o faturamento das cinco menores editoras, que gira em torno de 5 milhões de reais, representa cerca de 0,4% do faturamento total do setor.

A seguir, apresentamos o faturamento das editoras no ano de 2022, considerando apenas os anos finais do ensino fundamental, que é o recorte analítico desta pesquisa. Veja a tabela:

Tabela 8: Faturamento por editora nos anos finais em 2022

Editora	Tiragem	Valor	% faturamento
Moderna	7.480.806	R\$ 86.664.928,51	27,52
FTD	6.038.539	R\$ 63.815.284,84	20,26
Ática	3.596.758	R\$ 39.501.098,97	12,54
Saraiva Educação	2.092.774	R\$ 33.229.087,90	10,55
Edições S.M	1.873.332	R\$ 27.150.959,34	8,62
Editora do Brasil	1.415.744	R\$ 18.672.157,51	5,93
IBEP	1.218.402	R\$ 15.403.805,09	4,89
Richmond Educação	1.003.653	R\$ 12.436.801,58	3,95
Scipione	648.898	R\$ 10.409.294,84	3,30
Quinteto Editorial	525.715	R\$ 7.680.999,47	2,44
Total	25.894.621	R\$ 314.964.418,05	100

Fonte: FNDE, 2024.

De acordo com os dados apresentados acima, percebe-se que a editora Moderna também exerce um domínio nos faturamentos em relação às demais, alcançando mais de 20 milhões de reais a mais que a segunda colocada, editora FTD, e o dobro do faturamento da terceira colocada, editora Ática.

As cinco maiores editoras em 2022 (Moderna, FTD, Ática, Saraiva Educação e Edições S.M.) concentraram um faturamento superior a 250 milhões de reais, o que representa cerca de 80% do faturamento total nessa etapa da educação básica. As outras cinco editoras concentraram um faturamento aproximado de 64 milhões de reais.

É notório que o mercado editorial de livros didáticos ainda se configura como um amplo território de disputas. Ao longo do tempo, grandes grupos empresariais se

articularam para formar verdadeiros oligopólios, com o objetivo de obter maior domínio técnico e financeiro e, assim, controlar essa significativa fatia do mercado de livros.

4. O PROCESSO DE ESCOLHA E USO DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA EM AQUIDAUANA-MS

4.1 O PROFESSOR E O LIVRO DIDÁTICO

Esse tópico tem o objetivo de analisar a relação existente entre o professor de geografia e o livro didático como recurso pedagógico em sala de aula. Antes de mais nada, entendemos que o professor é um indivíduo autônomo na construção de sua relação com o livro didático. Shaffer (1988, p. 13) afirma que “o professor, de posse de um livro de poucos recursos, pode conseguir uma adequada exploração do mesmo, enquanto um bom livro didático não garante o sucesso do processo de aprendizagem.”

Pode-se perceber que o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem independe da escolha de um bom livro didático. É necessário que haja uma contrapartida por parte do professor. Este deve possuir domínio científico da disciplina, aliado ao preparo pedagógico, para que possa manusear o livro didático adequadamente e extrair dele todas as suas possibilidades.

Nessa direção, é importante mencionar o trabalho de Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (1988), no qual a autora retoma a gênese da geografia escolar a fim de buscar subsídios para o entendimento da relação existente entre o professor de geografia e o livro didático, além das possibilidades e desafios ao trabalho docente em meio a uma disciplina considerada complexa.

Além da complexidade da disciplina geografia, também podemos citar, conforme Choppin (2004, p. 552), a “complexidade do objeto ‘livro didático’, a multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e a diversidade de agentes que ele envolve.”

Em relação à disciplina geografia, a autora atribui como uma das razões para essa complexidade o caráter ideológico dessa disciplina, advindo de sua formação, onde, inicialmente, a geografia era utilizada para fins geopolíticos, com o objetivo de afirmação do poder através da marcação e delimitação de fronteiras.

Desde que os homens começaram a construir mapas e a descrever o espaço geográfico, esta modalidade de saber esteve ligada aos príncipes, chefes de guerra, conselheiros do Estado, homens de

negócios, viajantes e todos aqueles para quem os empreendimentos ultrapassam os limites de um quadro espacial restrito e familiar (Pereira, 1988, p. 37).

Outra possibilidade para que a geografia seja considerada uma disciplina complexa, segundo Pereira (1988, p. 17), é que “a geografia é o local em que se pode perceber a presença tanto das ciências da natureza como das ciências do homem”. Ou seja, ela possui uma dualidade desde a sua gênese.

Com base no caráter que a geografia assumiu desde sua concepção, a autora aborda o assunto sob a perspectiva do conteúdo e da forma. O conteúdo se refere aos conhecimentos previstos nos manuais de ensino, que são carregados de ideologias. Nesse contexto, podemos relacionar o conteúdo às funções referencial e ideológica propostas por Choppin (2004).

Já a segunda está atrelada ao trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor em sala de aula. O trabalho pedagógico pode ser caracterizado pela função instrumental proposta por Choppin (2004), pois sintetiza as práticas pedagógicas no livro didático.

Como vimos, em relação ao seu conteúdo, um dos problemas apontados pela autora é a dualidade que marca o ensino da geografia. Desde sua concepção inicial, a geografia previa seu uso para fins políticos, demarcações territoriais e o afloramento do sentimento nacionalista, fazendo com que sempre existisse uma divisão entre os fenômenos físicos e os fenômenos sociais.

Os livros didáticos e os programas desta disciplina são pródigos em exemplos de uma situação em que a natureza e sociedade são trabalhadas como duas instâncias isoladas, em que o homem é apenas mais um dado do espaço natural (Pereira, 1988, p. 16).

De modo semelhante:

A geografia é antes de tudo a disciplina que permite pela descrição conhecer os lugares onde os acontecimentos se passaram. Esta situação subordinada da geografia à história foi reforçada pela preocupação patriótica. O objetivo não é o de raciocinar sobre um espaço, mas de fazer dele um inventário, para delimitar o espaço nacional e situar o cidadão nesse quadro. [...] o discurso nacional reforçou o peso dos elementos físicos, pois ele utilizou sempre com predileção a gama das causalidades deterministas a partir dos dados naturais. [...] Esta predileção da geografia escolar pela geografia física encontra também suas raízes na geografia dos militares. O militar

conduz seu raciocínio estratégico a partir dos dados topográficos (Brabant, 1976 apud Pereira, 1988, p. 28).

Conforme Brabant 1976 (apud Pereira, 1988), a geografia trouxe consigo, inicialmente, uma predileção pelos fenômenos físicos, uma vez que foi utilizada para fins políticos. A caracterização desses fenômenos era importante para que os governos fossem legitimados, levando as pessoas a desenvolver um sentimento nacionalista e de pertencimento a um determinado espaço.

Por esse motivo, segundo a autora, há uma dificuldade de compreensão acerca do espaço geográfico, uma vez que existe uma marcação bem definida de uma dualidade entre homem e natureza, na qual cada fenômeno é visto de forma isolada. Com isso, Pereira (1988, p. 31) enfatiza que “com esta fragmentação generaliza-se a ideia de que não é preciso compreender a relação entre a natureza e o homem e, muito menos, dos homens entre si, mas simplesmente memorizar um saber sobre a natureza física”.

Nesse sentido, o saber expresso nos manuais vai em direção contrária ao pensamento da autora, que acredita ser necessário que o aluno compreenda que ele é um agente de transformação do espaço físico e não um ser isolado cujas ações não interferem na natureza.

É necessário, nesse caso, que o professor tenha um excelente domínio da disciplina. Segundo Pereira (1988, p. 27), “a geografia analisa o físico, mas o estudo do físico em si mesmo não tem sentido. Ele só o terá se for considerado como dominado pelo homem e ligado à ideia de um espaço em que se exerce uma determinada cidadania”.

O ensino da geografia deve levar o aluno a compreender seu lugar em relação ao mundo em que vive, socializa e interage com a natureza, bem como seu papel na produção de novos espaços. Entende-se que, nesse momento de reflexão proposto pela autora, a forma dualista com que os manuais de geografia se apresentavam impossibilitava esse tipo de reflexão.

Resende (apud Pereira, 1988, p. 33) afirma que “agindo dessa forma – negando o espaço histórico do homem – a geografia que se ensina marginaliza o próprio aluno como sujeito do processo de conhecimento e transforma-o em objeto deste processo”.

Nesse momento, é necessário que o professor assuma sua autonomia em relação ao livro didático, lançando mão, se necessário, de outros suportes

pedagógicos, a fim de obter os melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem.

O livro didático, aparentemente, tem como produto o conteúdo, mas o professor, ao revirá-lo, ao iluminá-lo, ao libertá-lo, ao desorganizá-lo e ao ouvi-lo, pode, sim, ter como produto o aluno, o seu pensamento, a sua produção de ideias (Costella, 2017, p. 179).

A autora destaca a importância do papel do professor no uso do livro didático, ressaltando que ele é responsável por explorar todas as possibilidades do material e ir além delas. Isso inclui abordar aspectos regionais que, geralmente, não são retratados nos manuais distribuídos em todo o território nacional.

Nesse caso, o professor deve, a partir da exposição de uma realidade geral, retratar os aspectos regionais. Ou seja, o professor deve ter pleno domínio da disciplina para relacionar corretamente os acontecimentos em diferentes escalas.

O livro didático possibilita, em um planejamento pedagógico bem estruturado, avançar da simples repetição de informações para a construção de conhecimentos relacionados ao cotidiano do estudante e das trocas que estabelece no espaço em que vive, compreendendo as diferenças presentes nas mais diversas escalas de análise espacial. (Copatti, 2017, p. 87)

Acerca da presença frequente dessa disciplina nos currículos escolares e, conseqüentemente, nos livros didáticos de 1º e 2º graus, Pereira (1988, p. 21) evidencia que “as relações entre essa disciplina e o sistema escolar são mais profundas do que se possa imaginar à primeira vista.”

É importante destacar que, atualmente, a geografia tem perdido cada vez mais espaço nos currículos e, conseqüentemente, nas escolas. Esse fenômeno é especialmente evidente após a implementação dos movimentos de uniformização curricular no Brasil, principalmente no ensino médio, devido às políticas do chamado "Novo Ensino Médio."

Esse também era um problema recorrente nas escolas europeias quando a geografia era utilizada como instrumento de nacionalização e de poder. Nesse sentido, conforme Pereira (1988, p. 26), “a rede de escolas que então se implanta no interior dos diferentes territórios europeus assume um caráter nacional, pois, para a construção do Estado-nação, torna-se indispensável a utilização de instituições que possibilitem a imposição da nacionalidade.”

Conforme o texto acima, podemos perceber a importância que as escolas adquiriram na sociedade europeia, desempenhando um papel significativo na ordem política dos países. Dentro da realidade abordada neste trabalho, podemos analisar como os conteúdos listados nos livros didáticos de geografia interferem na construção de uma identidade nacional e de um pensamento patriótico.

Em relação a esse tema e à realidade brasileira, podemos recuar historicamente até a ditadura de Vargas, onde a distribuição e fiscalização de obras didáticas serviam para a consolidação de uma identidade nacional que estava sendo pavimentada no país, com apoio principalmente da elite conservadora.

A geografia, a história e a língua nacional, introduzidas nos currículos escolares, tornam-se instrumentos poderosos nas mãos de uma classe preocupada com a sua hegemonia e com o movimento de capital que deseja consolidar o Estado nacional a partir da delimitação geográfica de suas fronteiras (Pereira, 1988, p. 27).

Notadamente no Brasil, o livro didático sempre teve um papel de protagonismo no sistema escolar. Conforme Boligian e Almeida (2011, p. 71 apud Santos 2017, p. 148), “no processo de construção e reconstrução histórica do saber geográfico escolar no âmbito educacional brasileiro, foi fundamental o papel desempenhado pelos livros didáticos nacionais de geografia produzidos desde o início do século XIX”.

Retomando a abordagem proposta pela autora, ela acredita que há um problema em relação à forma como os conteúdos de geografia são apresentados nos livros didáticos, onde a geografia física é apresentada de forma alheia à geografia humana.

Vale ressaltar que isso também se deve à sua concepção inicial, onde a principal função da geografia era enfatizar a existência dos elementos físicos para validar as fronteiras geográficas e justificar as ações dos governos, além de impor ideais nacionalistas.

Conforme Pereira (1988, p. 46), “a geografia, desde Heródoto, nasce e se desenvolve a serviço dos Estados, do imperialismo dos Estados [...] e mascara as escolhas de política territorial dos grupos dominantes”.

Retomando a análise do papel desempenhado pelo professor dentro desse contexto, para Santos (2017, p. 141), o livro didático “apresenta visões de mundo restritas, sendo função do educador buscar constantemente realidades que dialogam

com aquela posta ou mesmo contraditórias àquela que se encontra no livro didático, procurando sempre enriquecer sua prática pedagógica”.

Nesse sentido, tendo como pressuposto a autonomia do professor e a problemática abordada por Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, é necessário que, através do conhecimento da disciplina e de sua prática pedagógica, o professor seja capaz de identificar as lacunas presentes no livro didático.

Com relação à realidade citada por Leonardo Pinto dos Santos, temos no Brasil uma forte acentuação das disparidades regionais, potencializadas pelas dimensões continentais do país e pelo problema da distribuição de renda e do desenvolvimento regional, onde os manuais retratam apenas aspectos gerais.

A extensão do Brasil faz com que apresentem quadros naturais variados, culturas diferenciadas e questões regionais muito significativas para a vida das populações destes lugares. E isso pode ser um problema na medida em que as informações apresentadas se constituam como o elemento fundamental, em que todos devem estudar as mesmas questões, as mesmas temáticas, com as mesmas orientações didático-pedagógicas (Callai, 2016, p. 274).

Ainda em relação a essa problemática presente no livro didático, Eco (1980 apud Shaffer 1988, p. 5) diz que “a banalização e unidimensionalização dos temas nos livros didáticos decorrem da necessidade do mundo capitalista de padronizar tudo e submeter à lógica e ao ritmo de sua produção”. Essa é uma das possibilidades, dentre tantas outras, para a uniformização de conteúdos presentes nos livros didáticos.

Em relação à participação do professor, convém trazer também o pensamento de Copatti (2017, p. 171). Para ela, “na interação com o livro didático, o professor tem a possibilidade de fazer escolhas, refletir sobre o modo como adequá-lo ao contexto em que atua e de que modo aliá-lo a outros recursos educacionais disponíveis”.

Lajolo foi enfática ao advertir que:

Nenhum livro didático, por melhor que seja, pode ser utilizado sem adaptações. Como todo e qualquer livro, o didático também propicia diferentes leituras para diferentes leitores, e é função da liderança que tem na utilização coletiva do livro didático que o professor precisa preparar com cuidado os modos de utilização dele, isto é, as atividades escolares através das quais um livro didático vai se fazer presente no curso em que foi adotado (Lajolo, 1996, p. 8).

Como percebemos, o principal ator nesse contexto é o professor. No entanto, o uso que ele faz do livro está relacionado ao seu preparo e à sua formação. Dependendo do contexto e da situação em que é utilizado, o livro pode ser, conforme Copatti (2017, p. 74), “um manual ou a própria aula”. Contudo, ele pode também servir, conforme Shaffer (1988, p. 3), “como instrumento [...] a um fim, às intenções do plano de trabalho elaborado”.

Não convém a esta pesquisa abordar a fundo a questão do preparo do professor, pois isso implicaria uma análise profunda sobre a estrutura das licenciaturas em nível nacional, o que demandaria um grande aporte teórico. Seria necessário entender a forma como as licenciaturas estão estruturadas, não apenas nas universidades públicas, mas também na crescente demanda do ensino advinda do surgimento dos cursos a distância (EAD) no país, que interfere na qualidade geral das licenciaturas.

Porém, é inegável que uma boa formação contribui para uma boa relação entre professor e livro didático, e, principalmente, para o pleno exercício de sua autonomia. Carina Copatti (2017, p. 85) assevera que “é possível afirmar que uma sólida formação de professores contribui para que, no momento em que se insere em sala de aula, em contato com o livro didático, seja possível desenvolver autonomia na condução do processo de ensino e aprendizagem”.

Para o momento, propomos realizar uma análise da realidade encontrada atualmente. Por meio da aplicação dos questionários, pretende-se detectar se os professores participam de cursos de formação continuada voltados ao uso e à escolha do livro didático e quais são as motivações por trás das escolhas realizadas. Se existe um padrão definido na rede estadual de ensino na cidade de Aquidauana/MS

4.2 ANÁLISE DO PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA EM AQUIDAUANA/MS

A análise do processo de escolha do livro didático de geografia na cidade de Aquidauana tem como objetivo identificar os pontos importantes que envolveram as fases do PNL 2024, além do fluxo de trabalho estabelecido pela Secretaria de Estado de Educação durante o processo de escolha do livro didático de geografia na rede

estadual de ensino do município de Aquidauana/MS. Nesse sentido, espera-se compreender e aprofundar a análise da relação do professor de geografia que atua na rede estadual de ensino de Aquidauana com o livro didático.

Para o cumprimento dos objetivos propostos para esta pesquisa, foram analisados alguns pontos, como o tempo destinado para a escolha do livro didático nas escolas, a existência de treinamentos ou qualificações específicas para os professores que participam desse processo, a presença de interferência direta das editoras nas escolas, e se as obras escolhidas pelo corpo docente são as mesmas que chegaram às mãos dos alunos e professores no ano letivo de 2024.

A pesquisa foi realizada com professores de geografia das sete escolas estaduais do município de Aquidauana/MS no início do ano letivo de 2024. As escolas participantes foram Antônio Salustio Areias, Cândido Mariano, Coronel José Alves Ribeiro, Dóris Mendes Trindade, Felipe Orro, Marechal Deodoro da Fonseca e Marly Russo.

Em um primeiro momento, para a viabilização da pesquisa, foi realizado o contato com as escolas estaduais onde a pesquisa iria ocorrer. Com a sinalização positiva do corpo diretivo, foi estabelecido o diálogo com os professores e apresentada a proposta de pesquisa.

Após essa etapa, foi estipulado que o questionário "Processo de escolha do livro didático de geografia no PNLD e o seu papel no cotidiano escolar" seria aplicado eletronicamente, via Google Forms. A escolha pelo formulário eletrônico se deu pela falta de tempo dos professores, devido à grande carga de trabalho.

Para a análise do processo de escolha do livro didático de geografia na rede estadual de ensino em Aquidauana/MS, tomaremos como ponto de partida a implantação do PNLD, no que se refere à participação dos professores no processo de escolha das obras didáticas, e também às mudanças ocorridas ao longo do tempo com a inserção das resenhas de avaliação.

Não é objetivo desta pesquisa questionar o papel do professor no processo de escolha do livro didático, mas refletir sobre a importância do papel que ele exerce e as condições oferecidas a ele. Deve-se considerar, ainda, a alta carga horária dos professores e as várias funções administrativas que eles acabam desempenhando, como planejamento online, preenchimento de sistemas das secretarias de educação, elaboração de provas, lançamento de notas e a ministração das aulas.

Nesse sentido, surge a necessidade de realizar uma análise regional a respeito das características presentes no processo de escolha do livro didático, sobretudo da participação do professor de geografia na cidade de Aquidauana. Isso propicia o entendimento das características presentes em relação à realidade local.

Foram contatados 13 professores de geografia que atuam ou atuaram na Rede Estadual de Ensino em Aquidauana/MS, entre os anos de 2023 e 2024. Dos 13 questionários enviados, obteve-se o retorno de 10, totalizando uma taxa de retorno de 77%. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 21), “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”. Nesse sentido, considera-se bom o percentual de devolutiva.

Todos os professores questionados afirmaram ter ministrado aulas de geografia no ano de 2023; assim, todos estavam aptos a responder o questionário a respeito do processo de escolhas do livro didático PNLD 2024. Apenas 1 professor, dos 10, alegou não estar mais atuando como professor de geografia na rede estadual no ano de 2024, devido ao resultado do processo seletivo¹.

Dos 10 professores que responderam à pesquisa, 1 não respondeu às questões relacionadas ao processo de escolha do LD, pois, segundo ele (P-4): “Não. No momento da escolha, eu não tinha nenhuma turma no fundamental.” Vale destacar que o PNLD 2024 previa a escolha de livros didáticos para o ensino fundamental.

Uma das preocupações que surgem quando o assunto é a escolha dos livros didáticos no PNLD é a questão do tempo que se emprega nesse processo.

1 Que a escolha dos livros didáticos não se faça nem em cima da hora, nem em abstrato, que o Estado garanta que todo professor tenha acesso a todos os livros que constituem o acervo dentre o qual serão escolhidos os livros a serem adotados. 2 A divulgação, com antecedência de muitas semanas do prazo final para o resultado da seleção; que se assegure, neste prazo, que todos os professores tenham acesso real a exemplares dos livros em julgamento, e tempo suficiente, dentro das horas pelas quais o Estado lhe paga para, em conjunto com seus colegas efetuar a seleção (Lajolo, 1987, p. 3-4).

A autora defende que a escolha dos livros didáticos deve ser realizada dentro de parâmetros que favoreçam uma boa análise, com tempo hábil e acesso integral às

¹A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul realiza periodicamente processos seletivos de provas e títulos para a contratação de professores, visando preencher vagas temporárias.

obras disponíveis, além de que o Estado deve disponibilizar o aparato necessário para esse momento. Em relação ao tempo empregado para a escolha das obras, foi feito o seguinte questionamento: “Quantas reuniões ocorreram com o intuito de analisar as coleções disponíveis?” As respostas foram as seguintes:

Tabela 9: Tempo empregado para a escolha das obras

P – 1	Foram várias reuniões até chegarmos em um consenso
P – 2	Uma reunião com os professores da disciplina para escolher dentre as opções (coleções) ofertadas, após reportamos para a coordenação as 3 opções selecionadas em ordem preferencial
P – 3	Apenas uma reunião
P – 5	A escolha foi individual
P – 6	Tivemos algumas reuniões para analisarmos os livros e chegarmos a escolha de três deles
P – 7	3
P – 8	Não tem reunião, apenas há exposição de amostras de livros incompletos. Esses exemplos de livros vêm apenas com alguns capítulos mostrando um percentual de conteúdos inseridos em um livro didático completo, eles são expostos sobre uma bancada para análise, assim que avaliamos juntamente com outros professores de geografia, optamos pelos melhores exemplares e escolhemos 3 livros. A proposta já vem pronta, geralmente a escolha do professor não é concretizada

P – 9	Foram duas reuniões. Uma para falar da importância da escolha dos livros e outra para análise e preenchimento da escolha
P – 10	Reuniões de fato não ocorreram, ocorreram momentos em que podíamos olhar o material enviado pelas editoras, no recreio, nas nossas horas atividades. E alguns materiais estavam nos sites

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Percebe-se que a maioria dos professores informou que a escolha foi feita de forma individual ou que não houve reunião. O entrevistado (P-10) chegou a citar que o tempo destinado à escolha das obras foi o intervalo entre uma aula e outra. Dois professores informaram que houve duas reuniões. Apenas um mencionou que ocorreram várias reuniões.

Percebeu-se que o processo de escolha do livro didático não se baseou em uma metodologia única para todas as escolas. Pelo contrário, cada unidade escolar teve autonomia para realizar a escolha do material de acordo com sua realidade, sem a destinação de um tempo razoável para a análise das obras.

De maneira geral, o tempo destinado para a escolha das obras na rede estadual de ensino em Aquidauana foi escasso, em contrariedade à posição defendida por Lajolo (1987). Isso é, de fato, uma situação preocupante, pois a escolha dos livros didáticos deve ser realizada de forma cuidadosa e criteriosa pelo corpo docente.

Vale destacar também que as obras são disponibilizadas de forma digital no site do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). No entanto, sabe-se que dificilmente o professor terá tempo livre para realizar essa consulta. O ideal seria que a escola disponibilizasse o tempo pelo qual o professor é pago pelo Estado para realizar a escolha, assim como defende Lajolo (1987).

Para uma melhor compreensão a respeito desse tema, foi questionado se "as escolhas foram realizadas de forma individual ou coletiva?", a fim de obter uma visão sobre como funcionava o fluxo do processo de escolha do livro didático. O objetivo era entender se, mesmo com as reuniões ou a falta delas, as escolhas eram realizadas em comum acordo com a maioria. As respostas foram as seguintes:

Tabela 10: Escolhas individuais ou coletivas

P – 1	Coletiva. Por área de conhecimento
P – 2	Coletiva
P – 3	Coletiva, entre os professores que trabalhavam com o Ensino Fundamental
P – 5	Individual
P – 6	A escolha foi realizada de forma individual no momento, e em seguida de forma coletiva para verificarmos o melhor livro
P – 7	Professores de Geografia e Coordenação
P – 8	Coletiva
P – 9	Coletiva
P – 10	Individual em um primeiro momento, depois conversávamos com os colegas da mesma área de atuação para decidir qual seria a escola do livro didático que a escola adotaria

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Embora a análise preliminar das obras disponíveis tenha ocorrido de forma individual, nota-se que, em alguns casos, houve uma discussão coletiva com professores da mesma área de conhecimento para a decisão final. Nesse caso, ficou subentendido que os professores de áreas correlatas dialogaram em alguns casos.

Assim como as respostas da questão 1, as respostas da questão 2 também evidenciaram um problema em relação ao processo de escolha de livros didáticos na rede estadual de ensino em Aquidauana/MS: a não utilização de uma metodologia única para a análise das obras. Com isso, os critérios de análise podem variar de uma unidade escolar para outra.

Outro ponto abordado neste trabalho foi a respeito dos participantes do processo de escolha dentro da unidade escolar. Sendo assim, foi questionado: “Quem participou do processo de escolha do livro didático de geografia dentro da escola?”

Tabela 11: Participantes do processo de escolha do livro didático

P – 1	Professores, coordenação de área e pedagógica
P – 2	Professores da disciplina, Coordenador de área e Coordenação pedagógica
P – 3	Professores e coordenação
P – 5	Professores
P – 6	Os professores de geografia, sobre a orientação da coordenação
P – 7	Professores de Geografia e Coordenação
P – 8	Os professores de geografia ou da disciplina que lecionam
P – 9	Eu e outra professora de geografia
P – 10	Os professores de Geografia que lecionam na escola

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Percebe-se que a participação no processo de escolha ficou restrita aos professores de geografia da escola e à coordenação pedagógica. Dos 4 professores que responderam que a escolha foi realizada somente por eles de forma individual, apenas 1 afirmou que houve a participação da coordenação, evidenciando que, na maioria desses casos, a coordenação pedagógica não interferiu na escolha nem participou desse momento.

Isso representa um ponto importante para o momento atual em Aquidauana, pois, em outros momentos e locais, a realidade encontrada foi diferente da apresentada acima. Conforme Callai (2016, p. 281), a autora constatou em uma pesquisa que “a escolha é feita pelo grupo diretivo e poucas vezes pelo professor que fará o uso”.

Foi questionado se “a SED ou a escola ofereceram algum tipo de formação em relação ao processo de escolha do livro didático?” Dos 9 professores que participaram do processo de escolha, todos disseram que não houve nenhum tipo de curso ou capacitação referente ao processo de escolha de livros didáticos. O entrevistado P-6 enfatizou que “a escola não influenciou os professores em suas escolhas. A escolha foi particular do grupo de professores de geografia”, e o candidato P-9 disse que “não. A SED apenas disponibiliza o dia para escolher as coleções e um manual de como inserir as escolhas no sistema.”

Nesse caso, percebe-se uma problemática inerente ao processo de escolha de livros didáticos: a falta de formação adequada para essa tarefa. O decreto de criação do PNL D, no ano de 1985, já previa a participação do professor; no entanto, 38 anos depois, constata-se que, a nível local, não se oportuniza cursos de formação para esse fim.

Outra abordagem proposta nesse questionário foi a respeito da possibilidade de as editoras enviarem representantes para realizar algum tipo de apresentação do material didático. As respostas de todos foram unânimes em relação à ausência de apresentações por parte de representantes das editoras. Um professor chegou a mencionar que essa prática é proibida na rede estadual de ensino. Conforme P-9: “Não. Essa apresentação é proibida nas escolas estaduais”. Outro professor, P-8, disse que: “Acredito que não, pois eles deixam links ou páginas da web para os professores terem uma orientação em sua escolha”.

Analisando as respostas, é possível perceber que, no âmbito das escolas estaduais do município de Aquidauana, não houve assédio físico por parte dos representantes das editoras, sendo essa uma prática vedada pela gestão estadual. Nesse caso, o contato com as obras foi realizado por meio da iniciativa dos professores e da escola, através de meios estabelecidos para esse fim.

Porém, em continuidade ao questionamento anterior, buscou-se investigar a existência de algum tipo de contato pessoal por parte das editoras e de seus representantes. Foi feita a seguinte pergunta: “Você recebeu algum tipo de contato (presencial ou remoto) por parte de representantes das editoras? Se sim, diga como se deu essa abordagem.” Percebeu-se que alguns professores receberam contato das editoras. Seguem as respostas dos professores:

Tabela 12: Contato pessoal com as editoras

P – 1	Não
P – 2	Não
P – 3	Não. Apenas link para acessar as obras completas, pois foram enviados apenas amostras físicas dos livros a serem avaliados
P – 5	Não
P – 6	Não
P – 7	Não
P – 8	Não
P – 9	Não
P – 10	Sim, algumas editoras possuem nosso e-mail, ou já temos o cadastro no site da editora. Dessa forma, elas mandam alguns materiais

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Embora a grande maioria alegue não ter recebido qualquer tipo de contato por parte das editoras, a resposta do entrevistado 10 deixa claro que alguns professores possuem cadastro no site de determinadas editoras, o que possibilita um contato pessoal por parte das empresas, mediante o envio de e-mails.

Em relação a esse tema, em trabalho anterior, Medeiros (2021, p. 26) constatou que, naquela ocasião, um professor mencionou que já houve assédio por parte das editoras via aplicativo de mensagens, conforme: “Outro professor denominado P4 foi enfático em dizer que ‘em alguns casos sim’, alegando ainda que ‘nesse ano houve contato pelo WhatsApp também’.” O ano a que o professor se refere é 2021, quando ocorreu o processo de escolha de livros didáticos para o Ensino Médio.

É tarefa do Estado coibir tais ações para garantir a lisura do processo de escolha do livro didático dentro do seu âmbito de atuação. Nesse sentido, Lajolo defende:

Que o Estado não deixe em mãos de cada editora a tarefa de encaminhar aos professores os exemplares de seus livros que serão objeto da seleção. Pois não fica bem. E não se trata apenas de uma questão de etiqueta ou de elegância: o caso é que a não mediação do Estado acaba favorecendo as editoras maiores, que dispõem de cadastros mais gordos e setores de divulgação mais ágeis (Lajolo, 1987, p. 4).

Um problema inerente ao processo de escolha de livros didáticos, amplamente relatado em diversos trabalhos e pesquisas, é o não recebimento do livro escolhido durante o processo. Nesse sentido, foram feitas as seguintes perguntas: “Qual foi o livro didático de geografia (editora e coleção) escolhido pela escola?” e, em seguida, “Qual livro de geografia (editora e coleção) foi recebido pela escola no ano de 2024 referente ao PNLD 2023?”. As respostas à primeira pergunta foram:

Tabela 13: Livro didático escolhido – PNLD 2024

P – 1	Coleção Conecta Araribá, Editora Moderna
P – 2	Araribá conecta geografia. Editora Moderna
P – 3	Jovem Sapiens, da Editora Scipione
P – 4	Não sei dizer qual foi escolhido
P – 5	Teláris essencial Geografia
P – 6	Teláris essencial Geografia
P – 7	Araribá
P – 8	Projeto araribá
P – 9	Projeto araribá
P – 10	Araribá Conecta - Editora Moderna

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Tabela 14: Livro didático recebido – PNLD 2024

P – 1	Coleção Conecta Araribá Editora Moderna
--------------	---

P – 2	Araribá Conecta Geografia. Editora Moderna
P – 3	Jovem Sapiens, da Editora Scipione
P – 4	Jovens sapiens- Editora Scipione
P – 5	Editora ática
P – 6	Teláris essencial – Geografia
P – 7	Araribá
P – 8	Projeto araribá
P – 9	Não me lembro muito das editoras. Mas acho que Moderna e Scipione
P – 10	Araribá Mais - Editora Moderna

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Dos dez professores questionados, oito disseram que as obras escolhidas efetivamente chegaram até a escola. Uma professora respondeu não saber, pois não participou do processo de escolha à época. Um professor disse que não se lembra o nome da editora. Percebe-se que, nos casos analisados, não houve diferenças entre as obras escolhidas e as obras que efetivamente chegaram até a escola, prevalecendo, assim, a escolha dos professores.

Nesse caso, podem existir duas possibilidades: a primeira delas é que a secretaria de educação ou a coordenadoria regional, em posse das escolhas de cada escola, se reúna e decida pela adoção de uma obra para todas as escolas de sua abrangência. A segunda possibilidade, que é a constatada no recorte analisado, é que cada unidade escolar faça sua escolha no sistema, fazendo com que a decisão de cada escola e professor seja respeitada.

Quadro 6: Lista de livros de geografia do ensino fundamental II recebidos pelas escolas estaduais em Aquidauana/MS PNLD 2024

Escola	Coleção	Editora
Antônio Salustio Areias	Araribá-Conecta	Moderna
Candido Mariano	Araribá-Conecta	Moderna
Coronel Jose Alves Ribeiro	Araribá-Conecta	Moderna

Dóris Mendes Trindade	Jovens Sapiens	Scipione
Felipe Orro	Teláris	Ática
Marechal Rondon	Teláris	Ática
Marly Russo	Araribá-Conecta	Moderna

Fonte: PNLD 2024 – Relatório de escolha do objeto 1

O quadro 6 mostra como ficou a distribuição de livros de geografia PNLD 2024, objeto 1, na rede estadual de ensino. É possível observar a presença de apenas três editoras em um universo de sete escolas. A editora Moderna, com a coleção Araribá – Conecta, está presente em mais da metade das escolas.

Foi questionado se o livro didático recebido pela escola apresentou algum tipo de evolução em relação ao anterior quanto ao texto, imagens e tipos de linguagens. Nesse sentido, os professores responderam:

Tabela 15: Evolução do livro didático atual em relação ao anterior

P – 1	Sim. As informações foram atualizadas
P – 2	Considerando as atualizações das informações em relação ao anterior, sim
P – 3	Sim. Os textos, imagens e atividades são melhores
P – 4	Não. Acredito que com o passar dos anos os livros perderam conteúdos importantes
P – 5	Não
P – 6	Sim. Ele exemplifica melhor os temas
P – 7	Não
P – 8	Não
P – 9	Não sei
P – 10	Alterações limitadas, em muitos dos casos a mesma imagem e o mesmo texto

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Quatro professores disseram ter havido modificações nos LD, enquanto cinco professores avaliaram que não houve evolução em relação ao anterior. Alguns professores ainda trouxeram considerações importantes, como o professor 10, que relatou ter observado, em alguns casos, a mesma imagem e o mesmo texto. Outro professor acredita que os livros perderam conteúdos importantes ao longo do tempo.

Outra preocupação em relação ao livro didático refere-se ao currículo. Foi questionado aos professores se o LD escolhido atende aos documentos normativos utilizados por eles. Nesse sentido, os professores responderam que:

Tabela 16: Adequação ao currículo normativo

P – 1	Atende em partes
P – 2	Parcialmente, algumas habilidades precisamos acrescentar, mas ele oferece as sugestões
P – 3	Sim
P – 4	Nem sempre, faltam conteúdo importantes para desenvolvimento de algumas habilidades
P – 5	Não
P – 6	Sim. Atende de forma significativa
P – 7	Nem sempre
P – 8	Sim
P – 9	Acredito que sim, atende o currículo de MS. Só não tem uma sequência, preciso pular página para atender o currículo
P – 10	A forma como o currículo foi apresentado é muito confuso, principalmente no ensino fundamental, onde as habilidades, competências e objetos de conhecimentos são utilizados mais de uma vez, pois devem se relacionar como assuntos diversos, como por exemplo

	com cada região brasileira, com cada continente.
--	--

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Percebe-se que existe discordância nesse aspecto, uma vez que seis professores acreditam que nem sempre o currículo de referência é atendido pelo conteúdo do LD, enquanto quatro professores avaliam que o LD atende ao currículo estipulado.

Uma condição indispensável para o livro didático ser aprovado pelo Ministério da Educação durante o processo de análise das obras é estar de acordo com os currículos normativos. O que ocorre é que, devido a isso, o livro didático não contempla os conteúdos regionais.

Outro ponto de discussão referente ao livro didático é em relação aos aspectos regionais. Para esta análise, foi questionado se o LD traz abordagens sobre Mato Grosso do Sul. Em relação a esse ponto, os professores disseram que:

Tabela 17: Abordagens regionais – Mato Grosso do Sul

P – 1	Atende em partes
P – 2	Pouquíssimas
P – 3	Sim, tem exemplos utilizando Mato Grosso do Sul no livro do 6º Ano. Mas apenas isso
P – 4	Não. As vezes com relação ao Pantanal, mas nada além disso
P – 5	Não
P – 6	Não. O livro deixa a desejar com o assunto é o Mato Grosso do Sul.
P – 7	Similar
P – 8	Muito pouco
P – 9	Sim. Pouco mas tem

P – 10	Nesse ponto é muito falho, eu tenho que buscar outras fontes de recursos para uso em sala
---------------	---

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Nota-se, de maneira geral, que o LD presente na rede estadual de ensino em Aquidauana/MS não apresenta conteúdos regionais. O professor 3 cita que existem exemplos utilizando o Mato Grosso do Sul apenas no livro do 6º ano, deixando claro que os professores precisam utilizar outros recursos e fontes para contemplar o que determinam os currículos.

Reforçando, tal situação é resultado da lógica generalista que rege a produção do livro didático. Eles não são produzidos a fim de atender a demandas regionais; são produzidos para atender a um currículo geral, disponibilizado para todo o território nacional. De certa forma, isso evidencia também a lógica empresarial e mercadológica presente no livro didático.

Com relação ao currículo único, Callai (2016, p. 275) enfatiza que “o lado que se pode dizer perverso é o risco de que o LD (livro didático) se transforme em ‘camisa de força’ a uniformizar tão diversa realidade nacional”.

O questionário também busca analisar qual é a relação que os professores de geografia têm com o livro didático. Nesse sentido, foi questionado: “Você considera o livro didático como o principal recurso pedagógico em sala de aula?” As respostas foram as seguintes:

Tabela 18: Livro didático como principal recurso pedagógico

P – 1	Não o principal, mas uma ótima ferramenta quando bem escolhido
P – 2	Dependendo do contexto escolar sim
P – 3	Sim, utilizado como base para as demais ferramentas didáticas, pois é o material que os alunos têm acesso com maior facilidade
P – 4	Não. Mas é muito importante, auxilia bastante na aula

P – 5	Não
P – 6	O livro didático é um recurso importante, no entanto, temos outros a serem analisados
P – 7	Não
P – 8	Principal não digo, mas é a forma teórica mais usada
P – 9	Uma ferramenta importante para o cotidiano escolar, mas não o único recurso
P – 10	Ainda é o principal recurso utilizado em sala de aula. Um dos motivos é ser uma escola pública, onde outra disponibilização de material ou fonte de pesquisa é mais complicada ou com valor não acessível ao estudante. Considero como fonte primária de recurso, e busco outras fontes quando possível

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Apesar de existirem ideias diferentes em relação a isso, 70% dos professores apontam que o livro didático não é o principal recurso pedagógico em sala de aula. Mesmo diante disso, assumem que o livro didático está presente no cotidiano escolar, seja como ferramenta principal ou como auxílio pedagógico.

Sendo assim, mesmo os professores que não consideram o livro didático como o principal recurso pedagógico em sala de aula atribuem a ele uma importância vital. Isso se deve a vários fatores, entre eles a facilidade de acesso. Outro fator a ser considerado é a condição estrutural da escola, que acaba potencializando a utilização do livro didático.

Com relação à frequência com que os professores utilizam o livro didático em sala de aula, foram disponibilizadas as seguintes alternativas: a) nunca, b) às vezes, c) quase sempre e d) sempre. 50% dos professores questionados responderam que

utilizam o livro “às vezes”; 30% responderam que utilizam o livro “quase sempre”; e 20% responderam que utilizam o livro “sempre”. Ninguém mencionou a alternativa “nunca”.

Percebe-se, através dessas respostas, que o livro didático está muito presente no cotidiano escolar, sendo utilizado por todos os professores questionados. Sendo assim, o processo de escolha do livro didático deve ser realizado de forma cuidadosa, uma vez que ele é um recurso pedagógico muito utilizado em sala de aula e deve adaptar-se à realidade dos alunos.

Com relação à utilização de outros recursos, foi questionado: “Você utiliza outros subsídios pedagógicos em suas aulas? Quais?”. A resposta foi a seguinte:

Tabela 19: Utilização de outros subsídios pedagógicos em sala de aula

P – 1	Textos e atividades de sites confiáveis, recurso audiovisuais, mapas, jogos didáticos
P – 2	A internet, textos e etc
P – 3	Sim, textos complementares, também um conjunto de materiais audiovisuais e modelos práticos
P – 4	Sim. Apresentação de slides, textos impressos, vídeos, etc
P – 5	sim. Mapa mental, textos impressos, vídeos, cruzadinhas
P – 6	Sites específicos de geografia, Brasil escola...entre outros
P – 7	Mapas, Multimídia, Sala de tecnologia
P – 8	Mapa, globo terrestre, celular, bússola, recursos midiáticos diversos, livro didático e produção de maquetes
P – 9	Além do livro didático, o multimídia (vídeos e imagens), jogos geográficos (anagrama), projetos pedagógicos como de astronomia que os estudantes do

	ensino fundamental lançam foguetes e é usado um programa chamado Stelarium que ajuda na visualização do sistema solar
P – 10	Sim, artigos científicos, pesquisas na internet, livros variados que não foram escolhidos como livro didático adotado da escola, entre outros

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Embora o LD seja um material bastante utilizado em sala de aula, percebe-se que todos os professores utilizam outros subsídios em suas aulas, como recursos audiovisuais, jogos, textos complementares, sites com conteúdos geográficos, mapas e até mesmo outros livros. O professor P-9 respondeu que ainda utiliza um projeto pedagógico com um simulador de lançamento de foguetes, que auxilia nas aulas referentes ao sistema solar.

É importante que o livro didático não seja o único instrumento a ser utilizado pelo professor. É preciso utilizá-lo em conformidade ao andamento das turmas e das necessidades impostas para cada tipo de realidade e momento, para que outros subsídios possam ser utilizados em determinadas situações, como revistas, jornais, sites da internet e outros tipos de literaturas adequadas aos conteúdos trabalhados.

Ainda sobre a relevância do livro didático em sala de aula, foi questionado: “No seu entendimento, qual é a importância que o livro didático de geografia desempenha no processo de ensino e aprendizagem?”. Nesse sentido, os professores responderam:

Tabela 20: Importância do livro didático no processo de ensino aprendizagem

P – 1	O livro didático se torna muito útil, pois é uma ferramenta que está à mão do estudante e do professor, serve de norte para os estudos anuais, sendo que vem separado por bimestre e pelas
--------------	--

	habilidades a serem alcançadas em cada ano escolar
P – 2	Total importância, em certos contextos é a única ferramenta à disposição
P – 3	Desenvolvimento da leitura e Interpretação de textos geográficos. Acesso facilitado a figuras impressas para análise. Facilitar o planejamento das aulas frente ao tempo reduzido que temos
P – 4	É importante, e algumas vezes é a única ferramenta
P – 5	Auxilia, orienta e até mesmo direciona o currículo escolar e o processo de ensino aprendizagem
P – 6	O livro didático tem uma importância muito grande, principalmente na vida daqueles estudantes que não possuem recursos tecnológicos
P – 7	O livro didático de geografia é um dos subsídios pedagógicos
P – 8	É um recurso didático mais acessível para o aluno e um "guia" para o professor, a facilidade em desenvolver atividade e muito grande é a potencialidade do livro bem explorada pelo professor surte muito efeito no aprendizado dos alunos
P – 9	Importante para explicar os conceitos geográficos e um recurso de fácil acesso em sala
P – 10	Ele acaba além de fornecer um material para o professor embasar seus

	argumentos nas aulas, é um recurso para dar um norte ao professor se guiar nas habilidades e competências em que o aluno deve possuir
--	---

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Apesar de os professores utilizarem outros subsídios pedagógicos, percebe-se pelas respostas que, em muitos casos, o livro didático acaba se tornando um guia da própria aula, assumindo um papel de protagonista à medida que é utilizado até mesmo como direcionador do currículo escolar. Observa-se que a configuração do LD favorece essa situação, já que a maioria dos livros traz um detalhamento dos conteúdos separados por habilidades e bimestre.

A importância do livro didático em sala de aula pode ser explicitada através da resposta do professor 3. Ele acredita que o livro didático se torna importante à medida que auxilia no desenvolvimento da leitura e interpretação de textos geográficos, além da análise de figuras.

Um fator que contribui de forma significativa para essa situação é a alta carga de trabalho do professor, aliada às tarefas administrativas, como preenchimento de diários, lançamento de planejamentos e avaliações, além das condições precárias de trabalho, onde o livro didático se torna o subsídio de mais fácil alcance.

Uma característica marcante na geografia escolar é a divisão entre a chamada geografia física e a geografia humana. Em relação à apresentação dos conteúdos de geografia no livro didático, foi questionado a respeito dessa divisão. O questionamento foi feito da seguinte forma: “Leve em consideração a dualidade ‘geografia física x geografia humana’, que está presente na geografia escolar desde a sua gênese. Sendo assim, como você enxerga essa divisão dentro do livro didático? Você considera que os conteúdos são apresentados de forma isolada ou se relacionam?”. Considere a resposta dos professores:

Tabela 21: Divisão geografia física e geografia humana no livro didático

P – 1	Se relacionam entre si e se encontram bem articulados, mas engessar o ensino
--------------	--

	aprendizado. Permitindo assim, que o professor tenha autonomia de buscar outras fontes
P – 2	Depende das coleções, em alguns livros isso está bem inter-relacionado. Há possibilidade de fazer a relação entre as geografias
P – 3	Sim. São apresentados de forma isolada, geralmente separando as características naturais e humanas
P – 4	Às vezes o conteúdo é resumido e falta esclarecer as relações entre uma área e outra, sendo necessário utilizar outros materiais
P – 5	A divisão normalmente é separada. Na minha opinião são apresentadas de formas divididas
P – 6	De forma isolada, mas no fechamento elas se complementam
P – 7	Superficialmente
P – 8	Eles se relacionam
P – 9	Acredito que se relacionam
P – 10	Sim, ela vem dividida. Em alguns momentos se dividem, principalmente quando se trata de questões ambientais. Conseguimos notar as relações no conteúdo com maior nitidez no ensino médio

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Embora os professores, em sua maioria, acreditem que os conteúdos referentes às ciências geográficas do homem e às ciências geográficas da natureza não se relacionam entre si, percebe-se algumas ressalvas, como a do professor 4,

que acredita ser necessário utilizar outros materiais complementares, ou a do professor 6, que acredita que essas ciências acabam se complementando ao final do conteúdo. Já o professor 10 acredita que essas relações só são percebidas com “maior nitidez” no ensino médio.

Essa é uma questão complexa, pois a análise de conteúdo demanda um maior tempo de avaliação dos materiais disponíveis, seja através de um contato mais prolongado com o livro didático ao longo do ano, seja através da leitura das resenhas disponibilizadas pelo Ministério da Educação.

Em continuidade a essa questão, que diz respeito à forma como são apresentados os conteúdos de geografia, os professores foram questionados se consideram que o livro didático possui elementos suficientes para auxiliar no processo de ensino. A pergunta foi feita da seguinte forma: “Levantando-se em consideração a dualidade (sociedade e natureza) presente na geografia enquanto disciplina escolar e, conseqüentemente, nos livros didáticos de geografia, você considera que o livro didático traz elementos suficientes para auxiliar no processo de ensino?”. Seguem as respostas:

Tabela 22: o livro didático de geografia no processo de ensino aprendizagem

P – 1	Não traz. Temos que buscar outras fontes, como eu disse anteriormente
P – 2	É relativo, depende das coleções utilizadas, mas eu acredito que sim, ele traz abordagens que ajudam na aprendizagem
P – 3	Sim, acredito que o livro apresenta falhas e também boas qualidades, mas de forma geral atende a realidade do cotidiano escolar, mas é necessário outro completo, não sendo a única ferramenta no ensino
P – 4	Não. Falta conteúdos, pois acabam sendo suprimidos

P – 5	Atualmente o L.D está muito resumido, deixando a desejar conteúdos necessários, dificultando a compreensão dos estudantes
P – 6	Não. A geografia não é estática, por isso, uma análise constante é de suma importância
P – 7	Os elementos são insuficientes
P – 8	Sim, bem explorado pelo professor, o aluno sai ganhando
P – 9	É um recurso, mas quando não traz elementos favoráveis para o ensino aprendizagem eu uso outro livro ou a pesquisa na internet para sanar essa falta
P – 10	Eu acredito que sim, existe material para essa dualidade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

As respostas indicam que 5 professores acreditam que o conteúdo presente no livro didático é insuficiente, enquanto 4 acreditam que ele traz subsídios suficientes para a abordagem prevista nos documentos normativos. Porém, mesmo os professores que acreditam que ele é um recurso suficiente defendem que é necessário utilizar outros recursos pedagógicos em complemento ao livro didático.

Embora o livro didático não seja unanimidade, gerando debates entre críticos e defensores, é preciso ressaltar que, o Programa Nacional do Livro Didático tem aprimorado os critérios de seleção ao longo dos anos. A criação das resenhas de avaliação do livro didático é um exemplo disso. Ela foi um divisor de águas em relação a qualidade dos materiais didáticos distribuídos nas escolas públicas de todo o país.

Por mais que o professor possa detectar algumas lacunas, os livros didáticos são produzidos em conformidade com os parâmetros previstos nos editais do PNLD e são criteriosamente analisados por profissionais docentes da educação básica e superior durante o processo de avaliação das obras.

Entendemos que o livro didático, por ser produzido para uma realidade tão diversificada, sendo um material único, pode apresentar lacunas em relação à não contemplação das realidades em que a escola esteja inserida. Nesse sentido, acreditamos que o professor deve dominar a disciplina que leciona, a fim de utilizar o livro didático como ponto de partida para inúmeras possibilidades além dele.

Em relação aos tipos de linguagens presentes nos livros didáticos, foi questionado: “O que você prefere que contenha em maior quantidade no livro didático: textos, imagens, gráficos, charges, tirinhas ou outras formas de linguagem? Justifique sua resposta.” Nesse sentido, os professores pontuaram o seguinte:

Tabela 23: Tipos de linguagens presentes no livro didático

P – 1	Prefiro um misto de cada item citado na pergunta. Assim sendo, temos mais recursos didáticos para serem explorados
P – 2	Imagens e charges. Isso chama a atenção dos alunos, há uma dificuldade de interesse (dos alunos) quando se tem muito texto e poucas figuras
P – 3	Mapas e gráficos. São as nossas principais fontes de informação para interpretação dos fenômenos geográficos
P – 4	Tirinhas e imagens se torna mais atrativo
P – 5	Charges, tirinhas, tabelas, textos
P – 6	Eu creio que deve ser explorado todos os recursos possíveis, afim de atingir cada vez mais os objetivos de expansão do conhecimento de geografia
P – 7	Precisa ter equilíbrio entre todos
P – 8	Textos e imagens, a leitura e fundamental para aprendizagem e a

	imagem fala mais que muitas palavras. Todos os demais elementos inseridos no LD tem seu efeito nos anos em que ele é necessário
P – 9	Acredito que todos são importantes, não tenho uma preferência
P – 10	Se pudesse escolher, o máximo de atividades diversificadas possível. A variedade auxilia o aluno que não consegue desenvolver utilizando apenas uma metodologia, e traz uma dinâmica nas aulas. Como exemplo a coleção da editora Moderna Projeto Araribá trouxe um cd com material extra, entre eles jogos que são ainda hoje utilizados e propõem uma aula diversificada e atraente a turma

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

A abordagem desse item visa trazer subsídios para o entendimento de como o professor percebe o livro didático enquanto fonte de diferentes tipos de linguagens. É importante que o LD traga linguagens alternativas, a fim de proporcionar diferentes tipos de experiências no processo de ensino; porém, isso não exclui o professor de buscar essas linguagens alternativas em outros recursos pedagógicos.

Em relação ao livro didático, o edital do PNLD (2024, p. 79), a respeito dos critérios de avaliação das obras quanto ao projeto gráfico-editorial, estipula que “deverá apresentar equilíbrio entre texto principal, textos complementares e intervenções gráficas, como as ilustrações, quando houver”.

Quanto à utilização do LD, foi questionado: “Qual é o principal objetivo nesse momento?”. As alternativas eram: “repassar conteúdo”, “exercícios de fixação”, “debate de temas referentes aos conteúdos abordados” e “utilizá-lo como auxílio ao planejamento”.

60% dos professores apontaram que utilizam o livro didático para proporcionar o “debate de temas referentes aos conteúdos abordados”; 10% utilizam para “repassar conteúdos”; 10% utilizam o livro didático para “exercícios de fixação”; e 20% utilizam como “auxílio ao planejamento”.

Mesmo que apenas 20% dos professores tenham assumido utilizar o livro didático como um auxílio ao planejamento, sabe-se que essa é a realidade de muitos professores, já que o livro didático muitas vezes vem formatado para facilitar o trabalho do professor em relação ao planejamento de aula. Em muitos casos, o manual do professor traz todas as habilidades a serem trabalhadas por bimestre letivo.

Para corroborar essa ideia, 70% dos professores responderam, na questão seguinte, que o livro didático é uma parte importante do planejamento escolar. Isso reforça a ideia de que o LD ainda é o principal instrumento pedagógico utilizado em sala de aula, sendo, na maioria das vezes, responsável por nortear o planejamento do professor. Diante das falas apresentadas, percebe-se que o livro didático não se torna o único instrumento, mas passa a ser o ponto de partida de uma aula.

Em relação à estrutura do LD que o professor utiliza, foi questionado se ele deve ser melhor estruturado. Os professores apontam que:

Tabela 24: Melhor estruturação do livro didático

P – 1	Sim. Sempre é possível melhorar
P – 2	Com certeza, em nosso caso precisamos de maior abordagem sobre questões regionais
P – 3	Sim, de acordo com o Organizador Curricular
P – 4	Sim. Até mesmo para conter mais conteúdos relacionados com a nossa região
P – 5	Sim
P – 6	Não. Eu creio que ele é bem estruturado
P – 7	Sim
P – 8	Sim

P – 9	Como estou usando o livro este ano, não tenho uma opinião formada ainda sobre a coleção usada
P – 10	Sim

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Em relação à estrutura do livro didático, alguns professores retomaram a questão da falta de conteúdos regionais. Percebe-se que a recorrência desse assunto evidencia que os materiais didáticos não trazem conteúdos suficientes sobre temas regionais.

Oito professores acreditam que o LD deve se apresentar com uma estrutura melhor em relação à apresentação dos conteúdos e habilidades. Um acredita que está bem estruturado, e um professor disse não ter uma opinião formada porque ainda não teve contato suficiente com o LD. Embora o LD seja o material mais utilizado, sendo muitas vezes o guia da aula, os professores acreditam que ele ainda precisa ser melhor estruturado.

A respeito do processo de escolha do LD, foi questionado se os professores se sentem preparados para esse momento. Os professores disseram que:

Tabela 25: Preparo para a escolha do livro didático

P – 1	Nós professores nunca nos achamos totalmente preparados. Buscamos sempre um ponto de apoio
P – 2	Sim
P – 3	Não. Acredito que seria ideal realizar algum tipo de treinamento, que seja ofertado mais tempo para análise e realização de reuniões
P – 4	Não. Como leciono a pouco tempo, ainda não me sinto preparada para essa escolha
P – 5	Sim

P – 6	É difícil fazermos esse tipo de informação, visto que a multiplicidade de livros é muito grande
P – 7	Sim
P – 8	Sim
P – 9	Sim
P – 10	Acredito que sim, os anos de experiências acabam no auxiliando

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

A grande maioria dos professores acredita estar preparada para tomar essa decisão; porém, é necessário fazer um contraponto. De um universo de 10 professores, 3 acreditam que não estão preparados para esse momento. Por isso, é necessário retomar a abordagem em relação à capacitação do professor para essa tarefa. Embora o PNLD já tenha previsto essa incumbência ao professor em 1985, percebe-se que muito pouco foi feito em relação a essa problemática.

Em continuidade a esse tema, foi questionado se os professores acham necessária a oferta de cursos de formação continuada para esse fim ou se a experiência em sala de aula já seria suficiente.

Tabela 26: Necessidade cursos de formação continuada

P – 1	Uma formação ou orientações seriam muito bem-vindas. Pois é uma responsabilidade grande na minha opinião
P – 2	Eu acredito que as formações fazem diferença na escolha
P – 3	Sim, apenas a experiência é insuficiente
P – 4	Sim. Seria importante
P – 5	A experiência em sala de aula
P – 6	A experiência em sala de aula é o suficiente

P – 7	Acredito que os livros devem ser reformulados
P – 8	Sim
P – 9	Sim
P – 10	Acredito que o professor em conjunto, em momentos de discussões e análises comparativas com o currículo

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Percebe-se que a maioria dos professores se sente preparada para realizar a escolha dos livros didáticos. Alguns mencionam a experiência como um diferencial; porém, é preciso levar em consideração que existem alguns critérios de análise que devem ser considerados.

Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) estabelecem alguns critérios de avaliação para o livro didático. Para elas, os livros devem ser avaliados quanto à capa, autores, público, apresentação do livro, índice, estrutura, diagramação, imagens, proposta teórico-metodológica, linguagem, atividades e bibliografia, conforme o quadro a seguir:

Quadro 7: Critérios de avaliação do livro didático segundo a metodologia de Pontuschka, Cacete e Paganelli.

Critérios	Definição
1 - Capa	Deve-se verificar seu conteúdo no que se refere a imagens e textos, o que elas dizem? É motivadora? É adequada a faixa etária?
2 - Autor ou autores	Deve-se verificar quem são os autores, se são especialistas na disciplina escolar geografia ou não, se há alguns traços bibliográficos no início ou no fim do livro, onde estudaram e onde lecionaram.

3 – Público	Verificar a qual público o livro se destina, se é ensino fundamental ou se é ensino médio.
4 – Apresentação do livro	Apresentação do autor sobre o livro para alunos ou professores. Analisar a linguagem utilizada levando em consideração a faixa etária.
5 – Índice e estrutura do livro	Avaliação a estrutura e organização dos conteúdos, bem como os temas priorizados, se estão de acordo com os parâmetros curriculares estabelecidos e se os conceitos geográficos são priorizados.
6 - Diagramação	Análise acerca do conteúdo, se ele é livre de preconceito e é compatível com temas da atualidade geográfica. Além de aspectos como a densidade dos textos e a inserção de imagens. Recomenda-se textos menos densos com associação de imagens em turmas do 6º ano.
7 – Imagens	Analisar as representações gráficas e cartográficas: imagens, gravuras, fotos e pinturas, que são necessárias para complementar os textos e podem interagir com os alunos, sendo parte integrante do conteúdo. Pode ser solicitados em atividades de reflexão sobre paisagens
8 – Proposta teórico-metodológica	Verificar se o texto apresenta proposta teórico-metodológica com tendência

	tradicional ou progressista. Podem ser detectadas nas leituras dos textos que tratam do espaço geográfico. Alguns livros ainda persistem da racionalidade técnica, sem a exigência do uso das várias faculdades mentais do aluno.
9 – Linguagem	Verificar se o livro possui uma linguagem adequada para a faixa etária do aluno, pois a linguagem adequada auxilia no processo de construção do conhecimento.
10 – Atividades	As atividades não podem ser reproduções de excertos do texto. Segundo as autoras, o contato com as diferentes linguagens contribuem para o desenvolvimento do processo criativo do aluno.
11 – Bibliografia	O livro didático precisa mencionar as fontes bibliográficas.

Fonte: Pontuschka, Cacete e Paganelli, 2009, p. 344.

As autoras trazem parâmetros importantes que podem ser incorporados à análise dos livros didáticos no momento da escolha pela escola, sugerindo que os livros estejam em conformidade com os critérios estabelecidos. No entanto, com base nessa metodologia, as redes de ensino também podem desenvolver metodologias próprias, levando em consideração a realidade local.

A qualificação para o processo de escolha surge como uma forma de combater a falta de metodologias constatada no trabalho de campo durante a seleção dos livros, em que cada unidade escolar adotou procedimentos distintos de acordo com suas necessidades específicas.

Entendemos que a experiência em sala de aula não substitui um processo formativo bem elaborado, que leve em consideração as necessidades e a realidade em que a escola está inserida. No entanto, a experiência em sala de aula desempenha um papel importante no entendimento da realidade escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático tem se transformado ao longo do tempo, desde sua inserção, ainda no período monárquico, em um material de múltiplas funções. Inicialmente, foram feitas aquisições de obras vindas da Europa, principalmente da França e de Portugal. Historicamente, o livro didático sempre foi marcado pela sucessão de decretos e leis que variavam de acordo com os governos vigentes.

A questão mercadológica do livro didático ficou evidenciada desde o princípio, já que, quando se iniciou a impressão de livros didáticos em território nacional, as editoras maiores começaram a se estabelecer na capital do país, em busca de proximidade com o poder constituído.

Por muitas vezes, o livro didático foi instrumentalizado como disseminador de ideologias para atender às aspirações de quem ocupava o poder. Mesmo assim, sua utilização contribuiu para a disseminação de conhecimento e formação de milhões de brasileiros ao longo do tempo.

A criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se inseriu na política de distribuição de livros didáticos do governo federal. Esse programa passou por inúmeras transformações e aprimoramentos ao longo do tempo e tem sido exitoso em sua finalidade, atendendo milhões de alunos em todo o território nacional com a distribuição de livros didáticos, dicionários, obras digitais, jogos pedagógicos, entre outros.

A forte presença do livro didático nas famílias brasileiras acabou fortalecendo o aspecto cultural inerente a ele, uma vez que, em muitas famílias, ele é o único material literário ao qual têm acesso. Por isso, consideram-se relevantes os avanços obtidos no processo avaliativo das obras através da inserção das resenhas de avaliação.

A partir desse momento, as editoras tiveram que aprimorar a qualidade das obras que vinham sendo produzidas e distribuídas, já que o processo avaliativo levava em consideração inúmeros critérios, desde a correta conceituação dos temas até a presença de erros gramaticais. Além disso, as editoras tiveram que se preocupar também com a impressão de materiais com melhor qualidade editorial e gráfica.

Mesmo com as ressalvas que muitos pesquisadores fazem em relação ao uso do livro didático, o fato é que ele se tornou um instrumento importante na educação

brasileira, estando presente em todo o território nacional e em comunidades das mais variadas.

O grande volume de dinheiro público empregado na aquisição e distribuição de livros didáticos faz com que o Programa Nacional do Livro Didático seja considerado até mesmo uma política de distribuição de renda, já que atinge populações de realidades sociais tão variadas.

A respeito do aspecto mercadológico inerente ao livro didático, viu-se que, ao longo do tempo, foi se criando um enorme campo de disputas pelo mercado editorial brasileiro, através da formação de grandes oligopólios empresariais, marcado pelo amplo domínio das maiores editoras na vendagem de livros didáticos, principalmente para o governo federal.

Diante disso, constatou-se, mediante análise de dados estatísticos, que a categoria de livros didáticos tem sido responsável por uma parte considerável do mercado editorial brasileiro. As dinâmicas de distribuição realizadas pelo governo federal têm trazido impactos positivos na produção anual de livros no país, fazendo com que essa categoria seja responsável por grande parte do faturamento do setor livreiro.

Esse cenário reflete a importância que o livro didático adquiriu na educação brasileira ao longo do tempo. Por isso, torna-se relevante dar atenção especial ao processo de escolha do livro didático, uma vez que ele tem um papel de destaque no aspecto pedagógico.

Essa importância também pode ser observada na rede estadual de ensino em Aquidauana/MS, onde ficou evidenciado, através da pesquisa de campo, que a relação do professor de geografia com o livro didático é de bastante proximidade. Isso se deve a muitas possibilidades que o material oferece, desde a elaboração de planos de aula detalhados até a exposição de todas as habilidades a serem desenvolvidas em sala de aula.

Embora os professores mantenham uma relação de proximidade com o livro didático, notou-se que a maioria acredita que os materiais deveriam trazer mais abordagens regionais a fim de contemplar o currículo estadual. Diante disso, os professores utilizam outros recursos para superar as carências dos materiais em relação à abordagem regional.

Em relação a isso, é necessário lembrar que os livros didáticos são produzidos para atender a um currículo em nível nacional, que não leva em conta as

especificidades regionais. Obedecendo à lógica de mercado, a produção em grande escala é prevista, já que o grande comprador do livro didático é o governo federal.

Quanto ao processo de escolha das obras didáticas, percebeu-se que, em Aquidauana/MS, o tempo destinado à escolha do livro didático de geografia no PNL D 2024 não foi satisfatório. A maioria dos professores relatou que as escolhas ocorreram de forma individual, sendo que, em alguns casos, o único tempo disponível para a análise das obras foi o do intervalo.

Essa situação é preocupante, pois as resenhas de avaliação disponibilizadas pelo MEC são de extrema importância para uma escolha que atenda à realidade em que a escola e a comunidade estão inseridas. Negligenciar esse processo é incorrer no risco de ficar refém de uma obra que não se enquadre nos objetivos pedagógicos desenvolvidos pelo professor.

Notou-se que não foi oferecido nenhum tipo de curso de formação continuada voltado para o processo de escolha do livro didático. Alguns professores disseram não se sentir preparados para esse momento, embora a maioria acredite que a experiência em sala de aula contribua para tal.

Diante da importância do livro didático na educação brasileira e do alto volume de dinheiro público investido na política de distribuição, defendemos que é necessário investir na oferta de formação continuada para os professores, uma vez que eles são atores importantes na política nacional de distribuição de livros.

Outro ponto constatado através da pesquisa de campo é que não é empregada uma metodologia única durante o processo de escolha do livro didático. Cada unidade escolar, por meio de sua coordenação pedagógica, estipula o tempo destinado à análise das obras de acordo com suas necessidades. Percebe-se que, em muitos casos, a análise é realizada no intervalo das aulas, onde o tempo é ínfimo.

Não foi constatado nenhum tipo de contato direto entre representantes das editoras e os professores durante o processo de escolha do livro didático na cidade de Aquidauana/MS no ano de 2023. Contudo, as editoras maiores possuem o cadastro de alguns professores, o que ocasionou o recebimento de e-mails com as obras disponíveis para o processo de escolha do PNL D 2024. Essa prática evidencia o domínio das grandes editoras, que, por possuir uma estrutura maior, têm acesso a cadastros de professores e meios mais eficientes de divulgação, não dependendo apenas da leitura das resenhas de avaliação.

Um ponto positivo constatado é que, na rede estadual de ensino em Aquidauana/MS, as escolas receberam os livros didáticos que foram escolhidos pelos professores durante o processo de seleção. Vale ressaltar que essa não é uma prática observada recorrente nos processos de escolha de livros didáticos, uma vez que existe a interferência das instâncias escolares superiores, como coordenadorias e secretarias de educação, que muitas vezes optam por escolher uma coleção única para toda a rede. Isso representa um avanço em relação ao último processo de escolha de livros didáticos em Aquidauana/MS.

Embora existam opiniões diversas em relação ao uso do livro didático, ele tem desempenhado um papel muito importante na educação brasileira, principalmente nas comunidades mais remotas, onde o acesso à informação pode ser comprometido. Mesmo diante de possíveis limitações, o livro didático acaba se tornando o único material de conhecimento científico disponível.

Reforço, no caso da disciplina de Geografia, que sua utilização deve ser pautada pelo domínio que o professor tem da disciplina e dos conceitos geográficos. O livro não deve ser a própria aula nem tampouco o planejamento do professor, mas deve servir como um dentre tantos subsídios à disposição do professor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael Whitman; SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e poder. **Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 14, n. 2 (jul./dez. 1989), p. 46-57**, 1989.

BATISTA. Antonio Augusto Gomes. Recomendações para uma política pública de livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001. 56 p

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, v. 2, n. 2, p. 221-246, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese de Doutorado.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BITTENCOURT, Circe. O Saber histórico na sala de aula. **São Paulo: Contexto**, 1997.

BRASIL. Decreto-lei nº 9397 de 7 de março de 1885. Estabelece regras para a adoção das obras concernentes ao ensino primario e dá outras providencias. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1885, Página 329 Vol. 1

BRASIL. Decreto-lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos**, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del093.htm > Acesso em 17 de jul. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 1006 de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938. p.277, seção 1 – 5/1/1939.

BRASIL. Decreto-lei nº 38556 de 12 de janeiro de 1956. Institui a Campanha Nacional de Material de Ensino. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de 1956, p. 632, seção 1 – 12/1/1956.

BRASIL. Decreto-lei Nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Decreto-lei nº 58653 de 16 de junho de 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de junho de 1966, p. 6603, seção 1 20/6/1966.

BRASIL. Decreto-lei nº 91542 de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de agosto de 1985, p. 12178, seção 1 20/8/1985.

BRASIL. Decreto-lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto-lei Nº 14333 de 4 de maio de 2022. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a garantia de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada aluno. **Diário Oficial da União**. Brasília, 4 de maio de 2022.

BRASIL. Decreto-lei Nº 14533 de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CD/FNDE nº 38, de 15 de outubro de 2003. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM, no seu projeto piloto (2005-2007). **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de out. de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 2.963, de 29 de agosto de 2005 (revogada). Dispõe sobre as norma de conduta para o processo de execução dos Programas do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 de ago. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria Normativa MEC nº 7 de 5 de abril de 2007 (alterada). Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 de abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CD/FNDE nº 1 de 13 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para

Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). Diário Oficial da União, Brasília, 16 de fev. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto nº 9099 de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático. Diário oficial da União, Brasília, 17 de jul. 2017.

BRASIL. Histórico. Disponível em: < <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>>

Câmara Brasileira do Livro. Disponível em: < <https://cbl.org.br/>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

Programa Nacional do Livro Didático. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/pnld>. Acesso em: 01 de mar. 2024.

CALLAI, Helena Copetti. O livro didático no contexto dos processos de avaliação. In: Revista OKARA: Geografia em debate, João Pessoa: v. 10, n. 2, p. 273-290, 2016.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 549-566, 2004.

COPATTI, Carina. Livro didático de geografia: da produção ao uso em sala de aula. **Élisée-Revista de Geografia da UEG, Porangatu**, v. 6, n. 2, p. 74-93, 2017.

COSTELLA, Roselane Zordan. Nas entrelinhas do Livro Didático: a voz e a visibilidade do aluno. **O livro didático de geografia e os desafios da docência para aprendizagem. Porto Alegre: Sulina, 2017. P. 177-190**, 2017.

DE FIGUEIREDO CASSIANO, Célia Cristina. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. **Em questão**, v. 11, n. 2, p. 281-312, 2005.

FERREIRA, R. C. A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945). 2008. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar. **Revista Brasileira de História**, v. 33, p. 313-335, 2013.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**, v. 19, p. 85-102, 2015.

FREITAG, Barbara; MOTTA, Valeria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira. O estado da arte do livro didático no Brasil. INEP Coordenadoria de Editoração e Divulgação. Brasília, 1987.

LAJOLO, Marisa. O livro didático: velho tema, revisitado. **Em Aberto**, v. 6, n. 35, 1987.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530-1555, 2014.

MACIEL, Gisele Neves et al. Livros didáticos de geografia (PNLD 1999-2014): editoras, avaliações e erros nos conteúdos sobre Santa Catarina. 2015.

MANTOVANI, Katia Paulilo. **O Programa Nacional do Livro Didático-PNLD: impactos na qualidade do ensino público**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, v. 24, p. 123-144, 2004.

MUNAKATA, Kazumi et al. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. 1997.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista brasileira de história da educação**, v. 12, n. 03, p. 179-197, 2012.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral et al. Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna. 1988.

PINTO DOS SANTOS, Leonardo. Amados por uns, odiado por outros: avanços e potencialidades dos Livros Didáticos de Geografia. In: TONINI, Ivanine Maria; GOULART, Lígia Beatriz; FILHO, Manoel Martins de Santana; MARTINS, Rosa E. Militz W; COSTELA, Roselane Zordan. **O livro didático de geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2017. p. 139-154.

PONTUSCHKA, Nídia; PAGANELLI, Tomoko Yida; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009. 383p

SCHÄFFER, Neiva Otero. O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto. **Boletim Gaucho de Geografia. Porto Alegre. n. 16 (1988), p. 3-16**, 1988.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BITTENCOURT, Circe. O Saber histórico na sala de aula. **São Paulo: Contexto**, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século 19 no Brasil. **Revista História da Educação**, p. 25-52, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v. 24, p. 13-28, 2004.

VITIELLO, Márcio Abondanza; CACETE, Núria Hanglei. Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

YOUNG, Michael FD. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 609-623, 2011.